

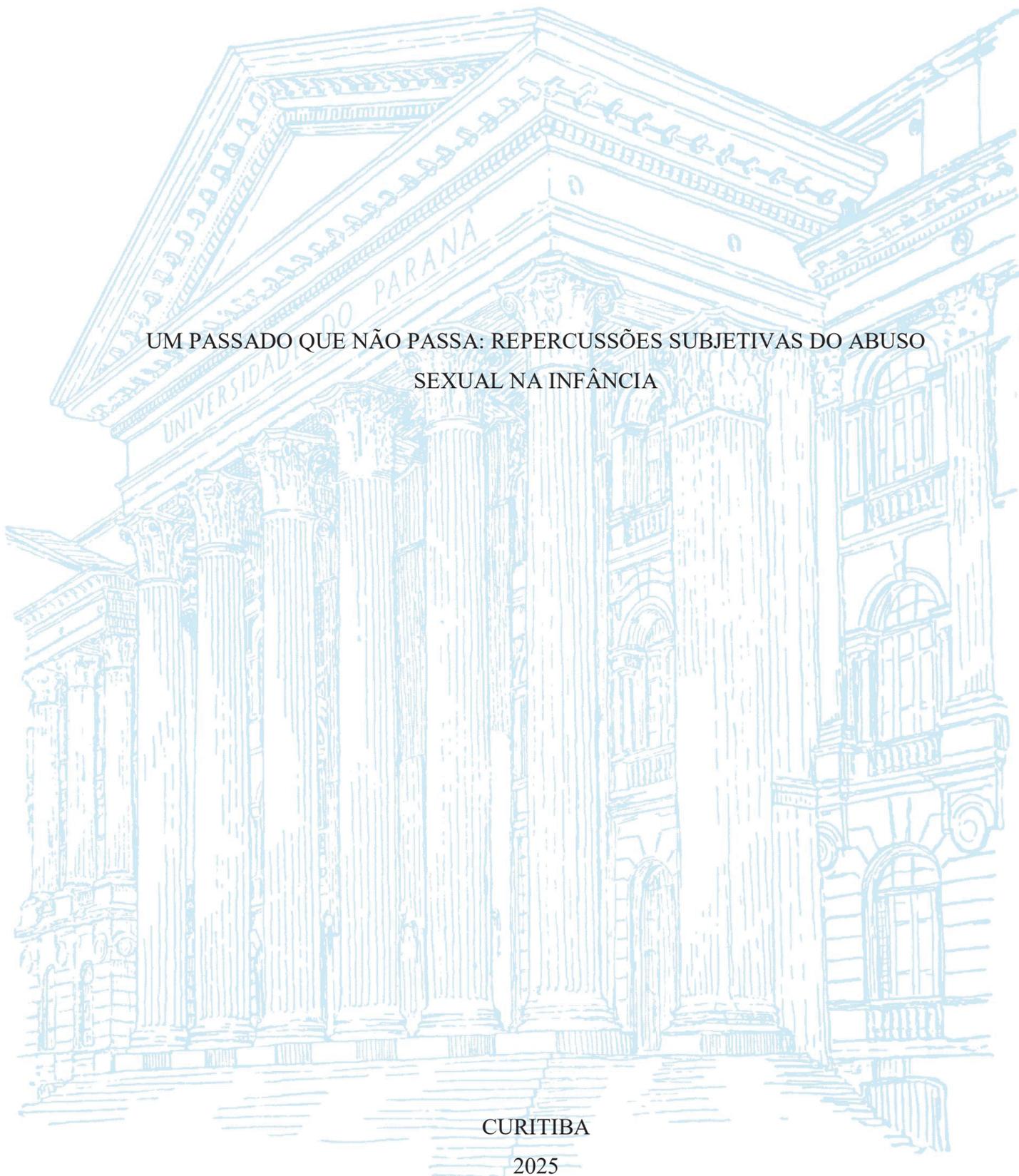
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLORA ALLAIN CARRASQUEIRA

UM PASSADO QUE NÃO PASSA: REPERCUSSÕES SUBJETIVAS DO ABUSO
SEXUAL NA INFÂNCIA

CURITIBA

2025



FLORA ALLAIN CARRASQUEIRA

UM PASSADO QUE NÃO PASSA: REPERCUSSÕES SUBJETIVAS DO ABUSO
SEXUAL NA INFÂNCIA

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Virgínia Filomena Cremasco

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carrasqueira, Flora Allain

Um passado que não passa : repercussões subjetivas do abuso sexual na infância. / Flora Allain Carrasqueira. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Virgínia Filomena Cremasco.

1. Trauma psíquico. 2. Crime sexual contra as crianças.
3. Psicanálise. I. Cremasco, Maria Virgínia Filomena, 1969-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **FLORA ALLAIN CARRASQUEIRA**, intitulada: **Um Passado que Não Passa: Repercussões subjetivas do abuso sexual na infância**, sob orientação da Profa. Dra. **MARIA VIRGINIA FILOMENA CREMASCO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Maio de 2025.

Assinatura Eletrônica

03/06/2025 17:57:51.0

MARIA VIRGINIA FILOMENA CREMASCO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

11/06/2025 22:32:20.0

CASSANDRA PEREIRA FRANÇA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica

04/06/2025 17:03:23.0

LUCIANA TIEMI KUROGI

Avaliador Externo (CLÍNICA PRIVADA)

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o carinho e suporte.

Ao meu marido, Lucas, pelo amor, incentivo e apoio cotidiano.

À minha orientadora, Maria Virgínia, por acreditar nesta pesquisa. Por ser inspiração, presença, suporte e sustentação.

Às minhas amigas e amigos, pela presença, incentivo e suporte.

À minha analista, Ana Cláudia, pelo acompanhamento na travessia.

Buscando o sentido

O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.
Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos.
O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.
Me recuso (sic) a viver num mundo sem sentido.
Estes anseios/ensaios são incursões em busca do sentido.
Por isso o próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado,
numa busca que é sua própria fundação.
Só buscar o sentido faz, realmente, sentido.
Tirando isso, não tem sentido.

(LEMINSKI, Paulo, 2012).

RESUMO

Este trabalho aborda o abuso sexual infantil e suas repercussões traumáticas a partir da teoria psicanalítica de Freud e Ferenczi. O objetivo é compreender a constituição do trauma psíquico no contexto do abuso, explorando seus diferentes destinos psíquicos e possibilidades de elaboração. Parte-se da hipótese de que o trauma decorrente dessa vivência resulta de uma violação complexa, que incide simultaneamente sobre o corpo, o psiquismo e as normas simbólico-sociais. Essa confluência de violências produz marcas específicas, com efeitos duradouros sobre a constituição subjetiva e os processos de simbolização. Trata-se de um estudo teórico-clínico, que articula revisão bibliográfica com pesquisa qualitativa, fundamentada no método de construção de casos clínicos a partir do atendimento de sujeitos que vivenciaram abuso sexual na infância. A escuta desses casos permitiu identificar distintas formas de expressão e elaboração do traumático, associadas a configurações defensivas arcaicas e modos variados de inscrição psíquica da experiência violenta. Observou-se que as respostas ao trauma — como recalque, clivagem, desmentido e incorporação do agressor — não se manifestam de forma isolada, mas frequentemente se sobrepõem e coexistem em uma mesma economia psíquica.

Palavras-chave: Trauma psíquico; abuso sexual infantil; psicanálise.

ABSTRACT

This study addresses child sexual abuse and its traumatic repercussions through the lens of Freudian and Ferenczian psychoanalytic theory. Its objective is to understand the constitution of psychic trauma in the context of abuse, exploring its different psychic outcomes and possibilities for elaboration. The research is based on the hypothesis that trauma resulting from such experiences stems from a complex violation that simultaneously affects the body, the psyche, and the symbolic-social norms. This convergence of violence leaves specific marks with lasting effects on subjective constitution and processes of symbolization. This is a theoretical-clinical study that combines a literature review with qualitative research, based on the method of clinical case construction through the therapeutic follow-up of individuals who experienced sexual abuse in childhood. The clinical listening of these cases revealed distinct expressions of trauma, associated with archaic defensive configurations and varied modes of psychic inscription of the violent experience. It was observed that responses to trauma—such as repression, splitting, disavowal, and incorporation of the aggressor—do not manifest in isolation, but often overlap and coexist within the same psychic economy.

Keywords: Psychic trauma; child sexual abuse; psychoanalysis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 OBJETIVO	13
1.1.2. Objetivos específicos:	13
1.2 METODOLOGIA	13
1.2.1 Revisão bibliográfica	14
1.2.2. Atendimentos clínicos	14
1.2.3. Análise dos dados e Construção dos casos	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA - ASPECTOS RELEVANTES.....	18
2.1.1 Sobre violência	19
2.1.2 Psicanálise e o mito das origens: Totem e Tabu	22
2.1.3 Perspectivas antropológicas	26
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRAUMA	30
2.2.1 O Percurso do trauma na Obra Freudiana.....	32
2.2.1.1 Neurose e sedução traumática	33
2.2.1.2 Trauma e realidade psíquica	34
2.2.1.3 Trauma, pulsão de morte, angústia	38
2.2.2 A dimensão intersubjetiva do trauma: A leitura de Ferenczi.....	43
2.2.2.1 A criança mal acolhida e o trauma	45
2.2.2.2. A dinâmica de confusão de línguas	50
2.2.2.3. Trauma, desmentido e desautorização	53
2.2.2.4 Incidências psíquicas do traumático em Ferenczi: algumas vicissitudes.....	59
2.2.3 Trauma e abuso sexual: uma relação sobredeterminada.....	68
2.2.3.1 Abuso sexual, desmentido e desautorização	73
2.2.4 A problemática da elaboração do trauma	77
2.2.4.1. Da compulsão repetitiva à elaboração do trauma	80
3.APRESENTAÇÃO DOS CASOS	85
3.1. VITÓRIA.....	85
3.1.1 Compreensão pessoal do caso	90
3.2 JÔ	105
3.2.1 Compreensão pessoal do caso	108
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	124

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual contra a criança e o adolescente é um problema de segurança e de saúde pública que afeta milhares de pessoas ao redor do mundo, gerando impactos profundos nos sujeitos e no entorno social. O sofrimento psíquico vivenciado por vítimas de abuso é notório, sendo inúmeras as pesquisas que relacionam tal experiência com aumento da probabilidade de transtornos mentais, dificuldades relacionais, sintomas psicossomáticos, entre outras manifestações. Do ponto de vista social, a discussão do tema é permeada por tabus, provocando reações extremadas - seja de repúdio ou relativização - que prejudicam a consideração ponderada e exercem efeito inibitório sobre o relato dos sujeitos envolvidos.

Recentemente, movimentos de vítimas de incesto e violência sexual na infância tem dado testemunho de suas experiências, denunciando o frágil acolhimento que tiveram de suas famílias e de instâncias sociais mais amplas e a defesa tácita de seus algozes por meio do silêncio dos que estavam em torno (BREY & DROUAR, 2021). Pesquisadores da área de antropologia (DUSSY, 2015; 2021) têm abordado o tema sob diferentes prismas, colocando em questão noções estabelecidas como o tabu do incesto, ao contrastá-la com a realidade das estatísticas que demonstram a ocorrência relativamente frequente de tal fato e suas variações, como o abuso sexual cometido por outras pessoas que exercem função de autoridade sobre a criança, tendo também com elas uma relação de afeto, ainda que não pertençam ao mesmo núcleo familiar. De fato, quando se analisam os dados da realidade brasileira, constata-se a pertinência de tais reflexões e sua ressonância com a realidade local.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022), ao longo de uma década (2012 a 2021), mais de meio milhão de pessoas foram vítimas de estupro e de estupro de vulnerável no país. Destas vítimas, 88,2% são do sexo feminino; e 77,3% são crianças e adolescentes de até 17 anos, distribuídas da seguinte forma: 31,7% tem de 10 a 13 anos; 19,1% tem de 5 a 9 anos; 16% tem idades de 14 a 17 anos; e 10,5% tem de 0 a 4 anos. Segundo o anuário, mais de quatro meninas menores de 13 anos são estupradas por hora no Brasil; demonstrando a frequência com que o fenômeno ocorre. Quanto aos autores, ainda de acordo com o Anuário (2022), entre 2012 e 2021, 95,4% dos casos de abusos registrados foram cometidos por homens e 82,5% por pessoas conhecidas da vítima, dos quais: 40,8% pais ou padrastos; 37,2% , primos ou outro parente; e 8,7% avós. Em 2021, a cada 10 casos de estupro de vulnerável registrados, 8 foram de autoria de um conhecido da vítima.

Os dados demonstram uma tendência de aumento nos registros de crimes de estupro e estupro de vulnerável. Em 2021 observou-se crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior nos registros destes crimes. Os pesquisadores avaliam que as estatísticas produzidas se referem apenas aos casos que foram denunciados e alertam para a subnotificação de casos, apontando como principais motivos a complexidade da denúncia nos casos de abuso intrafamiliar, o temor da exposição e da revitimização institucional.

A despeito da naturalização do fenômeno, a vivência de abuso sexual na infância/adolescência é relacionada a intenso sofrimento psíquico dos envolvidos, com incidências duradouras e centrais ao sujeito. A psicanálise traz uma contribuição importante às análises sobre o tema ao afirmar a existência da sexualidade infantil e sua centralidade nas relações humanas. Freud (1913a) aborda as pulsões amorosas de caráter incestuoso como constituintes do psiquismo de cada sujeito e da sociedade, observando que estas tendências emocionais primitivas devem ser recalçadas para que o sujeito se lance às trocas simbólicas, instaurando o laço social. Destaca que a proibição do incesto, traço comum às mais diversas sociedades, existe como reação a um desejo, cujo recalque é condição necessária à vida em sociedade.

Acompanhando o pensamento de Freud (1913a), temos então que a interdição ao incesto é fundamento do pacto civilizatório. Ela instaura a lei, inaugura a submissão de todos os membros da comunidade ao mesmo traço, à mesma proibição; seus desdobramentos deram origem ao Direito e à Justiça enquanto instituições que regulam o laço social. A interdição ao incesto é fundamento da constituição mesma do sujeito, retirando-o da fusão com a mãe e lançando-o às trocas simbólicas, por meio do complexo de Édipo.

É possível dizer que a interdição ao incesto tem caráter estruturante para o sujeito e para a sociedade. Portanto, a transgressão desta norma não se dá sem efeitos, implicando cada sujeito de forma singular. Embora desejos incestuosos façam parte do inconsciente, por meio das fantasias edípicas (FREUD, 1913a), a realização destes desejos e ser submetido a eles na realidade, adquire caráter de cena traumática, lançando os envolvidos em vivências de desamparo com profundas repercussões no psiquismo (LIMA, 2019). Neste sentido, cabe explorar o conceito de trauma na teoria psicanalítica e sua articulação com o fenômeno do incesto.

Freud retoma o tema do trauma em diversos momentos de sua teoria, ampliando-o, à medida que o aborda sob diferentes perspectivas. Em suma, ao longo de sua obra, ele trata o trauma como uma experiência de estimulação excessiva, seja de caráter endógeno ou exterior ao sujeito. Por seu caráter excessivo, esta vivência traumática não consegue ser metabolizada pelo psiquismo do sujeito, engendrando assim um processo de repetição como tentativa de

elaborá-lo. Freud, fala, também, do envolvimento de uma série de elementos, ou seja, de experiências dolorosas ocorridas ao longo da história de vida do sujeito, que de alguma forma reatualizam a sensação de desamparo subjetivo inerente à experiência traumática, e retroalimentam seus efeitos traumáticos.

Em Sandór Férénczi, discípulo e contemporâneo de Freud, a análise da experiência traumática se apresenta sob outras vias, que se desdobram e ampliam o alcance da teoria freudiana. Férénczi aborda especificamente o trauma relativo ao abuso sexual infantil, descrevendo uma dinâmica de confusão de línguas ocorrida entre o adulto e a criança envolvidos na cena de sedução incestuosa. O autor também aborda a experiência do trauma composta por camadas que se retroalimentam e propõe o conceito de desmentido, para descrever os efeitos que se dão *a posteriori*, quando o entorno da criança envolvida é incapaz de acolher seu relato a respeito da cena. Férénczi apresenta que esta incapacidade de escuta por parte do adulto impede o processo de elaboração psíquica pela criança, instituindo, neste segundo momento, o efeito traumático da experiência. Na contemporaneidade, autores da psicanálise têm expandido os conceitos de Ferenczi, possibilitando uma leitura do conceito de desmentido em sua dimensão social e institucional. A leitura de Freud e Ferenczi a respeito do trauma se complementam, e permitem compreender sobre a complexidade do tema assim como as diferentes incidências e vicissitudes que podem ser engendradas a partir do fenômeno traumático.

Partindo dessas premissas, este trabalho tem como tema o traumático envolvido no abuso sexual contra a criança e suas incidências psíquicas. O interesse pelo tema de pesquisa se deu a partir de meu percurso profissional. Desde 2014 atuo como psicóloga judiciária, servidora pública no Tribunal de Justiça do Paraná, lidando com casos de abuso sexual contra crianças. A experiência cotidiana de atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias envolvidos em situações de abuso sexual levou à indagação quanto às vicissitudes desta experiência no psiquismo dos sujeitos envolvidos. Nesta prática, pude observar a frequência com que este tipo de situação ocorre, contrariando minhas expectativas e fazendo-me questionar a generalização da proibição do incesto enquanto organizador das relações de sociabilidade. Testemunhei, também, a dificuldade de assimilação e manejo pelo ambiente, e a frequência com que vítimas de abuso são descredibilizadas, num movimento defensivo que denuncia o temor ao contato com o tabu associado ao abuso. É frequente que as vítimas tornem-se, elas mesmas, associadas ao tabu, evitadas e estigmatizadas em suas famílias em função de sua vivência. Assim, passei a me questionar sobre a natureza das angústias que envolvem a situação do abuso sexual, considerando aspectos intra e intersubjetivos. Neste contexto me encontrei

com a obra de Ferenczi, praticamente desconhecida para mim até então, e pude tomar contato com um universo teórico bastante fecundo para pensar as dinâmicas envolvidas no abuso sexual infantil. Assim conheci conceitos como a confusão de línguas, o desmentido, a incorporação do agressor, instrumentos conceituais que ampliaram e enriqueceram a leitura sobre esta temática tão presente em meu cotidiano profissional.

Inicialmente, a pesquisa tinha por objetivo analisar o impacto traumático do abuso e sua relação com a judicialização, partindo do conceito de desmentido e suas incidências. A metodologia envolvia a realização de entrevistas com sujeitos que tivessem vivenciado abuso sexual na infância e tivessem passado por um processo de judicialização. Para tanto buscou-se junto ao Tribunal autorização para contato com pessoas que tivessem processos judiciais já arquivados nesta temática, visando convite para participação na pesquisa. Contudo, após encaminhamento da documentação pertinente, o Tribunal tomou conhecimento do pedido mas não ofereceu resposta em tempo hábil para a realização da pesquisa, de modo que foi necessário repensar os objetivos e métodos da pesquisa. Frente a isso, foi realizado um chamamento público convidando pessoas maiores de idade que tivessem histórico de abuso sexual na infância. Duas pessoas foram inseridas e passaram por acompanhamento clínico no Centro de Psicologia. A partir da construção dos casos, buscamos compreender o impacto do abuso em suas organizações singulares, recolhendo eventuais indícios do traumático. Tendo em vista as características dos sujeitos de pesquisa, bem como de observações da banca de qualificação, optou-se por alterar os rumos da pesquisa, que passou a focar na atualidade e na elaboração do trauma, retirando o foco da questão da judicialização.

Com o novo delineamento, esta pesquisa passa a se centrar na temática do trauma psíquico relacionado ao abuso sexual e suas repercussões. As questões que orientam a investigação são: como se configura o trauma psíquico no contexto do abuso sexual infantil? Quais são as especificidades dessa vivência e por que ela se constitui como traumática? Nosso objetivo é compreender a constituição do trauma psíquico no contexto do abuso sexual infantil, incluindo os diferentes destinos e possibilidades de elaboração da experiência. Partimos da hipótese de que o trauma decorrente do abuso sexual infantil resulta de uma forma de violação que atinge simultaneamente o corpo, o psiquismo e as normas simbólico-sociais. Essa confluência de violências produz marcas traumáticas específicas, que repercutem na constituição subjetiva e nas possibilidades de elaboração psíquica.

A pesquisa foi realizada com o método psicanalítico a partir da estratégia da construção de caso. Para construção do objeto de pesquisa, amparamo-nos no conceito psicanalítico de sujeito e seus aportes para compreensão do sujeito e do trauma.

A primeira parte do trabalho consiste na revisão bibliográfica não sistemática sobre os temas abordados. Inicialmente trataremos algumas considerações sobre a violência sexual contra a criança, caracterizando-a como fenômeno envolto em significados e representações sociais que o tornam particularmente traumatizantes para quem os sofre. Ao participar da transgressão de um tabu primordial, os envolvidos no abuso sexual ficam marginalizados, fora da cultura, sem um lugar psíquico que acolha sua experiência, o que tem um valor traumático por si só. Para explorar as representações sociais sobre esta modalidade de violência que contribuem para o silenciamento e descredibilização, serão apresentadas reflexões de autores da psicanálise e da antropologia. Além das concepções antropológicas tradicionalmente associadas à compreensão do incesto, relacionadas à sua dimensão estrutural, são trazidas reflexões de autores contemporâneos que tensionam tais questões e apontam os limites da interdição do incesto e seu silenciamento enquanto fenômeno cultural que põe em ato a performance de dominação patriarcal.

Prosseguindo com a revisão, em seguida exploramos o conceito de trauma, sintetizando sua evolução histórica ao longo das obras de Freud e Ferenczi e articulando os diferentes enfoques adotados por cada autor. Ao longo do texto, são abordadas as diferentes fases da teorização freudiana, assim como a suplementação trazida por Ferenczi, e sua consideração sobre o peso dos fatores ambientais e a ocorrência de fatos reais na origem de manifestações traumáticas. Autores contemporâneos são trazidos para elucidar diferentes aspectos da experiência traumática, complexificando o entendimento sobre causas, consequências, fatores predisponentes, estruturantes e desestruturantes da experiência traumática.

Feita esta contextualização, será apresentada a articulação do trauma com o abuso sexual e suas vicissitudes. Finalizando a revisão bibliográfica, apresentamos um tópico sobre a elaboração e as especificidades da elaboração do traumático. Este capítulo foi incluído a partir das sugestões da banca de qualificação, e visa dar inteligibilidade às formas específicas pelas quais a elaboração do traumático se processa, e sob que condições.

Na terceira seção do trabalho, faremos a apresentação do caso Vitória e do caso Jô, nos quais buscamos recolher indícios do traumático e dos processos de elaboração no percurso singular de cada sujeito.

As considerações finais, expostas no último capítulo, tem por objetivo realizar um fechamento, uma conclusão possível sobre o tema do trabalho, buscando explicitar as

repercussões do traumático nos sujeitos, e as possibilidades de elaboração dadas a partir de cada trajetória singular.

1.1 OBJETIVO

Compreender a constituição do trauma psíquico no contexto do abuso sexual infantil.

1.1.2. Objetivos específicos:

1. Descrever aspectos socioculturais relacionados à violência sexual contra crianças;
2. Compreender e conceituar o trauma psíquico a partir das contribuições teóricas de Sigmund Freud e Sándor Ferenczi;
3. Estabelecer distinções psicodinâmicas entre diferentes modalidades de expressão do traumático;
4. Analisar as possibilidades de elaboração do trauma a partir da experiência de abuso sexual na infância;
5. Investigar as repercussões clínicas do trauma decorrente do abuso sexual na infância.

1.2 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa consiste em uma pesquisa qualitativa, com objetivo exploratório, utilizando-se o método psicanalítico e a estratégia de construção de caso.

Como fontes de dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e o material advindo de atendimentos clínicos com sujeitos inscritos para a pesquisa. A pesquisa percorre três etapas: revisão bibliográfica, coleta de dados e interpretação/ discussão dos resultados.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPR, identificado sob o **CAAE**: 75817523.2.0000.0214 .

1.2.1 Revisão bibliográfica

A primeira etapa da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica não-sistemática sobre abuso sexual, trauma e elaboração na produção teórica dos autores selecionados. Fundamentamo-nos especialmente nas obras de Freud e Ferenczi e de comentadores de suas obras, psicanalistas que vêm expandindo o alcance dos conceitos cunhados pelos cânones mediante uma leitura afinada com as temáticas da contemporaneidade.

Na segunda etapa foram realizados atendimentos clínicos de dois sujeitos que vivenciaram abuso sexual na infância e se voluntariaram para participar da pesquisa, conforme exposto no próximo tópico. A construção dos casos fornece o material empírico da pesquisa.

1.2.2. Atendimentos clínicos

Os dados empíricos da pesquisa foram recolhidos mediante atendimento clínico de dois sujeitos que se voluntariaram para participar. Inicialmente, foi realizado chamamento público com convite para participação. Foram convidadas a participar pessoas com mais de 18 anos; sem distinção de gênero, raça/etnia; com histórico de abuso sexual na infância e adolescência¹.

Duas pessoas se voluntariaram para participar da pesquisa, com aceite e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Previamente à realização das entrevistas e atendimentos clínicos, foi explicado a cada participante sobre os objetivos da pesquisa, o compromisso de sigilo e o tratamento ético. As duas participantes participaram das entrevistas preliminares de triagem e prosseguiram em acompanhamento clínico por um período de nove meses. Tendo em vista que as participantes inscritas residem em outros estados do país, a centenas de quilômetros de distância da pesquisadora, os atendimentos foram realizados de forma virtual com uso de tecnologia de informação e comunicação, em observância às normas do Conselho Federal de Psicologia para atendimento psicológico de forma virtual.

Sobre a realização de pesquisas guiadas pelo método psicanalítico, Costa e Poli (2010) recomendam que a demanda do pesquisador deve ser suficientemente ampla para que o entrevistado possa formular sua própria questão e responder a ela na transferência, de forma singular, sem pressões prévias. Partindo de tal premissa, as entrevistas iniciais desta pesquisa foram iniciadas com uma questão norteadora², catalisadora do discurso, a partir da qual o campo foi definido pelas entrevistadas, pelo método da associação livre. Após as entrevistas iniciais

¹ Conforme exposto anteriormente, o objetivo inicial da pesquisa incluía a análise sobre a experiência de judicialização do abuso. Contudo, não foram encontrados sujeitos de pesquisa com esta vivência. Deste modo o escopo da pesquisa foi ampliado mediante atendimento de sujeitos com histórico de abuso sexual.

² Como foi, para você, ter sofrido abuso sexual na infância?

foi realizada devolutiva pela entrevista, com manifestação de interesse pelas entrevistadas de permanecer em acompanhamento. Assim prosseguiram-se os atendimentos clínicos por um período de nove meses.

No método psicanalítico, o interesse do analista recai em todo e qualquer tema que esteja presente na mente dos sujeitos durante as sessões. As sessões foram guiadas pela livre associatividade das analisandas/ participantes. Conforme proposta de Figueiredo e Minerbo (2006), lançamos mão dos mesmos procedimentos utilizados pelo analista na clínica: atenção flutuante; registro da repetição de significantes, temas, palavras, expressões, olhares, e outros elementos de análise; e posterior reconstrução do texto pelo pesquisador, buscando a construção de sentido.

A construção do caso foi realizada mediante as etapas propostas por Oliveira e Tafuri (2012). Um primeiro momento composto da análise dos registros dos atendimentos; num segundo momento, da supervisão clínica, quando tais registros e a compreensão do analista foram remetidas a alteridade, presentificada pelo supervisora; e a da escrita do caso, com a construção de sentidos e relançamento das hipóteses de pesquisa.

1.2.3. Análise dos dados e Construção dos casos

Os dados do trabalho foram obtidos por meio de atendimentos clínicos, analisados e apresentados mediante a estratégia de construção de caso.

A pesquisa segue o método psicanalítico. Retomamos que, segundo Freud, a psicanálise é simultaneamente um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento psíquico, uma estratégia de pesquisa sobre os mecanismos inconscientes inacessíveis a outras formas de abordagem, e um método clínico, com efeitos terapêuticos e de alívio dos sintomas neuróticos (FREUD, 1913b).

Na contemporaneidade, inúmeras pesquisas têm sido conduzidas com o método psicanalítico em âmbito universitário, demonstrando a fecundidade do pensamento freudiano nos dias de hoje. Refletindo sobre esta realidade, Figueiredo e Minerbo (2006) consideram que o método psicanalítico adequado para análise e interpretação de qualquer produção simbólica humana. Os autores especificam que trata-se de um método interpretativo, baseado em uma escuta/ leitura fundada nos conceitos de inconsciente e realidade psíquica. A partir destas premissas, o processo de análise consiste na realização de alguns recortes, não arbitrários, pelo pesquisador/ analista, que permitem a construção de sentidos. As interpretações são sempre

provisórias, não totalizantes, e sua verdade é relativa ao processo em que se deu sua construção (FIGUEIREDO & MINERBO, 2006).

Sobre a especificidade da leitura psicanalítica em diferentes searas, Fortes e Macedo (2018) defendem que, mesmo quando realizada em contextos para além da clínica tradicional, a pesquisa psicanalítica sempre deve ser considerada como uma modalidade clínica de pesquisa. As autoras observam que nos diferentes contextos as pesquisas partem de um ponto comum, o reconhecimento do método psicanalítico e sua ética como os parâmetros da produção de conhecimento, seja de um sujeito sobre si em sua análise, seja de um objeto de estudo e pesquisa. A investigação vai além da mera apresentação do fenômeno: trata-se de criar estratégias para investigar e atribuir sentido, por meio da interpretação e da construção, àquilo que não é evidente (FORTES & MACEDO, 2018, p. 118). Diante disso, cabe explorar o conceito de construção e seu papel na pesquisa analítica.

De forma sintética, as construções em análise são fruto de um trabalho de elaboração realizado pelo analista e buscam reconstituir uma parte da história emocional do analisando, em seus aspectos reais e fantasísticos (LAPLANCHE, 2004). O tema foi elaborado de forma extensiva por Freud em 1937, no artigo “Construções em análise” (FREUD, 1937). Ele compara a análise a um processo de escavação arqueológica, em que o fenômeno estudado é composto por várias camadas superpostas, originadas umas a partir das outras em diferentes épocas do desenvolvimento, e cujo significado não está dado, mas deve ser descoberto/ construído por meio de deduções. A partir desta analogia, Freud propõe o termo construção para designar um tipo de elaboração realizada pelo analista a partir da organização de um material disperso composto por fragmentos de memórias, lapsos, fantasias e outras produções inconscientes. A construção pressupõe o preenchimento de lacunas, de intervalos, em um trabalho comparável a montagem de um quebra-cabeças, composto por tentativas de reconstrução de elos perdidos a partir dos contornos delineados pelos demais fragmentos. As construções em análise participam do processo de elaboração psíquica, possibilitando a integração de traços antes dispersos e a rearticulação pulsional.

No âmbito de pesquisa, as construções em análise tomam a forma da construção de caso, considerada a estratégia paradigmática da pesquisa psicanalítica (FORTES & MACEDO, 2018, p. 118). Esta estratégia reúne, ao mesmo tempo, função didática (a partir da articulação do caso com conceitos metapsicológicos), metafórica (quando o exemplo se relaciona de forma íntima com conceitos psicanalíticos, tornando-se uma metáfora dos conceitos) e heurística (quando o caso gera novas hipóteses e conceitos, ampliando a teoria) (DUNKER & ZANETTI, 2023).

A construção trata-se de uma ficção que visa a elaboração de uma hipótese metapsicológica a respeito do analisando. Conforme Oliveira e Tafuri (2012), não se trata de fazer uma descrição cronológica, factual ou objetiva da história do sujeito, mas antes de buscar aquilo que falta, que escapa, e fazer uma elaboração a respeito. Assim, a escrita do caso não pressupõe a descrição exaustiva de todos os elementos que o compõem, e sim a articulação e exposição seletiva de elementos em uma construção significativa. Em termos de finalidade, as construções visam ampliar as possibilidades de compreensão do fenômeno, mantendo um horizonte de abertura para novas interpretações (DUNKER & ZANETTI, 2023).

Por fim, algumas breves palavras quanto a transferência, motor do processo analítico e da pesquisa em psicanálise. Diferente de outras disciplinas, que pressupõe a neutralidade do pesquisador, em psicanálise os processos de transferência e contratransferência são não apenas inerentes à relação analítica, como instrumentos de trabalho e condição de sua realização. Portanto, a subjetividade do pesquisador está implicada tanto na condução da clínica quanto na interpretação dos dados e construção do caso. Esta será sempre singular, advinda do encontro transferencial entre analista e analisando. (FIGUEIREDO & MINBERBO, 2006; OLIVEIRA & TAFURI, 2012; FORTES & MACEDO, 2018; DUNKER & ZANETTI, 2023).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA - ASPECTOS RELEVANTES

A teoria psicanalítica sobre o sujeito é marcada pela sexualidade infantil, pelo Complexo de Édipo e pela dinâmica da pulsão. A imbricação desses fatores situa a realidade psíquica como fonte e produto dos impulsos que formam os sintomas neuróticos.

A existência de fantasias edípicas e sua centralidade na constituição dos sujeitos está relacionada ao aspecto traumático da sexualidade, fator estrutural e estruturante do sujeito psíquico. Essas fantasias participam da subjetividade tanto no polo filial quanto no parental.

Em outras palavras, assim como as crianças nutrem impulsos edípicos pelos pais, estes também os nutrem em relação aos filhos, devendo recalca-los para que a criança possa advir como sujeito; a interdição ao incesto deve estar internalizada nos pais, para que não invadam a criança com seus impulsos sexuais apaixonados.

Atento a estas questões, em 1930 Ferenczi escreve "hoje estou de novo tentado a atribuir, ao lado do Complexo de Édipo das crianças, uma importância maior à tendência incestuosa dos adultos, recalcada e que assume a máscara da ternura" (FERENCZI, 1930, p. 123). Em 1933 ele descreve, sob a metáfora da confusão de línguas (1933), o que ocorre quando a função da interdição fracassa no adulto. Quando os adultos colocam em ato, na relação com a criança, impulsos plenos de sexualidade apaixonada, há um atravessamento que excede a possibilidade de assimilação infantil, gerando intenso sofrimento. À experiência vivida a nível do corpo, desconhecida e enigmática para a criança, associa-se o sentimento de transgressão de que se reveste quando esta compreende que se trata de algo da ordem do segredo e do interdito (CRONBERG, 2021).

A relação sexual adulto-criança implica na quebra de um tabu fundamental (FREUD, 1913a), impactando o entorno social e a experiência psíquica dos sujeitos envolvidos. A subjetivação desta experiência está sujeita a efeitos de significação e ressignificação ao longo do tempo, à medida que se transformem as representações sobre o vivido.

Neste capítulo vamos examinar algumas definições e discursos a respeito da violência sexual contra a criança desde um ponto de vista multidisciplinar. As referências selecionadas objetivam estabelecer os contornos temáticos a partir dos quais desenvolveremos nossas reflexões nos capítulos subsequentes. Consideramos relevante trazer essas reflexões no âmbito da pesquisa, à medida que ampliam a compreensão sobre os aspectos traumáticos do abuso a partir de sua intersecção com o laço social, expandem o alcance do fenômeno da desautorização e explicam algo sobre o contexto intersubjetivo sobre o qual a elaboração do trauma pode ou não se dar.

2.1.1 Sobre violência

A violência sexual é uma forma de violação do corpo e do psiquismo da criança categorizada como um crime grave que prevê sanções e penalidades para quem o comete. A Lei 13.431/2017³, em seu art. 4º, inciso III, define violência sexual contra a criança como "qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso", acrescentando: "Toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro".

A situação de violência sexual se reveste de caráter incestuoso quando praticada ou por um dos pais da criança ou, de forma extensiva, por outro sujeito que ocupe simbolicamente esta posição na relação com a criança. São relações complexas, marcadas pela assimetria e pelo afeto, nas quais o adulto exerce figura de autoridade e ao mesmo tempo objeto de amor.

No discurso social corrente, o abuso sexual contra a criança costuma ser tratado com repúdio, despertando reações carregadas de afeto e promessas de violência contra os adultos-supostos agentes da violência. A intensidade das reações contrasta com a frequência com que o fato ocorre na realidade. Dados estatísticos detalhados na introdução deste trabalho caracterizam-na como um fenômeno frequente, essencialmente ocorrido no âmbito das relações de proximidade, praticado por adultos que ocupam papéis de autoridade e afeto para as vítimas. Estas por sua vez são majoritariamente meninas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024).

A opção pelo uso do termo violência neste trabalho foi propositada, não apenas por ser o termo presente na lei, mas também para explicitar nossa concepção de que o abuso sexual contra a criança é sempre uma forma de violência, seja física ou psíquica. O termo delimita o fenômeno que aqui tratamos, diferenciando-o das dinâmicas fantasísticas ligadas à sexualidade. É preciso demarcar de que campo estamos tratando, e aqui, falamos da violência.

A violência se diferencia da agressividade, caracterizando-se como algo especificamente humano. Ela pode ser definida como um ato de constrangimento físico ou moral pelo uso de força ou coação contra alguém; ligada a um exercício desproporcional de poder que ameaça a integridade física ou psicológica de outra pessoa, comunidade ou grupo (MUSZKAT & MUSZKAT, 2016). A filósofa e pesquisadora Marilena Chauí (1985) contrapõe as relações violentas às relações de força, apresentando o desejo de sujeição do outro

³ LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

como específico da violência. Enquanto as relações de força visam a morte ou eliminação do outro, ou seja, o fim da relação, as relações violentas visam sua manutenção sustentada na objetualização do outro. Segundo a autora:

A violência (...) visa a manter a relação mantendo as partes presentes uma para a outra, porém uma delas anulada em sua diferença e submetida à vontade e à ação da outra. A força deseja a morte ou a supressão imediata do outro. A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se reconhece como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e a ação contrária que a dominam (CHAUÍ, 1985, p. 35).

A partir do raciocínio de Chauí, observa-se que a violência do abuso consiste em ignorar a condição infantil da criança, submetendo seu corpo e seu psiquismo à vontade do adulto de forma sutil, sem que ela tenha condições de reconhecer plenamente a natureza da situação em que está inserida. A interiorização da vontade e da ação alheia pela parte dominada, mencionadas por Chauí, se aproxima ao conceito de identificação com o agressor, desenvolvido por Ferenczi e reconhecido como uma das vicissitudes da fragmentação traumática que acomete pessoas vítimas de abuso sexual na infância. Este tema será desenvolvido em mais detalhes no tópico sobre as vicissitudes do traumático.

Refletindo sobre o tema a partir da psicanálise, Jurandir Freire Costa (2021) propõe pensar a violência como fenômeno que porta a marca de um desejo de destrutividade. O autor rechaça a concepção de que o ato violento estaria ligado à animalidade e ao instinto, argumentando que, mesmo quando inconsciente, o desejo é sempre humano, imbricado no sistema simbólico, e portanto desnaturalizado. Para ele, a violência implica no emprego desejado da agressividade com fins destrutivos: "Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional" (COSTA, 2021, p. 45).

Do ponto de vista do sujeito que sofre a ação, o efeito da violência está ligado à percepção deste desejo de destrutividade que lhe foi destinado; portanto à representação dada pelo sujeito como causa da violência. "É porque o sujeito violentado (ou o observador externo à situação) percebe no sujeito violentador o desejo de destruição (desejo de morte, desejo de fazer sofrer) que a ação agressiva ganha o significado de ação violenta" (COSTA, 2021, p. 46). Em outras palavras, para que uma ação seja representada psiquicamente como violenta, é necessário que a pessoa que a sofre passivamente atribua ao agente da violência um desejo de destrutividade; de fazer mal; exercer poder.

A definição exposta pode parecer opaca para qualificar situações de abuso sexual contra a criança ocorridas no âmbito de relações de afeto e confiança. Em parte porque muitas das situações não envolvem lesões físicas, cicatrizes no corpo ou outros índices objetivos que sinalizem claramente à criança que se trata de algo da ordem da violência. Além disso, e talvez seja esse o fator mais complexo e fonte de mal entendidos e confusões de línguas, trata-se de relações em que há um vínculo afetivo entre a criança e o adulto e nas quais com frequência a criança aprecia e demanda o contato com o adulto, conduta que pode ser - e frequentemente é⁴ - lida como um consentimento da criança à interação. Refletindo sobre este impasse quanto ao consentimento da criança, Lima (2019) propõe uma interessante torção da questão. Que se parta do pressuposto que a criança consente, sim, com algo; mas com o que? Com o que exatamente a criança consente? E a autora responde:

Ela consente algo compatível com sua sexualidade, que neste momento, encontra-se distante dos excessos da paixão adulta embebida na genitalidade. O que a criança aceita do adulto é, portanto, o que Ferenczi denomina ternura, sendo que a violência se dá quando ela recebe algo diferente disso; algo que lhe é ainda incompreensível e excessivo, muito além da satisfação lúdica que espera em suas relações. (LIMA, 2019, p. 64)

Considerar que a criança pode esperar apenas algo compatível com sua sexualidade (e suas fases) é compreender que ela não tem repertório subjetivo que lhe dê condições de consentir com uma interação sexual passional. A sexualidade adulta, como exposto por Ferenczi (1934) é carregada de paixão e excede as condições de assimilação da criança, exercendo efeito invasivo sobre ela. Neste sentido, Lima (2019) observa que é a invasão antecipada da sexualidade genital própria do adulto que qualifica este encontro como algo da ordem da violência, à medida que introduz antecipadamente conteúdos e intensidades para os quais ela não está preparada.

Quanto aos efeitos psíquicos do abuso sexual, podemos pensar que a violência como exposta por Lima (2019) e Chauí (1985), consistente no aspecto invasivo que ignora a alteridade da vítima e a assujeita de forma velada, adquire novas dimensões num momento posterior, a partir do reconhecimento da dimensão de destrutividade presente nos atos em que foi envolvido⁵. Via de regra esta representação não pode ser alcançada no momento dos abusos,

⁴ E frequentemente o são, tanto pelo adulto agente do abuso, quanto pelo entorno social e pela própria criança. Trataremos mais deste aspecto adiante.

⁵ Nos abusos ocorridos na infância, especialmente quando envolvidos em um contexto de ludicidade e sedução, é comum que a criança não compreenda a violência da situação, e que esta só seja alcançada em momento posterior com o conhecimento advindo da maturidade. A imbricação do afeto com a violência torna ainda mais difícil este reconhecimento, e ambas as compreensões podem coexistir no psiquismo, gerando sentimentos de perplexidade,

mas apenas a posteriori, quando o sujeito rememora a situação e adquire consciência do caráter abusivo das interações a que foi exposto. Aproximamo-nos, assim, à reflexão de Costa (2021), sobre a violência ligada à percepção pelo sujeito de que foi vítima do desejo de destrutividade de um outro - no caso, o adulto abusador. Esta representação é formada quando o sujeito percebe que os abusos foram imputados por um adulto que, ao contrário da criança, tinha ciência do caráter transgressivo envolvido na situação, e portanto sabia do mal que estava infringindo.

A insuportabilidade da percepção da violência - tanto maior quanto for o valor afetivo atribuído ao adulto que a cometeu - está na origem da negação, projeção, recusa, dentre outras defesas acionadas em situações abuso sexual infantil pelos sujeitos que sofrem o abuso em seu corpo, mas também pelos que o cometem, o presenciam ou testemunham de alguma forma. Ela é um dos fundamentos do processo de descrédito da criança abusada, sobre o qual refletiremos com mais detalhes em capítulo posterior.

No próximo tópico abordaremos algumas representações ligadas ao abuso sexual presentes no discurso social, que nos auxiliam a conceber a complexidade do tema, visto que relacionado a representações basilares, remetidas à constituição da cultura e do humano enquanto tal. Tais representações são essenciais para compreender as dimensões do traumático envolvidas no abuso sexual contra a criança.

2.1.2 Psicanálise e o mito das origens: Totem e Tabu

Em Totem e Tabu, artigo publicado em 1913, Freud apresenta uma versão mitológica sobre a origem da civilização na qual traça um correlato entre o desenvolvimento das sociedades e o desenvolvimento do sujeito psíquico. Segundo ele, haveria uma correspondência entre os processos filogenéticos e ontogenéticos, que resulta em semelhança dos processos mentais neuróticos e com as crenças dos indivíduos das sociedades autóctones.

O texto se articula em torno dos conceitos de totem - símbolos sagrados e respeitados - e tabus - proibições, interdições que regulam as condutas no interior da sociedade. Referenciando-se em estudos de historiografia e antropologia, Freud descreve que os tabus relacionam-se essencialmente aos mistérios da sexualidade e da morte e tem por função controlar os impulsos agressivos e sexuais dos seres humanos, que, se deixados à deriva impossibilitariam a convivência em sociedade. Ele destaca que não há necessidade de proibir

culpa, entre outros. Esta complexidade típica das situações abusivas em relações de afeto será explicitada ao longo do trabalho.

o que não é desejado; o sentido de uma proibição reside em sua função de freio contra desejos e atos considerados prejudiciais ao projeto civilizatório.

Envoltos em intensa ambivalência afetiva, os tabus são alvo de desejo e repúdio, amor e ódio, significando tanto o sagrado, quanto o misterioso, perigoso, ou impróprio. Diante da função civilizatória das proibições, a transgressão de um tabu traz consequências indelévels aos agentes de tal ato, podendo ser representadas pela morte ou ostracismo social. "Qualquer um que tenha violado um tabu torna-se tabu porque possui a perigosa qualidade de poder tentar os outros a seguir seu exemplo" (FREUD, 1913a, p. 49).

Para relatar a origem dos tótems, dos tabus e das sociedades humanas, Freud apresenta uma narrativa na qual busca descrever a dinâmica dos agrupamentos humanos de uma época arcaica, anterior às sociedades. Os grupos se organizariam em hordas, reunidas em torno de um líder denominado "pai da horda". O pai da horda seria o macho mais forte e dominante do bando, que clamaria a posse das fêmeas para si e estabeleceria relação de rivalidade com os outros machos, imposta por meio da violência. Violento e agressivo, este pai exerceria a função de proteção da horda contra outros agrupamentos e outros machos, ainda mais violentos. No entanto, o comportamento do líder despertaria intenso ódio dos demais. Em determinado momento, inconformados com esta configuração os demais machos se unem, depõem o líder e o assassinam. Em seguida ao ato os machos compartilham a refeição totêmica, na qual ingerem a carne do pai, adquirindo pela incorporação canibal as características do patriarca - agressividade, dominância, potência.

Seguindo a narrativa do texto, os machos se angustiam ante a culpa pelo assassinato do pai e a iminência do caos e desorganização que se avizinham devido à vacância da posição do dominante. Para que a situação não se repita - novos machos se arrogam às prerrogativas do pai da horda e tentam estabelecer sua dominância perante os demais - os homens estabelecem normas e interditos que visam regular as relações do grupo a partir de então. Neste momento são estabelecidos dois interditos fundamentais aos quais todos devem se submeter sem exceção: interdição ao incesto e ao homicídio. Por meio destas renúncias os homens primitivos teriam, segundo o mito, estabelecido a possibilidade de uma convivência baseada em trocas e responsabilidades mútuas, sacrificando uma parcela de suas satisfações individuais em prol da vida em comunidade (FREUD, 1930). Os totens e os tabus são erigidos como resultado deste enredo. Os totens são símbolo do patriarca, amado e temido, ancestral e referência do clã; e os tabus representam as interdições (FREUD, 1913a).

No mito freudiano, a interdição ao incesto e ao homicídio são os fundamentos a partir dos quais se desdobram todas as normas de convívio social, originando os sistemas dogmáticos

e a Justiça enquanto instituição que regula o laço social. São fundamentos, também, que se internalizam e passam a estruturar os sujeitos: Freud estabelece que a interdição ao incesto é ao mesmo tempo uma realização social e individual. A interdição, ao constituir-se como um tabu, é internalizada e passa a regular os desejos e impulsos inconscientes dos sujeitos, permitindo que o sujeito se descole dos primeiros objetos de amor e se lance às trocas simbólicas expandindo seu horizonte de relações objetais.

A narrativa de Totem e Tabu é mitológica e sua imprecisão histórica foi assinalada por inúmeros críticos. No entanto, o valor do texto permanece como uma história mítica sobre as origens da civilização e do sujeito. O sociólogo Eugène Enriquez (2024: 1983) assinala que a origem é algo por definição perdido, impossível de ser reencontrado, de forma que todo estudo sobre a origem é de caráter hipotético, e sua função reside em permitir a abstração de princípios sobre o funcionamento da vida e do universo. Segundo o autor, o mito freudiano demonstra que a origem de toda sociedade está ligada à luta contra a indiferenciação, contra o caos, a desordem e a violência, e que a fantasia desse caos primordial permanece como fundo latente dos vínculos sociais.

Neste sentido, destaca que Freud foi pioneiro ao estabelecer a constituição de uma instância interditora no interior do psiquismo, que impede a satisfação imediata do impulso - o que levaria ao caos e à indiferenciação - e permite sua simbolização. A fantasia do caos primordial também está no interior do sujeito e é fundamento de sua constituição. A função do Édipo, portanto, não diz respeito apenas à experiência do sujeito singular, constituindo-se na "questão decisiva à qual todo corpo social deve responder para alcançar o estado de cultura, isto é, para viver em relações estabilizadas e simbolizadas" (ENRIQUEZ, 2024, p. 83). O social se inscreve desde o princípio no corpo do sujeito e em suas fantasias, participando de sua constituição.

A criação de interdições dá origem às leis que regem as relações sociais e às leis que regulam o sujeito. As interdições se estabelecem pelo estabelecimento de diferenças, que dão origem a classificações, alçadas ao estatuto de fundamento das relações e da posição ocupada por cada sujeito no laço familiar e social. Enriquez (2024) destaca que o sentido profundo dos sistemas de classificação não é apenas a diferenciação, mas sobretudo a definição de posições assimétricas, com distribuição desigual do poder à palavra e à ação. Os sistemas de aliança e parentesco, sobre o qual se funda o laço social, estão baseados na diferença/ classificação hierárquica entre os sexos e as gerações. O autor enfatiza que se trata das duas únicas ordens naturais que são ao mesmo tempo ordenadoras da cultura e do pensamento consciente.

As normas da cultura são incorporadas pelo sujeito, mas este não se submete a elas de forma completa. O inconsciente desconhece as regras culturais e funciona sob uma lógica sem oposição nem contradição, que não reconhece a diferença dos sexos e das gerações. É o mundo da mistura, que desconhece a classificação, o limite e as regras da vida social (ENRIQUEZ, 2024). Neste sentido, em cada sujeito reside um conflito em potencial, a medida que responde a pulsões de origem inconsciente, ao mesmo tempo que internaliza determinadas regras culturais, que passam a reger também seu processo consciente. Este é um ponto essencial à compreensão do aspecto traumático do abuso sexual. Pois há um julgamento consciente - no qual as categorias de sexo e diferença geracional são inscritas e ordenam o pensamento - que se confronta com a experiência inconsciente, não marcada pela moralidade.

Sintetizando suas ideias, Enriquez, em sua retomada da obra antropológica de Freud, conclui que todo sistema de classificação fundamenta-se na relação com a lei que proíbe ou autoriza as relações sexuais, criadora da ordem humana e da ordem social. A transgressão dessas diferenças reintroduz diretamente o mundo da mistura, do caos e da indiferença primordiais, contra as quais o sujeito se defende.

As reflexões do autor adicionam uma nova dimensão à problematização sobre o consentimento da criança ao abuso, exposta anteriormente sob o ponto de vista dos sujeitos individualmente. Situar a interdição às relações incestuosas na base do laço social implica a consideração de que se trata de algo que independe do consentimento das partes, algo socialmente interdito, que transcende os sujeitos individuais. O consentimento é impossível de saída, a medida que implica a própria marginalização às regras do laço. Este é um dos registros a partir do qual se pode compreender a violência envolvida no abuso contra a criança: como portador de uma destrutividade intrínseca, ainda que velada/ negada / disfarçada, ligada à transgressão de uma norma social fundamental, ato que remete a vítima ao reino do inominável, do impensável; do tabu.

2.1.3 Perspectivas antropológicas

As reflexões apresentadas até o momento demonstram que o abuso sexual contra a criança é uma forma de violência que tipicamente ocorre dentro de dinâmicas de proximidade e afeto, nas quais a noção de consentimento deve ser relativizada considerando a assimetria de poder e repertório existente entre os agentes, bem como, devido às próprias leis que da cultura,

segundo as quais a criança deve ser preservada da paixão dos adultos para que possa advir como sujeito no laço social.

Do ponto de vista psíquico, uma das dimensões da violência está ligada ao seu caráter qualitativo, remetida a um desejo de destrutividade pelo agente e à percepção/ representação deste desejo por quem sofre ou testemunha o ato violento. Portanto, para compreender porque a violência sexual contra a criança é também uma violação ao psiquismo, é essencial compreender algo sobre as representações acerca do fenômeno. Considerando que a maior parte das violências sexuais contra a criança reveste-se de caráter incestuoso, seja por relação direta ou indireta, cabe explorar a polissemia do conceito.

Enquanto categoria de análise, o incesto comporta dimensões antropológicas, jurídicas, sociais e psíquicas, que se inter relacionam e sobredeterminam as possibilidades de representações singularmente formuladas por cada sujeito. Nas próximas seções analisaremos alguns discursos sobre o fenômeno.

O incesto é um fenômeno intrinsecamente humano e remetido ao campo da cultura. Embora pesquisadores da etologia (Cyrułnik, 2000) observem a presença de um princípio de resistência à proximidade entre membros consanguíneos, que faria com que, de forma geral os espécimes animais buscassem parceiros externos ao núcleo familiar de origem para reprodução, antropólogos e historiadores enfatizam o quanto o incesto é definido a partir de relações de parentesco e sistemas de normas próprios da cultura. É por este motivo, esclarece Cronberg (2021), que somente no humano o ato incestuoso comporta a dimensão transgressiva que o caracteriza.

Na antropologia clássica os discursos sobre o incesto centram-se sobretudo sobre o aspecto de sua interdição, situando-a como fator estrutural e estruturante das sociedades humanas, fundamento das relações de parentesco e dos sistemas de trocas (DUSSY, 2021; HESSE & FERNANDES, 2023). Um dos mais célebres representantes dos estudos antropológicos, Claude Lévi-Strauss escreve "As Estruturas Elementares do Parentesco" (1949), na qual teoriza sobre a origem das sociedades complexas e situa o interdito do incesto como regra primordial responsável pelo salto entre natureza e cultura. Para ele, esta interdição está no limiar entre a natureza (visto seu caráter universal) e a cultura (a medida que inaugura os sistemas de parentesco próprios das sociedades complexas).

Comparando pesquisas etnográficas a respeito de diferentes sociedades autóctones, o antropólogo constata que a interdição do incesto, isto é, a proibição da união conjugal entre indivíduos que tem relação de parentesco, é uma constante em diferentes sociedades, embora adquira particularidades em cada uma. Ele aponta que a interdição das relações endogâmicas

implica no intercâmbio de mulheres entre diferentes clãs ou grupos familiares, demandando trocas entre os grupos. A partir daí estabelecem-se as relações de reciprocidade, sistemas de obrigações mútuas entre os diferentes grupos sociais. Nestes sistemas as mulheres são os objetos de troca entre os núcleos familiares.

Analisando as proposições do antropólogo, Hesse e Fernandes (2023) observam que a interdição do incesto porta um aspecto negativo (nao se unir em matrimônio com sujeitos aparentados) e um positivo, remetido a uma prescrição (conjugar-se em matrimônio com pessoas de outros grupos). As autoras destacam que as trocas e alianças são desdobramentos lógicos da interdição ao incesto, à medida que obrigariam os sujeitos a buscar parceiras pertencentes a outros grupos, tornando norma a exogamia.

De modo geral, a teoria sobre a interdição do incesto permanece presente e hegemônica, pautando os debates sobre o tema tanto na arena pública quanto no âmbito acadêmico. Contudo, influenciadas pelos estudos feministas e de gênero, uma corrente de pesquisadores vem criticando esta hegemonia, apontando as limitações do chamam de um excesso de foco da academia sobre a estrutura de interdição do incesto, em detrimento do estudo sobre a ocorrência do incesto na realidade, evidenciando disparidades de poder calcadas nas assimetrias de gênero e de geração (DUSSY, 2015, 2021; BREY e DROUAR, 2021; HERMAN, 2022).

O trabalho da antropóloga Dorothee Dussy parte do campo de estudos feministas, focado nas relações de dominação de gênero e suas expressões na família, na justiça e na academia, para pensar as relações incestuosas e suas condições de existência nas sociedades ocidentais. A pesquisadora realizou um extenso estudo etnográfico sobre o incesto, concluindo que se trata de uma ocorrência banal, tolerada e paradigmática da sociedade patriarcal, sobre a qual reina o silêncio e o apagamento (DUSSY, 2021). Citando estatísticas que indicam algo da ordem de 5% das pessoas na sociedade ocidental tendo vivenciado relações incestuosas na infância e adolescência, Dussy situa a prática do incesto como fator estruturante da ordem social:

As pesquisas de prevalência (...) mostram que estas proporções são estáveis e transversais a todos os meios sociais e todos os contextos políticos. A banalidade do abuso sexual cometido contra crianças nos obriga a constatar que, assim como sua interdição, a prática do incesto é estruturante da ordem social (DUSSY, 2015, p. 77).

Partindo da imbricação do sistema patriarcal sobre o funcionamento das famílias e instituições, Dussy apresenta que a prática do incesto coloca em ato o domínio masculino e impõe o silenciamento sobre o vivido, restringindo-o ao âmbito doméstico. A autora aponta

limitações à tradição antropológica que coloca a interdição do incesto enquanto fundamento social postulando que essa interdição não engloba todas as dimensões do ato. E adverte que, ao se limitar à análise do interdito, a academia silencia sobre a realidade da violência incestuosa contra a criança, o que contribui para sua perpetuação entre gerações (DUSSY, 2021).

Segundo Dussy (2015), ao instituir a interdição ao incesto como elemento determinante da passagem da natureza à cultura, Levi Strauss remeteu à prática do incesto ao âmbito da animalidade e tornou impensável a existência de pessoas que possam ter interações incestuosas com seus filhos. Esta concepção, segundo a autora, dissimula as relações de dominação que estruturam a instituição familiar e priva os sujeitos de recursos subjetivos para que possam compreender e caracterizar as práticas incestuosas quando têm contato com sua existência.

Ao contrário do pensamento que remete a prática do incesto à animalidade, a pesquisadora aponta que os abusos incestuosos são em sua maioria cometidos por homens ou adolescentes comuns, que consideram legítimo que mulheres e crianças estejam à sua disposição sexual. Após entrevistas com sujeitos encarcerados na França por abuso sexual incestuoso, Dussy (2021) constatou que a grande maioria não se considera pedófilo, tampouco tem preferência particular por crianças; concluindo com base nos relatos que os abusos foram cometidos por ocasião, porque o autor teve a oportunidade, a vítima estava disponível em função de sua fragilidade estrutural. Para a antropóloga, tais justificativas endossam a compreensão de que o incesto se trata, via de regra, de uma performance paradigmática da sociedade patriarcal, que condensa a dominação masculina sobre a família e sobre a sociedade. Nesta perspectiva, o homem - enquanto categoria - abusa porque pode, porque é o natural, porque os corpos de mulheres e crianças e pessoas percebidas como mais frágeis estão à sua disposição para serem desfrutados, instrumentalizados. Portanto, ela reafirma: não são monstros que romperam com a sociedade, e sim, sujeitos que agiram de acordo com o poder que lhes é conferido simbolicamente pela sociedade patriarcal.

A compreensão de Dussy desloca o interdito da prática para o relato sobre o incesto. Para fundamentar sua tese, a autora descreve inúmeros casos, em que pessoas que sofreram incesto, quando dão seus testemunhos, são rechaçadas pela família e mesmo por outras pessoas do convívio social; e contrasta com o tratamento recebido pelos autores, que mesmo condenados pela justiça, continuam integrados ao meio familiar e via de regra não sofrem este processo de rejeição. Sua reflexão nos remete diretamente à discussão sobre o desmentido presente na obra ferencziana; assim como à noção freudiana sobre o tabu.

No capítulo sobre o trauma, observaremos que colocar as experiências em palavras é condição da possibilidade de elaboração. O que permanece oculto não desaparece, segue agindo

de forma sorrateira e silenciosa, ao modo da pulsão de morte (FREUD, 1920). Seja em âmbito terapêutico, seja em âmbito público, ou nas pesquisas acadêmicas: as palavras são veículos de significação e simbolização do vivido.

Com base nas perspectivas apresentadas, compreendemos que, desde um ponto de vista estrutural, a interdição ao incesto tem caráter estruturante para o sujeito e para a sociedade. Paradoxalmente, esta mesma sociedade é permeada por códigos e sistemas de classificações que permitem que a prática do incesto ocorra e seja silenciada. Essa aparente contradição está, em nossa hipótese, na origem dos mal entendidos, desmentidos e outros fenômenos, que tornam a abordagem quanto a esta forma de abuso tão difícil para o campo social.

A transgressão da norma fundamental não se dá sem efeitos e implica cada sujeito de forma singular. Embora desejos incestuosos façam parte do inconsciente, por meio das fantasias edípicas (FREUD, 1913b), a realização destes desejos na realidade adquire caráter de cena traumática, lançando os envolvidos em vivências de desamparo com profundas repercussões no psiquismo (LIMA, 2019).

No próximo tópico, abordaremos a teoria psicanalítica sobre o trauma; para posteriormente abordarmos a relação entre o trauma e o abuso sexual na infância.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRAUMA

O trauma é um conceito oriundo das ciências biomédicas, que se ampliou e passou a ser utilizado com destaque nas ciências psi. Retomando o conceito de trauma de na história, Hofius, Diogo e Cremasco (2012, p. 12) destacam que sua origem é ligada à medicina e da prática cirúrgica, relacionando-se aos termos "ferida", "ferir", e "transparecer", entre outros correlacionados. Em termos psicanalíticos, o trauma pode ser definido sinteticamente como um evento intenso e marcante - pontual ou progressivo, de origem endógena ou exógena - ocorrido no passado, e que estende seus efeitos de devastação ao presente e ao futuro (COELHO JUNIOR, 2016, p. xiv).

Os estudos sobre o trauma psicológico têm sido marcados pela descontinuidade e alternância entre períodos de investigação ativa e períodos de esquecimento. Segundo Hermann (2022), ao tocar em aspectos sensíveis dos sujeitos e do laço social, a reflexão sobre o trauma tem sido repetidamente relegada aos rincões do impensável e submergida por questões quanto

à credibilidade das vítimas. A autora define o trauma psicológico como uma aflição ligada à impotência, na qual a vítima é desamparada por uma força excessiva que a ultrapassa. Quando esta força vem da natureza, falam-se de desastres, quando esta força vem de outros seres humanos, falam-se em atrocidades (HERMAN, 2022, p. 48).

Na contemporaneidade o fenômeno continua sendo alvo de atenção privilegiada, atravessando a reflexão sobre a violência característica das sociedades atuais. Neste sentido, tem sido estudado em sua dimensão macropolítica enquanto incidência coletiva sobre certas populações, como efeito de guerras, da colonização, das dinâmicas de subalternização em geral, assim como em nível micropolítico, remetido às violências institucionais, nos relacionamentos domésticos, e da violência sexual em seus diferentes contextos de ocorrência. A popularização do conceito de estresse pós traumático é um reflexo das formas pelas quais o trauma vem sendo pensado na atualidade (FASSIN e RECHTMAN, 2009).

A teoria psicanalítica sempre se interessou pelo trauma, ora relacionado à dimensão intrasubjetiva e a aspectos estruturais do psiquismo, ora remetido ao registro das relações históricas e intersubjetivas, a eventos contingentes e às vicissitudes do destino de cada um. Seja qual for o aspecto enfatizado, o fenômeno é considerado como resultado de uma série de elementos ocorridos ao longo da história de um sujeito, que interagem e se influenciam. Neste processo atua a ação interpretativa do aparelho psíquico que, junto com a lembrança, faz um trabalho de interpretação e retranscrição dos traços de memória evocados, podendo conferir novas tonalidades afetivas a eles. Freud chama este fenômeno de a posteriori.

Em termos psicanalíticos, o aparelho psíquico tem a função de lidar com a estimulação advinda tanto do mundo externo quanto interno e dar-lhe destino. As demandas internas do organismo são representadas no psiquismo pela pulsão, e sua conciliação com as exigências da realidade é a atividade básica do psiquismo. A pulsão nunca é acessível diretamente e só se faz perceber por meio de seus representantes - ideias ou afetos (FREUD, 1915). As representações arcaicas aos quais estão ligadas às pulsões referem-se às primeiras relações objetivas e guardam a intensidade da sexualidade infantil. Via de regra, são representações insuportáveis ao psiquismo, portanto, recalçadas; o retorno do recalçado, em fases posteriores, é um dos motivos do traumatismo, remetido ao processo secundário.

No percurso freudiano, o trauma se constitui na primeira hipótese etiológica sobre as neuroses, concepção presente nos textos produzidos entre 1892-1897. Neste período Freud compreendia o trauma como fruto de um fator externo - no caso da histeria, de uma cena de sedução de um adulto sobre uma criança - que incidiria de forma excessiva no psiquismo. Tal concepção foi secundarizada posteriormente pela descoberta da sexualidade infantil e da

fantasia, que deslocaram a ênfase da causação traumática para fenômenos pertencentes à esfera da realidade psíquica, não mais apenas da realidade externa, concreta. Com isso, o foco recai sobre questões como a pulsão, inconsciente, sexualidade infantil e fantasias (MEZAN, 2019)

A partir de 1920 o trauma passa a ser pensado por Freud como ligado aos excessos e à compulsão à repetição, efeito da pulsão de morte. Freud relaciona esta repetição não à ação de um retorno do recaiado, mas à ação de marcas que não puderam ser assimiladas pelo psiquismo, e permanecem na ordem um excesso não inscrito na ordem da representação. Trata-se da concepção de trauma como efração, ligado ao aspecto quantitativo e ao despreparo psíquico para assimilá-lo, resultando em um excesso de energia pulsional não enlaçada simbolicamente. Este é o segundo modelo de trauma na teoria psicanalítica.

Posteriormente, sintetizando as diferentes concepções sobre o trauma presentes na teoria, Freud relaciona o trauma à experiência de angústia e teoriza que as excitações geradoras do afeto poderiam ser tanto de origem exógena quanto endógena; que, de fato, ambas as dimensões se entrecruzam de forma complexa, gerando os efeitos traumáticos (FREUD, 1926;1938) .

Além de Freud, um dos autores psicanalíticos que se debruçou sobre as questões traumáticas e suas incidências clínicas com mais profundidade foi o psicanalista húngaro Sandor FÉRENCZI. Conhecido por ser um analista de casos difíceis, a traumatologia de FÉRENCZI se constrói em um contexto relacional, sobredeterminada pela ação de diversos personagens que se influenciam mutuamente e cujas ações incidem sobre a instauração dos efeitos do trauma (DAL MOLIN, 2016).

Baseando-se em sua clínica, em suas obras Ferenczi descreve o potencial traumatológico de um ambiente que não acolhe a criança de forma adequada, seja por excesso de ausência ou de presença, ou por distorções qualitativas na relação com a criança que desconsideram a singularidade desta e a invadem com injunções as quais não têm capacidade de lidar. Neste sentido, Ferenczi qualifica como traumáticas diversas modalidades de mal acolhimento à criança, e descreve uma série de vicissitudes para o psiquismo que se encontra com o trauma de forma precoce, questionando-se sobre a postura do analista diante de sujeitos marcados por elas. Segundo FÉRENCZI, a incapacidade do ambiente em acolher e dar crédito ao sujeito vítima de uma comoção torna a experiência ainda mais traumatizante, colocando entraves à sua elaboração.

A seguir, abordaremos com maiores detalhes as traumatologias Freudiana e Ferencziana, pontuando pontos de consonância e descontinuidade entre ambas. Para,

posteriormente neste trabalho, aprofundarmos a questão do trauma em sua relação com o abuso sexual na infância.

2.2.1 O Percurso do trauma na Obra Freudiana

O trauma sempre esteve presente na teoria freudiana, sendo compreendido de formas distintas ao longo das produções do autor, em consonância com o desenvolvimento da teoria.

Como é sabido, Freud era um médico neurologista que, na clínica com pacientes histéricas, realizou o gesto revolucionário de prestar atenção no que suas pacientes diziam. Ele percebeu que o conteúdo dos relatos dava pistas valiosas sobre a etiologia de seus sofrimentos, tendo além disso efeito de alívio sobre os sintomas apresentados. Esta modalidade de tratamento foi nomeada por uma de suas pacientes como *talking cure* - terapia pela fala. Freud deu dignidade ao relato das pacientes ao considerá-lo como portador de uma verdade sobre seu sofrimento; verdade por vezes inconveniente, que contradizia muitas das crenças sustentadas na época.

A escuta das primeiras pacientes revelou uma infinidade de conteúdos ligados à infância e à sexualidade que se expressavam nos sintomas e conversões histéricas. Tentando dar algum contorno à experiência das pacientes, considerando a relação entre os sintomas e os conteúdos de suas falas, Freud concebeu sua primeira teoria sobre o trauma e a etiologia das neuroses, baseada na hipótese da sedução traumática.

2.2.1.1 Neurose e sedução traumática

Nos primeiros textos psicanalíticos, escritos quando ainda trabalhava com Charcot e Breuer, a histeria era compreendida como fruto de uma espécie de inflamação ou irritação nos órgãos genitais femininos. Esta concepção foi parcialmente abandonada a partir da compreensão de que homens também apresentavam sintomas histéricos, de forma que passou-se a procurar em outro lugar a origem dos sintomas.

A relação entre trauma e sofrimento psíquico remete aos primeiros escritos freudianos. Em 1892, Freud relaciona a etiologia da neurose aos efeitos de uma vivência traumática que não pôde ser descarregada pelo psiquismo, seja por meio de reação motora, seja por meio do pensamento. A impossibilidade de descarga se daria porque resultaria em conflitos psíquicos

angustiantes, ou porque as impressões teriam sido recebidas enquanto o sistema nervoso estava em um estado particular no qual foi incapaz de eliminá-las. Constatando que memórias deste tipo estavam ausentes da consciência do paciente, mas eram acessíveis durante o estado de hipnose, Freud cogitou que seriam relativas a eventos ocorridos durante estados oníricos, em que o paciente não estava consciente, impossibilitando a reação adequada (FREUD, 1892).

Sobre a natureza de tais memória, Freud (1893) especifica que as impressões que têm potencial traumático são aquelas referidas a algum perigo mortal ou ameaça de vida, e que portanto suscitam o afeto de terror, contudo não tem gravidade suficiente para eliminar a atividade psíquica. Devido ao terror despertado, a impressão destes eventos, que ele chama de traumáticos, se isola no psiquismo e torna-se apartada das demais memórias, persistindo por longo tempo com surpreendente vigor e colorido. Mais tarde ele especifica que, no caso da histeria, estes eventos seriam experiências de sedução, isto é, abuso sexual que as pacientes teriam sofrido na infância por adultos, muitos do círculo familiar. As conversões histéricas seriam uma forma de reprodução alucinatória do evento traumático enriquecida com impressões afetivas posteriores, inter relacionadas (FREUD, 1895).

É sob esta chave de compreensão que em "Estudos Sobre a Histeria" (1893 - 1895) Freud e Breuer expõem sua fórmula de que "as histéricas sofrem por reminiscências", isto é, por traços de memórias. As impressões advindas da experiência traumática seriam submetidas a um período de esquecimento e reativadas por experiências posteriores - que por algum traço coincidente remeteriam à experiência primeva, provocando sua rememoração sob a influência dos novos esquemas de compreensão adquiridos com o amadurecimento, e sua reinscrição sob o signo da nova interpretação alcançada pelo psiquismo. A conjunção entre os dois eventos e a consequente reinterpretação da cena inicial, eminentemente de cunho sexual, conferiria à cena seu valor traumático e daria origem aos sintomas neuróticos, formas de defesa contra o desprazer gerado pela rememoração/ re-interpretação da cena. Freud sublinha que diversos eventos se associam ao episódio da sedução, se relacionam e compõem a experiência traumática: "A cadeia de associações tem sempre mais que dois elos; e as cenas traumáticas não formam uma simples enfiada, como um colar de pérolas, mas ramificam-se e interligam-se como árvores genealógicas"(FREUD, 1896, p. 223).

Nas "Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa", texto publicado em 1896, Freud reafirma a etiologia sexual da histeria e retoma um elemento essencial à teoria psicanalítica do trauma: a temporalidade. Diante da constatação que a sedução traumática vivida na infância só exercia seus efeitos em um momento posterior, ele aponta que na rememoração a experiência é reinterpretada de acordo com o conhecimento adquirido pela maturidade

psicossexual e pelas sensações e interesses por ela aflorados; a partir das lentes da vergonha, do asco, e outros sentimentos despertados pela noção de moralidade desenvolvida junto com a maturidade.

Nesta época da teoria, Freud operava com a concepção segundo a qual a criança seria destituída de sexualidade, de forma que seus desejos e fantasias não participariam da experiência traumática. A descoberta quanto a sexualidade infantil levou-o a novos rumos em sua teorização, que passa a privilegiar o papel das pulsões e fantasias na vivência traumática.

2.2.1.2 Trauma e realidade psíquica

Em setembro de 1897, em uma carta a Fliess, Freud declara uma de suas célebres frases: "Não acredito mais em minha neurótica" (FREUD, 1897b). Afirma compreender, então, que os relatos de sedução trazidos pelas pacientes seriam majoritariamente frutos da fantasia e não de fatos concretos efetivamente vivenciados por elas. Dentre as justificativas para sua asserção, alega que admitir tais relatos como verdadeiros implicaria admitir um número expressivo de pais que cometeriam incesto, o que seria improvável⁶. Ademais, a percepção sobre a presença de fortes desejos endereçados aos pais levou a uma mudança nos rumos da teorização psicanalítica.

Freud percebe que os pacientes mantinham impulsos ambivalentes de amor e hostilidade em relação aos pais, teoriza que estes seriam derivados de impulsos infantis recalçados e que podem ser despertados posteriormente causando angústia, auto acusações e sintomas neuróticos. A partir desse momento ele passa a privilegiar o papel das fantasias na etiologia traumática, asseverando que este seria efeito de produções do próprio sujeito e não necessitaria de um evento externo para se constituir (MEZAN, 2019).

O acento na fantasia, enquanto produzida pelo paciente e constituinte de sua realidade subjetiva, desloca a ênfase do exógeno para o endógeno, por meio da realidade psíquica do sujeito, na causação dos sintomas neuróticos. Moreno (2009), aponta que a virada teórica que passa a priorizar a fantasia não significa a abolição da importância da realidade material, mas um reposicionamento da compreensão sobre a neurose, agora ancorada na realidade do desejo e das fantasias inconscientes. Esta virada, segundo a autora, introduz a dimensão da

⁶ A assertiva de Freud a este respeito foi problematizada por autores como Jeffrey (2012) e Herman (2022), que questionam a generalidade de tal afirmação e apontam para efeitos de silenciamento e descredibilização das vítimas.

subjetividade, situada entre o real e o vivido, retirando o psiquismo de um arco reflexo mecânico e complexificando sua compreensão. O mais importante passa a ser considerar que as memórias construídas *a posteriori* se relacionam com as memórias infantis e dão origem aos sintomas.

Um dos pilares da produção psicanalítica foi o texto "Interpretação dos sonhos", publicado em 1900, no qual Freud postula a noção de realidade psíquica e a relaciona à verdade dos desejos inconscientes. Neste texto ele expõe as bases do funcionamento inconsciente, dentre as quais está a ausência de distinção entre o que é real e o que é fantasiado; para o inconsciente, só importa a realidade psíquica, e esta nem sempre corresponde, parcial ou inteiramente, à realidade exterior dos fatos. Ainda neste texto, Freud define a fantasia, conceito importante para a compreensão do trauma. Ele a descreve em analogia aos sonhos diurnos, como uma formação de compromisso, intimamente conectadas aos desejos inconscientes.

O conceito de fantasia é tratado por Freud ao longo de seus textos, e não nos cabe aqui fazer uma exposição exaustiva sobre as diferentes concepções apresentadas por ele. Ficamos aqui com a síntese de Laplanche e Pontalis (2004), segundo a qual a fantasia corresponde a um "roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo, e em última análise, de um desejo inconsciente" (p. 169). Os autores delineiam que há diferentes modalidades de fantasias, que podem ser conscientes (sonhos diurnos); inconscientes, subjacentes a um conteúdo manifesto; ou originárias. Embora existam fantasias originárias que remetem aos objetos arcaicos da pulsão, Hofius, Diogo e Cremasco (2013) enfatizam que a construção das fantasias não remonta necessariamente à infância, sua formulação pode se dar num tempo posterior, sendo realocada às lembranças infantis de forma retrospectiva.

A publicação dos Três Ensaios Sobre a Sexualidade (1905) constitui outro marco na produção psicanalítica ao afirmar a existência da sexualidade infantil e sua centralidade na vida psíquica. Neste texto Freud qualifica a sexualidade infantil como perversa e polimorfa, ou seja, marcada pela indeterminação constitucional dos objetos e modos de satisfação, que seriam construídos singularmente na trajetória de cada sujeito, a partir dos primeiros objetos - edípicos. O texto foi suplementado posteriormente com adendos que aprofundam a teoria da sexualidade, culminando na sexualidade genital, identificada à adolescência e à idade adulta. Com base nesta nova concepção, Freud (1906) pontua que as fantasias de sedução reveladas pelos neuróticos consistem em tentativas de camuflar lembranças relativas à sua própria atividade autoerótica, e passa a dar ênfase à forma como cada sujeito reage frente às excitações sexuais e as fantasias que produz neste caminho.

A partir daí, o complexo de Édipo passa a ser o modelo a partir do qual os sujeitos se subjetivam e se colocam no laço social. O complexo é considerado por Freud um herdeiro dos conflitos vivenciados pela própria humanidade em seu desenvolvimento filogenético, condição necessária para a maturidade do sujeito e sua inserção na sociabilidade (FREUD, 1913). A importância do complexo de Édipo se fundamenta no fato de que é no âmbito das primeiras relações objetivas que se constroem as representações arcaicas das pulsões, base a partir da qual se desdobrarão as representações futuras, que nortearão o sujeito e suas relações de objeto. A sexualidade se desenvolve em relação estreita com as dinâmicas edípicas, seja por negação, reafirmação, reformulação, destas tramas (FREUD, 1917).

Ao mesmo tempo que afirma os anseios edípicos na criança, Freud (1920) pondera sua incapacidade constitucional de concretizá-los. O descompasso entre tais possibilidades estaria na origem mesmo da sexualidade em seu registro traumático, levando à instalação do complexo de castração e ao declínio do Complexo de Édipo. Este processo culmina na internalização das normas sociais e na constituição do superego - representante intrapsíquico da autoridade paterna e dos imperativos culturais. O sujeito idealmente abdicaria dos objetos edípicos, direcionando seus investimentos para outros objetos, substitutivos, externos ao núcleo familiar (FREUD, 1924).

O complexo de Édipo demonstra a dimensão inerentemente traumática da sexualidade, enquanto força inicialmente destinada ao fracasso. A incompatibilidade entre a força das pulsões da criança e sua precariedade constitucional para realizá-las, assim como os intensos afetos de hostilidade e desamparo despertados pelas interdições às satisfações edípicas, impõem à criança a frustração de seus desejos, e em última instância, a realidade da castração. Este processo evidentemente não se dá sem protestos, resistências, e uma quantia considerável de hostilidade direcionada aos agentes de tais interdições.

No curso do Édipo, a criança vivencia intensa ambivalência afetiva, visto que seus objetos de amor ocupam simultaneamente o papel de agentes das interdições, portanto objeto do ódio, o que torna a situação bastante complexa para o psiquismo infantil. Em sua imaturidade constitucional, o pequeno sujeito precisa conciliar a intensidade de seu afeto e impulso erótico direcionado aos objetos edípicos, com o ódio despertado pela interdição a execução de tais impulsos - proporcional à intensidade do afeto - colocada em ato pelos mesmos objetos. Para fazê-lo o psiquismo aciona o recalque, mecanismo de defesa que separa uma moção pulsional de sua representação original, considerada desagradável, e a substitui por outra, diluída a ponto de poder ser admitida pela consciência. O recalque atinge as representações de impulsos

amorosos e impulsos hostis do sujeito, tornados inaceitáveis pela ação da educação e pela instituição do superego, e, portanto, insuportáveis.

O trauma, ou a neurose, teria origem em momento posterior, quando em função de alguma vivência, lembrança ou vicissitude da vida, tais representações seriam novamente evocadas - processo que Freud denomina de retorno do reprimido (FREUD, 1915). As diferentes formas de neuroses passam a ser classificadas de acordo com as fantasias subjacentes e as formas de defesa a elas, que dariam origem a determinadas modalidades sintomáticas (FREUD, 1917).

A despeito das modificações empreendidas por Freud em sua teoria sobre as origens do sofrimento psíquico, o efeito do a posteriori, ou do *après-coup*, permanece central na compreensão do trauma. Buscando dar maior consistência à temporalidade do trauma conforme este paradigma, André (2008) demarca os tempos que compõem a experiência traumática, caracterizando-os segundo golpes que acometem o psiquismo. Assim, ele coloca que o evento inicial, ao não produzir efeitos, não se constitui em um golpe ao psiquismo; o primeiro golpe é sentido no momento 2, a posteriori, no qual o evento inicial é rememorado e reinterpretado, e a partir do qual se instauram os efeitos traumáticos. Segundo o autor: "O tempo 1 é aquele que se dá no *après-coup*, o segundo na ordem cronológica, porque é a partir dele que se abre a temporalização e se conjuga no passado o primeiro golpe. O tempo 1 é o segundo golpe e o primeiro tempo" (ANDRÉ, 2008, p. 142).

Os avanços teóricos realizados por Freud nesta etapa de sua produção foram imensos e deram os fundamentos para a consolidação da psicanálise enquanto uma disciplina singular a respeito do psiquismo, marcado pela lógica dos processos inconscientes (MEZAN, 2019). Os conceitos produzidos nesta etapa deram base para um novo salto na teoria, efetuado no momento seguinte, a partir de novas demandas clínicas observadas por Freud.

A partir da primeira guerra mundial, ocorrida entre 1914-1918, Freud passa a atender ex combatentes de guerra e se depara com impasses que o levam a uma nova teoria sobre as neuroses traumáticas. Ao contrário da visão médica corrente, que compreendia esses traumas como decorrentes de abalos no sistema nervoso, Freud caracteriza a neurose traumática no plano subjetivo, ao postular que as intensidades da guerra só se constituíam em traumas em alguns sujeitos, em conexão com seus conteúdos internos.

2.2.1.3 Trauma, pulsão de morte, angústia

O atendimento de pessoas que retornavam da guerra impulsionou Freud a voltar seu olhar, mais uma vez, ao aspecto econômico do traumatismo, e o papel das intensidades na experiência traumática.

Em texto de 1917, ele reafirma o trauma como relacionando-o a uma quantidade excessiva de excitação, e destaca a articulação de fatores inatos e da história do sujeito em séries complementares que estariam na origem de manifestações sintomáticas. Comparando as neuroses traumáticas e as neuroses de defesa, explica que ambas se originam de uma fixação no passado, contudo, ao passo que as neuroses de defesa se originam a partir da fixação em fases do desenvolvimento psicosexual infantil, as neuroses traumáticas se originam pela fixação na situação traumática. Segundo ele:

É como se estes pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada; e levamos muito a sério esta impressão. Mostra-nos o caminho que podemos denominar de aspecto econômico dos processos mentais. Realmente, o termo "traumático" não tem outro sentido senão o sentido econômico. Aplicamo-lo a uma experiência que, em certo período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera (FREUD, 1917a, p. 325)

Em síntese, todas as neuroses se originam de um processo defensivo do ego a partir da identificação de um perigo. Nas neuroses de transferência, o inimigo é a própria libido do sujeito, contra a qual se erigem as defesas (recalque); nas neuroses traumáticas e de guerra, o perigo ameaça o Ego desde o lado de fora, vindo do ambiente (FREUD, 1919).

Trazendo a dimensão da temporalidade nas diferentes modalidades de neurose, Hofius, Diogo e Cremasco (2013) apontam que nas neuroses de transferência as experiências são apenas potencialmente traumáticas (visto que dependem de uma atualização e reinterpretação posterior), enquanto nas neuroses traumáticas os danos psíquicos são imediatos. Apesar disso, os autores apontam que as neuroses traumáticas também se relacionam com a constituição psíquica singular, visto que a qualificação de uma experiência como excessiva não prescinde da mediação do sujeito. O trauma é sempre resultado do impacto de um ou mais acontecimentos sobre uma organização psíquica singular, calcada em sua história e na interpretação que será dada sobre o vivido.

No texto "Muito Além do Princípio do Prazer" (1920), Freud introduz a magnitude da ação da pulsão de morte nos processos psíquicos traumáticos. Ele parte da compulsão à repetição, observada na sintomatologia das neuroses traumáticas, e a assemelha ao processo envolvido no jogo do fort-da, brincadeira infantil que consiste na repetição de vivências desagradáveis, e que tem por objetivo a elaboração do desprazer delas decorrente. A repetição da experiência se dá a partir de uma mudança de posições, na qual o sujeito repete de forma ativa, uma experiência originalmente vivenciada de forma passiva, possibilitando um ganho de prazer a partir do domínio da experiência. Freud pontua que este ganho de prazer é de outra ordem em relação ao princípio de prazer, e estabelece uma diferença em relação à fixação neurótica, relativa ao retorno do recalcado. Para ele, a compulsão à repetição responde a "tendências mais arcaicas e que atuam de forma independente do princípio de prazer" (FREUD, 1920, p. 143).

Neste texto, Freud propõe o modelo da vesícula viva para apresentar os efeitos do traumatismo, compreendendo-o como uma efração de altas quantidades de energia que irrompem a barreira protetora contra estímulos, e não são assimiladas pelo psiquismo. O trauma é assimilado a uma quantidade de energia não elaborada, não ligada, que permanece fora do registro da representação. O automatismo à repetição denuncia a impossibilidade de inscrição do conteúdo com o qual o psiquismo foi confrontado, ao mesmo tempo em que constitui uma tentativa de elaborar o excesso energético, convertendo-o em energia ligada a representações, e portanto passível de assimilação. O conceito de elaboração marca esta possibilidade de inscrição de afetos em representações psíquicas, com efeito de significação.

Inaugura-se uma nova teoria pulsional caracterizada pela oposição entre pulsão de vida e pulsão de morte. A pulsão de vida é marcada pela tendência à união, à ligação, ao contrário da pulsão de morte, que tem como tendência a desorganização, fragmentação e disjunção. Quando a pulsão de morte não é regulada pela pulsão de vida ela provoca a dimensão traumática. Quanto à repetição, ao mesmo tempo que tem um caráter mortífero, presentificando o trauma e a angústia para a sujeito, ela é portadora de possibilidades de vida e crescimento. Refletindo nesta direção, Birman (2020) aponta que por meio da repetição o sujeito tenta simbolizar a catástrofe que o acometeu, destacando uma possibilidade restaurativa a partir da repetição e seu potencial criativo, à medida que provoca a reorganização dos afetos e reinvenção de si.

Em continuidade ao desenvolvido em trabalhos anteriores, em 1920 Freud mantém a teoria da neurose traumática como reação a um perigo externo, acarretando um processo de repetição derivado do terror vivenciado durante a experiência traumática. A impossibilidade de

inscrição presentifica o trauma, gerando um estado de expectativa de perigo que se traduz em angústia. A angústia e sua relação com o trauma será melhor explorada por Freud em 1926, no texto "Inibição, Sintoma e Angústia". Neste texto ele articula o trauma em sua relação com o desamparo e à castração, atualizado em diversos momentos ao longo da vida do sujeito, por meio de experiências que remetam ao desamparo inaugural e passam a ser identificadas como situações de perigo, despertando angústia. Freud descreve que as primeiras situações de desamparo são vivenciadas no nascimento, depois no desmame, e se reatualizam conforme o desenvolvimento do sujeito, tendo como denominador comum a perda de um objeto considerado vital à sobrevivência do sujeito.

O conteúdo da situação de perigo se liga inicialmente à perda do objeto, transformando-se depois em angústia de castração, e posteriormente em angústia moral, momento em que o perigo se relaciona ao temor da perda do amor do superego. As diferenciações conquistadas com o desenvolvimento não extinguem os modos de funcionamento anteriores, de modo que as angústias despertadas em fases já atravessadas coexistem com angústias do presente. Neste contexto, o traumático está relacionado às experiências de perda e separação, reatualizadas em diferentes momentos da vida do sujeito.

O perigo de desamparo psíquico é apropriado ao perigo de vida quando o ego do indivíduo é imaturo; o perigo da perda de objeto, até a primeira infância, quando ele ainda se acha na dependência de outros; o perigo de castração, até a fase fálica; e o medo do superego, até a fase de latência (FREUD, 1926, p. 142).

Freud diferencia duas modalidades de angústia, uma como fruto de uma experiência traumática, assim como, sinal da proximidade de uma possibilidade traumática. A angústia sinal é acionada pela evocação de um perigo potencial - real ou imaginado pelo sujeito - permitindo que este antecipe suas defesas e não seja surpreendido pela experiência potencialmente traumática. A angústia propriamente dita, por sua vez, surge quando o psiquismo é confrontado com uma experiência excessiva - vindo ela de dentro, de caráter pulsional, ou de fora, da relação com o meio - para a qual não estava preparado, portanto, estava indefeso. Este excesso tem um valor de efração, transborda a capacidade do psiquismo de administrar as quantidades a que está exposto, gerando o afeto de angústia. Em função do contexto de despreparo, o sujeito é lançado em uma experiência catastrófica, cujo excesso busca dominar por meio do automatismo de repetição. Este por sua vez, perpetua a vivência traumática, presentificando-a e estendendo seus efeitos ao longo do tempo (FREUD, 1926).

Freud (1926) aponta que as exigências pulsionais podem ser percebidas como um perigo pelo sujeito, despertando a angústia. Isso se dá quando o sujeito compreende que sua satisfação provocaria um perigo externo, uma ruptura como um objeto de amor considerado essencial à sua sobrevivência, uma ruptura em relação a um ideal acalentado pelo sujeito, enfim, a perda de um objeto estimado pelo sujeito e sentido como parte de si. Situações nas quais o perigo interno representa um perigo externo. O significado da situação de perigo está ligado à consideração que o sujeito faz de sua capacidade de enfrentá-lo.

Sintetizando suas produções anteriores, em *Moisés e Monoteísmo* (1939), Freud retoma a compreensão do trauma como fruto de vivências sofridas no próprio corpo ou de percepções sensoriais de algo visto ou ouvido, ou seja, percepções. Esta exposição reafirma o trauma originado em articulação com a realidade psíquica, que, em que pese seja construída com base em vivências e percepções, tem a marca do sujeito e sua forma singular de apreensão. Referindo-se aos efeitos do traumático, Freud menciona a ocorrência de fenômenos patológicos que permanecem isolados da cadeia associativa e não sofrem influência da realidade externa, comparando-os a um continente isolado dos demais territórios. Estes fenômenos podem assumir proporções catastróficas ao psiquismo:

Poder-se-ia dizer, um Estado dentro de um Estado, um partido inacessível, com o qual a cooperação é impossível, mas que pode alcançar êxito em dominar o que é conhecido como partido normal e forçá-lo a seu serviço. Se isso acontecer, acarreta uma dominação, por parte de uma realidade psíquica interna, sobre a realidade do mundo externo, e está aberto o caminho para a psicose (FREUD, 1939, p. 91).

Neste mesmo texto, Freud aponta que o trauma engendra alterações no ego comparáveis à cicatrizes, e que podem levar à fragmentação egóica. Ele situa a compulsão à repetição como uma tentativa de cura, à medida que busca assimilar ao ego as partes que ele não pôde integrar. A repetição se constitui em:

Um esforço para reconciliar com o resto aquelas partes do ego que foram expelidas pela influência do trauma. Uma tentativa desse tipo raramente tem êxito, finda com bastante frequência por uma devastação ou fragmentação completa do ego, ou por ele ser esmagado pela parte que foi precocemente expelida e que é dominada pelo trauma (FREUD, 1939, p. 92).

O trauma pode se configurar como mais ou menos desestruturante, conforme as possibilidades de elaboração empreendidas pelo sujeito singular, esteja ele no campo da neurose, psicose ou das perversões. Moreno (2009) situa os efeitos do trauma conforme dois aspectos: positivos e negativos. Aspectos positivos se relacionam à tendência à repetição da experiência para colocá-la em funcionamento na atualidade, torná-la real, seja pela recordação,

seja pela repetição. Já as reações negativas visam o oposto, ou seja, que o trauma esquecido não seja lembrado ou repetido. São reconhecidas como reações defensivas, e se expressam por impedimentos que podem se intensificar em inibições e fobias. Ambas as tendências constituem fixação no trauma, conduzem a alterações no ego emprestando-lhe traços de caráter e possuem uma qualidade compulsiva.

A autora destaca que, ao situar os efeitos do trauma em termos de danos narcísicos, que conduzem a uma cisão do ego e ao risco de fragmentação, Freud distancia os efeitos do trauma da etiologia da neurose - baseada no recalque - e aproxima-os da melancolia, compreendida como uma patologia narcísica originada a partir da clivagem. Abordaremos mais sobre a melancolia no tópico sobre introjeção do agressor, fenômeno trazido por Ferenczi para descrever alguns efeitos do traumatismo.

Ponderando sobre as modificações na teoria freudiana do trauma, Knobloch (2022) aponta que está presente uma certa assimilação do trauma a um corpo estranho que penetra no organismo e estende sua ação patogênica ao longo do tempo; como uma ação desencadeadora, que se inter-relaciona com outras lembranças e produz o efeito traumático. As origens deste corpo, e o que faz com que seja percebido como estranho, modifica-se ao longo dos trabalhos freudianos.

O traumático, em Freud, remete a processos que fazem parte da estruturação do sujeito, da mesma maneira que pode se referir aos efeitos de eventos contingentes que incidem sobre seu destino. As duas instâncias, exógena e endógena, se atravessam e complementam.

Independente do período teórico, Freud destaca como ponto comum às experiências traumáticas o caráter excessivo da estimulação frente aos recursos do sujeito para elaboração, o que impossibilita sua inscrição psíquica. A temporalidade é afirmada como um fator intimamente articulado ao trauma, seja em relação à sua constituição em dois tempos, seja por seus efeitos que não se restringem aos eventos específicos e se estendem no tempo. Ainda, a sobredeterminação do fenômeno é expressa na menção às séries complementares, experiências vivenciadas pelo sujeito que se articulam umas com as outras e exercem efeitos de significação mútua, segundo a temporalidade própria ao inconsciente.

Na seção a seguir, abordaremos a traumatogênese proposta por Ferenczi, psicanalista que parte das concepções freudianas e as relaciona com a ação do ambiente, ousadia que atraiu a admiração e o desprezo do próprio Freud e de outros membros da sociedade psicanalítica da época.

2.2.2 A dimensão intersubjetiva do trauma: A leitura de Ferenczi.

Sandor Ferenczi, médico neurologista e psicanalista húngaro, foi discípulo e contemporâneo de Freud, sendo além de tudo um amigo e importante interlocutor do criador da psicanálise (BALINT, 2011). A relação entre ambos é objeto de reflexão de diferentes autores dedicados à compreensão da história psicanalítica. O psicanalista húngaro é notório pela inventividade e pela liberdade de criação, além de ser reconhecido como um analista de casos difíceis.

Sua prática clínica inclui um período em ambulatório de atendimento a mulheres trabalhadoras da prostituição; longos anos dedicados ao exercício como perito judicial; trabalho como médico no *front* durante a primeira guerra mundial; e clínica privada, exercida nos anos anteriores e posteriores à guerra. A história de um sujeito direciona seus interesses e produções, e isso se mostra na obra ferencziana. Sem romper com a trajetória freudiana, o autor amplia e desenvolve os estudos sobre a sexualidade, a fantasia e demais processos inconscientes, centrando seu olhar sobre as relações de objeto na etiologia do trauma e dando ênfase à fragilidade original do humano e do infantil perante o ambiente (FIGUEIREDO, 2003). O infantil é um foco privilegiado das reflexões de Ferenczi e de seu trabalho na clínica: "raspe o adulto e você encontrará a criança"(FERENCZI, 1909).

A teorização de Ferenczi sobre o trauma está presente desde seus primeiros artigos, embora de forma mais intensa nos trabalhos produzidos do final da década de 20 até sua morte, em 1933. Esses textos representam uma mudança de paradigma em relação à teoria do trauma corrente na psicanálise até então (MÉSZAROS; DAL MOLIN; MEZAN, 2011). Nos textos ferenczianos, não se trata da angústia originada a partir de experiências constitutivas de desamparo, mas sim, decorrentes de uma outra ordem de acontecimentos originados na relação com o ambiente.

O trauma ferencziano se relaciona com um excesso e também com a impossibilidade da introjeção de determinados sentidos. Ele denomina de choque, ou comoção psíquica, o momento em que o psiquismo é invadido por quantidades excessivas de excitação, e que se constituiria no evento inicial do trauma. Ao acometer o sujeito sem preparação, o choque causa uma espécie de anestesia psíquica, de aniquilamento, que o impede de agir e de pensar, conseqüentemente, de se defender (FERENCZI, 1934).

A comoção traumática pode ser decorrente de situações pontuais, excessivas, que incidem sobre o sujeito, ou se constituir a partir de um ambiente insuficiente, que não ampara

o psiquismo infantil. Em qualquer dos pólos deste *continuum*, trata-se de um ambiente que não protege, não exerce de forma suficiente, mínima, seu papel de pára-excitação necessário ao momento de desenvolvimento em que a criança se encontra.

Kupermann (2002) observa que a construção da traumatogênese ferencziana se apoia em dois elementos da teoria freudiana: a teoria da sedução e a teoria do trauma como fruto de excesso pulsional. Da teoria da sedução, Ferenczi extrai a noção da experiência traumática como provocada inicialmente por um elemento externo que atinge o organismo, cujo efeito se dá apenas em um momento *a posteriori*, mediante a rememoração e ressignificação do evento inicial. Da teoria do trauma como excesso, Ferenczi adota a ideia do choque traumático, dado pela emergência de conteúdo pulsional excessivo e não assimilado que invade a barreira protetora contra estímulos (KUPERMANN, 2022, p. 71).

Num de seus textos mais célebres sobre o trauma, *Confusão de Língua entre os Adultos e as Crianças*, Ferenczi (1933) tece suas ideias a partir de uma cena de abuso sexual praticado por um adulto em relação a uma criança. Ele cunha a metáfora da "confusão de línguas" para explicar a dinâmica relacional da cena, descrevendo que ante uma demanda de amor da criança, o adulto reagiria de forma apaixonada, desde o registro da sexualidade adulta. Esta resposta teria um valor traumático, invadindo a criança com sensações para as quais não está preparada e que não tem condições de compreender, além de confrontá-la com os sentimentos complexos de culpa e remorso do adulto.

Porém, o efeito do trauma não se resume a esta cena, e é consolidado quando a criança é descredibilizada por outros adultos de confiança. Ferenczi confere um valor central à possibilidade de reconhecimento da criança pelo ambiente. Quando este reconhecimento é falho e a criança é desmentida, os efeitos traumáticos se instalam, com empobrecimento ao psiquismo. A criança em sua fragilidade e dependência não consegue enfrentar o adulto, e reage ao desmentido localizando em si a integral responsabilidade pelos sofrimentos vivenciados, com consequências profundas em seu psiquismo.

Sintetizando a traumatogênese ferencziana, Mészáros, Dal Molin e Mezan (2011) elucidam que esta é composta de elementos dinâmicos intrapsíquicos e interpessoais, tendo como ponto de partida um evento real (em oposição à fantasiado) que engendra uma certa dinâmica intrasubjetiva. As defesas patogênicas mais caracteristicamente acionadas são a clivagem e a identificação com o agressor. Nos próximos tópicos abordaremos com mais detalhes algumas reflexões ferenczianas a respeito do trauma, sem pretensão de esgotá-las.

2.2.2.1 A criança mal acolhida e o trauma

No decorrer de sua clínica, Ferenczi deparou-se com inúmeros pacientes que apresentavam uma angústia intensa que compreendeu como decorrente de vicissitudes decorrentes das primeiras relações objetais. A partir de então, ele teorizou que a incapacidade do ambiente em conter e amparar o sujeito em suas necessidades, oferecendo sustentação suficiente, abre caminho para o traumático, seja por ausência ou por intrusão, invasão.

No texto "Adaptação da Família à Criança" (1928) Ferenczi sublinha a importância dos traumas ocorridos em tenra idade, apontando que um dano infligido no início da vida tem o potencial de projetar uma sombra por toda a vida do sujeito. Ele aponta a insuficiente adaptação de muitos adultos à sensibilidade das crianças, ponderando que este impasse advém do esquecimento dos adultos quanto à sua própria infância.

Retomando a teoria freudiana sobre o desenvolvimento psicosexual em etapas, cada qual baseada na predominância de determinadas zonas erógenas, Ferenczi destaca o caráter traumático envolvido nos processos educacionais que visam o ingresso da criança no laço social. Ele se refere ao trauma do desmame, do treinamento de higiene, da supressão de maus hábitos (auto erotismo) e da passagem da infância à vida adulta. Estes processos, que envolvem o controle de funções corporais e interditam certas formas de satisfação corporal em prol de normas sociais, são inerentemente traumáticos, à medida que obrigam a criança a submeter seu corpo a uma lei imposta pelo ambiente, por razões que ela é incapaz de compreender, num momento de seu desenvolvimento em que ainda está aprendendo a lidar com limitações à sua onipotência.

Quando conduzida por cuidadores sensíveis, capazes de modular suas exigências às capacidades da criança e acolher seus tropeços, envolvendo-a em palavras que dêem sentido à experiência enquanto condutora do crescimento ao qual toda criança almeja, essa experiência adquire caráter estruturante, promovendo a expansão e enriquecimento do aparelho psíquico. Caso contrário, quando as expectativas do adulto excedem as possibilidades da criança, ou quando este desrespeita seu ritmo singular, impondo-lhe renúncias aos quais a mesma ainda não está pronta para sustentar, ou reagindo de forma excessivamente apaixonada às suas transgressões, este processo se torna desestruturante, traumático, impondo a fragmentação e a clivagem. Nestes casos, incapaz de modificar o ambiente, o psiquismo reage com transformações autoplásticas, ou seja, o ego se modifica para mitigar a percepção de sofrimento

vivenciada. Mesmo quando conseguem superar essa educação insensata, Ferenczi observa que os sujeitos deixam escapar uma parte da felicidade que a vida teria podido propiciar-lhes" (FERENCZI, 1928, p. 6).

Segundo Ferenczi (1928), mesmo nos casos mais favoráveis, em que a família se adapta de forma sensível ao bebê, o processo educacional envolve algo inerentemente traumático, causado pela linguagem e pela não correspondência entre as sensações internas da criança e as verdades que lhe são transmitidas por seus objetos de amor. Destaca que os adultos não dizem sempre a verdade aos filhos, mentem deliberadamente, ainda que aleguem fazê-lo em nome do interesse da criança. Quando se dá conta disso, a confiança da criança nos pais é abalada de forma incontornável. Ademais, Ferenczi coloca que a criança também é levada a mentir para os pais e para si, visto que a educação qualifica como más coisas que ela sente intimamente como boas, levando-a a encobrir parte da verdade de suas sensações. O efeito é a instalação de uma dúvida perene do sujeito com relação a si mesmo e a sua percepção das coisas. Se as pessoas que ele mais ama e confia dizem que algo que ele sente como bom é, na verdade, ruim; por amor aos pais e dependência destes, a criança acaba por duvidar de suas próprias vivências, privilegiando a visão das figuras de autoridade em detrimento da sua.

Prosseguindo suas reflexões, em 1929 Ferenczi escreve "A Criança Mal Acolhida e sua Pulsão de Morte", texto em que aborda a situação de crianças não desejadas por suas famílias. Caracterizados como "hóspedes não bem vindos na família" (p. 57), estes sujeitos registrariam os sinais conscientes e inconscientes de hostilidade vindos dos cuidadores primários, o que causaria uma quebra em sua pulsão de vida e maior tendência à destrutividade. Neste texto, Ferenczi observa que o bebê, por seu curto percurso de vida extra uterina, possui uma conexão íntima com o não ser, com a fragmentação; e que para viver e se agarrar à vida a criança precisaria de condições favoráveis de proteção e acolhimento. A constituição do psiquismo é uma conquista, a integração de processos originalmente desconexos depende de um trabalho a ser construído pelo sujeito às custas de perdas e dispêndio de energia. Quando se depara com o mau acolhimento pelo ambiente que o recebe, o caminho mais natural leva-o ao retorno à situação já conhecida, ligado ao não ser individual, do qual o bebê mal acolhido não foi afastado pela experiência da vida (FERENCZI, 1929, p. 58).

Sobre as consequências psíquicas do mal acolhimento, Ferenczi observa que essas crianças tendem a se tornar pessoas céticas, desconfiadas, marcadas pela desvitalização e por um sentimento frágil de seu valor. Para tais sujeitos, os menores acontecimentos da vida cotidiana seriam suficientes para suscitar a vontade de morrer, ainda que contrabalançada por

uma intensa vontade de vida. Pessimismo, desconfiança e ceticismo seriam traços de caráter típicos de pessoas marcadas por este tipo de experiência.

Nos textos expostos, Ferenczi destaca a fragilidade do *infans* e sua total dependência do ambiente para satisfação de suas necessidades, que ultrapassam o mero atendimento de demandas fisiológicas. Ele afirma o potencial traumatológico do ambiente afetivo inábil em prover, de forma estável, os gestos específicos necessários à satisfação das necessidades do infans. Suas afirmações nos remetem aos termos das atividades de sustentação e apresentação do objeto, apresentadas por Winnicott (1990) como constituintes de um ambiente suficientemente bom, promotor do crescimento. Nesse cômputo, a necessidade de trocas, de conversas, de significações, é essencial à constituição do sujeito e suas possibilidades de devir. O papel do ambiente consiste, também, em contornar as experiências com palavras, permitindo sua significação, integrando ao registro simbólico as experiências emocionais vivenciadas no corpo; permitindo sua elaboração e a expansão psíquica.

O desenvolvimento subjetivo se dá a partir das introjeções, possibilitadas pelo ambiente e os sentidos do qual é portador (FERENCZI, 1908). A insuficiência deste ambiente, portanto, implica em uma precariedade da matéria prima a partir da qual se dá a produção do sujeito, podendo limitar seus horizontes de expressão. O aprendizado sobre si, sobre o outro, sobre limites, sobre respeito ao que é de si e o que é do outro restam prejudicados, com prejuízo às atividades egóicas.

Motivado por sua descoberta sobre a importância do ambiente na experiência traumática, Ferenczi (1930) passa a refletir sobre a postura do analista frente a sujeitos traumatizados, defendendo uma técnica flexível, elástica, adaptada às necessidades do analisando. A adoção de uma postura empática e indulgente facilitaria o relaxamento e o contato com conteúdos encobertos pelo paciente, com frequência, relacionados a experiências traumáticas vivenciadas na primeira infância.

Ele escreve que, após ter anos considerando a atividade fantasmática como patogênica, passou a dar cada vez mais atenção à origem traumática de certas sintomatologias, frequentemente originadas de um tratamento cruel do ambiente para com as crianças. Conta ter chegado a constatação, pelos relatos e sintomas de seus pacientes, que pais e adultos "podem ir muito longe em suas paixões eróticas pelos filhos, e que além disso são propensos a punições e ameaças graves, que abalam e perturbam, causando o efeito de um choque violento para a criança"(FERENCZI, 1930b, p. 73).

As ideias de Ferenczi sobre a adaptação do ambiente a criança e suas incidências traumáticas foram substrato para teorização de uma série de psicanalistas ao longo da história,

que contribuíram de forma fundamental para o aprofundamento da metapsicologia do trauma e suas incidências na constituição do sujeito. Listar todos estes autores foge do escopo deste trabalho, e portanto vamos agora nos referir de forma breve à obra de apenas um destes teóricos, o psicanalista franco-egípcio André Green. O recurso à obra de Green, não previsto inicialmente no percurso desta pesquisa, foi mobilizado pelo atendimento dos casos, especialmente o de Jô, exposto posteriormente, oferecendo valiosas chaves de compreensão para a dinâmica desta paciente. Por este motivo vamos incluir aqui de forma sintética algumas contribuições de Green sobre as vicissitudes da relação do bebê com seu ambiente primário, que ressoam as reflexões ferenczianas aqui expostas, e que se aprofundam sobre os efeitos narcísicos e os aspectos metapsicológicos envolvidos.

Em algumas de suas obras, Green teorizou sobre o trabalho do negativo na atividade psíquica. Entendido como um prolongamento da função oral e da função judicante, o negativo é essencial para a constituição psíquica: em certa medida, segundo o autor, poder dizer não ao objeto é necessário para poder dizer sim eu Eu (GREEN, 2010). O autor coloca que as diversas defesas psíquicas (recalque, clivagem, forclusão) são formas do trabalho negativo necessário à estruturação psíquica, à medida que estabelecem limites entre o eu e o outro, criam espaços internos e estabelecem as instâncias psíquicas. Da mesma maneira, segundo Green, uma certa forma de apagamento do objeto primário é necessária como ação psíquica que permite a passagem do narcisismo primário ao narcisismo secundário, possibilitando as relações de objeto. É necessário o luto pelo objeto primário para que se possa investir em outros objetos. Em todas estas modalidades descritas, o trabalho do negativo está a serviço de Eros, da pulsão de vida, possibilitando o estabelecimento de novas formas de ligação e investimento pelo psiquismo (GREEN, 2022).

Contudo o trabalho do negativo comporta também uma face mortífera, expressão das pulsões de morte ou destruição, que o autor denomina de negativismo. Opondo as pulsões de vida, que primam pelo estabelecimento de ligações, Green (2022) observa que as pulsões de morte operam pelo desligamento, pelo desinvestimento pulsional que incide não apenas sobre o objeto, mas constitui um ataque ao próprio Eu e sua capacidade de investir libidinalmente. O autor cunha os termos “narcisismo de vida e narcisismo de morte” para designar duas faces do processo de constituição narcísica e a tonalidade que adquirem frente às pulsões dominantes em dada organização psíquica singular.

Dialogando com a concepção freudiana sobre o narcisismo (Freud, 1914), Green distingue que o narcisismo de vida corresponde a descrição freudiana, na qual a libido narcísica trabalha pela conservação da unidade do eu e exerce uma função objetalizante, a medida que

funda a possibilidade dos investimentos objetais. O narcisismo de morte, por sua vez, expressa a tendência à busca pelo grau zero de excitação, estando a serviço de uma função desobjetalizante sob o domínio da pulsão de morte (GREEN, 2022, p. 48). O narcisismo de morte seria produto de falhas ambientais excessivas que teriam sido impostas no ambiente primário do bebê, acarretando em buracos psíquicos e zonas de fragilidade que comprometem a integração egoica e sua função unificante. O sujeito é então mantido em uma posição permanente de defesa de sua integridade narcísica, conquistada de forma capenga e a duras penas, o que compromete o estabelecimento das relações objetais. Parte de sua libido permanece fixada neste narcisismo negativo, com prejuízo a sua capacidade de realizar novos investimentos. Sob esta chave de compreensão, o autor discorre sobre fenômenos como a depressão branca e o complexo da mãe morta, que como veremos posteriormente, são chaves conceituais que mobilizamos para construção do caso Jô.

As pontuações de Green vão de encontro às reflexões de Ferenczi sobre a presença da pulsão de morte na criança mal acolhida e sua tendência sempre latente de retorno ao estado de não ser, de não existência. A descrição de Green traz pormenores as reflexões de ferenczianas que permitem sua compreensão desde um ponto metapsicológico.

Feita essa digressão, retomamos agora o fio do percurso ferencziano. Em 1933, o autor escreve um de seus textos mais célebres, nos quais apresenta três modalidades traumáticas, advindas da invasão do mundo adulto ao mundo da criança: o abuso sexual, a violência física, e o terrorismo pelo sofrimento.

2.2.2.2. A dinâmica de confusão de línguas

Um dos trabalhos mais conhecidos e controversos de Ferenczi, celebrado e criticado na mesma medida, responsável por duras críticas de Freud e da comunidade psicanalítica da época, foi publicado em 1933. Em "Confusão de Línguas entre a Criança e o Adulto: A Linguagem da Ternura e a Linguagem da Paixão", o autor apresenta a ideia de que o trauma se deveria a uma confusão entre dois modos de se relacionar: o do adulto e o da criança.

O argumento do texto centra-se na diferença de posições entre o adulto e a criança nos relacionamentos, acentuando que há algo próprio do modo adulto de se relacionar que se torna invasivo quando imposto sobre a criança. Ferenczi considera que esse tipo de invasão ocorre com frequência, e que está na origem de sintomas traumáticos.

Para ilustrar sua tese, Ferenczi descreve um relacionamento entre um adulto e uma criança que culmina em uma sedução sexual.

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém sempre no nível da ternura. Não é o que se passa com os adultos se tiverem tendências psicopatológicas, sobretudo se seu equilíbrio ou seu autodomínio foram perturbados por qualquer infortúnio, pelo uso de estupefacientes ou de substâncias tóxicas. Confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual, e deixam-se arrastar para a prática de atos sexuais sem pensar nas consequências (FERENCZI, 1933, p. 116).

Ferenczi elucida que a criança se relaciona a partir do registro da ternura, caracterizada pelo amor-pré-genital próprio da sexualidade infantil. Embora experimente sentimentos de amor objetual, expressos em suas fantasias edípicas, ela não tem ainda dimensão do que significa a sexualidade adulta, nem condições de corresponder a este papel na realidade. O adulto por sua vez é marcado pela genitalidade, que Ferenczi chama de linguagem da paixão, portadora de uma intensidade e de uma qualidade inassimiláveis pela criança.

Segundo o autor, a dinâmica de "confusão de línguas" se presentifica quando, ante à demanda de amor da criança, ancorada na linguagem da ternura, o adulto responde desde o registro da sexualidade adulta, da passionalidade, impondo-a à criança. Quando a criança é convocada na realidade a assumir um papel incompatível com seu desenvolvimento na dinâmica sexual, ela entra num estado de confusão, com desdobramentos importantes para sua constituição psíquica.

Se, no momento dessa fase da ternura, se impõe às crianças mais amor, ou um amor diferente do que elas desejam, isso pode acarretar as mesmas consequências patogênicas que a privação de amor até aqui invocada. Levar-nos-ia muito longe falar aqui de todas as neuroses e das consequências para o caráter que podem resultar do enxerto prematuro de formas de amor passional e recheado de sentimentos de culpa num ser ainda imaturo e inocente. A consequência só pode ser essa confusão de línguas a que fiz alusão no título desta conferência (FERENCZI, 1933, p. 125).

A invasão do corpo da criança é também uma invasão ao psiquismo, e provoca um estado de comoção traumática (FERENCZI, 1930). A incompreensão da criança leva-a a um estado de confusão, de sentir-se perdida quanto a referenciais importantes que tinha até então, sobre sua relação com este adulto particular, mas também potencialmente sobre sua relação com todos os outros adultos, e com as crianças, e sobre o mundo em si. É todo um sistema de valores, referencial para a criança até então, que se abala. O conceito de confusão reflete bem este fato.

E no que consiste a passionalidade do adulto, e que confere seu valor traumático quando imposta sobre a criança? No pós-escrito de seu texto, Ferenczi traz considerações importantes.

O sentimento de culpabilidade, presente no erotismo adulto, transforma o objeto de amor em objeto de ódio e de afeição, ou seja, em um objeto ambivalente. Na medida em que essa dualidade inexiste ainda na criança no estágio da ternura, é justamente esse ódio que surpreende, assusta e traumatiza (...). Esse ódio transforma um ser que brinca espontaneamente, e com toda a inocência, num autômato, culpado do amor, e que, imitando ansiosamente o adulto, esquece-se por assim dizer de si mesmo (FERENCZI, 1933, p. 121).

Portanto, a passionalidade a que se refere Ferenczi relaciona-se à ambivalência própria da sexualidade adulta, incompreensível e assustadora para a criança. Ela percebe o sentimento de culpa presente no adulto e o caráter transgressivo da situação, sente-se confusa e se identifica com a culpabilidade do adulto na tentativa de dar algum sentido à situação. Em tópicos posteriores, na abordagem quanto ao conceito de incorporação do agressor, abordaremos o quanto, para a criança, se identificar com a culpa - tomá-la para si - é uma forma de preservar o objeto amado, ou seja, de tirá-la do adulto, preservando-o enquanto objeto de investimento afetivo. É mais tolerável se identificar com a culpa do que perder o objeto, quando este é sentido como vital para sua sobrevivência psíquica.

Analisando o texto ferencziano, Verztman (2020) localiza a confusão presente no adulto que abusa, assinalando que é dele a prerrogativa e o dever de compreender o lugar de onde fala, determinado pela assimetria da sexualidade adulta e das respostas infantis. O autor enfatiza que na interação com uma criança, percebendo em si reações típicas da paixão adulta, é dever do adulto se afastar e colocar limites apropriados. O adulto em estado de confusão ignora a diferença da criança e a invade de forma apaixonada. A culpa que ele sente depois do ato é transmitida à criança, que tende a internalizá-la e senti-la como sua.

Além da invasão da sexualidade, Ferenczi (1933) apresenta outras modalidades potencialmente traumáticas decorrentes da invasão passional dos adultos na relação com as crianças. Ele observa que medidas punitivas insuportáveis também têm efeito traumático para a criança, tornando a criança culpada por uma fúria que não compreende. Ferenczi coloca que a criança age no registro da brincadeira e uma punição excessivamente severa embebida da passionalidade do adulto tem valor traumático para ela.

A essas duas formas de violência, que ele chama de "amor apaixonado" e "punições passionais", Ferenczi inclui uma terceira: o terrorismo psíquico (FERENCZI, 1933, p. 121). Este tipo de situação não inclui atos de violência física ou sexual, mas imprime efeitos igualmente danosos; ocorre quando os cuidadores estão em situação de sofrimento e se tornam incapazes de cuidar da criança e de poupá-la de seus infortúnios. São cuidadores que se queixam

frequentemente para os filhos, por vezes os responsabilizam pelos problemas da família, de forma direta ou indireta; são adultos percebidos pelos filhos como frágeis e dependentes de cuidados. Frente a isso opera-se uma inversão de papéis, na qual a criança se coloca como cuidadora dos adultos, tendo que reprimir uma parte de si para poder continuar sobrevivendo. Nestes casos "as crianças carregam sobre seus frágeis ombros fardos de todos os outros membros da família" (FERENCZI, 1933, p. 120).

As vivências da criança mal acolhida e da criança vítima da confusão de línguas geram uma comoção traumática, invadindo o psiquismo com uma carga excessiva que ele não tem condições de assimilar. Ferenczi (1931) observa que o choque gera um efeito de paralisia psíquica, de fragmentação e atordoamento, do qual o sujeito não consegue se apropriar imediatamente, demandando um processo de elaboração.

Contudo, a experiência traumática não se restringe a este momento inicial: se no ambiente houver algum adulto de confiança, que escute a criança caso ela tente verbalizar algo, ou que a observe e identifique que há um sofrimento, sem suposição prévia de causas, mas abertura para escutá-la; é possível que a criança consiga significar a experiência sem padecer de sintomas traumáticos. Ferenczi enfatiza o papel do ambiente na possibilidade de escuta e amparo à criança diante de situações causadoras de sofrimento e perplexidade, potencialmente traumáticas.

Analisando a temporalidade do trauma na teoria ferencziana, Kupermann (2022) propõe chamar o momento da comoção traumática de *tempo do indizível*; no qual o psiquismo é invadido por um excesso vindo de fora no qual não há palavras que dêem conta de recobrir a experiência vivida. O tempo do indizível inclui o *après-coup*: diz respeito ao momento da comoção traumática e também de sua reativação *a posteriori*, conforme descrição freudiana.

Este momento é seguido por um segundo, denominado por ele de *tempo do testemunho*, no qual o sujeito busca testemunhar sua experiência para outro sujeito, num apelo que visa o reconhecimento de sua dor. O testemunho é um apelo ao reconhecimento do outro, que se liga à possibilidade do próprio sujeito se reconhecer no vivido por ele. Quando este reconhecimento não ocorre, os efeitos traumáticos se instauram, correspondendo ao *tempo do desmentido* (KUPERMANN, 2022).

No próximo tópico falaremos mais sobre o desmentido e sua centralidade na experiência traumática.

2.2.2.3. Trauma, desmentido e desautorização

Um dos aspectos originais da teoria ferencziana, a figura do desmentido é situada por ele como o fator fundamental à instauração do trauma.

Ao vivenciar uma experiência traumática, é comum que a criança busque um segundo adulto de confiança e relate o que lhe ocorreu. Quando este adulto a acolhe, a experiência pode ser integrada pela criança sem maiores consequências. Para Ferenczi (1931a), até mesmo as experiências mais difíceis podem ser superadas quando a criança consegue contar com o acolhimento de um outro adulto de confiança, que lhe dê crédito e palavras que permitam elaborar a experiência e integrá-la em seu psiquismo. Contudo, quando a criança é silenciada pelo ambiente, o traumático consolida seus efeitos sobre o psiquismo.

Ferenczi observou que comumente os adultos têm atitudes inadequadas frente às experiências relatadas pelas crianças. Dentre estas, cita o descrédito como a mais danosa:

O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado e repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico. Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda sua compreensão, ternura, e o que é mais raro, uma total sinceridade (FERENCZI, 1931, p. 91).

A palavra dos pais tem uma importância central para a criança. É a partir dos sentidos veiculados pelos adultos que a criança se situa no mundo, moldando sua compreensão sobre si e os outros. Ferenczi (1931a) pontua que a palavra do adulto tem efeito hipnótico sobre a criança e que esta tende a adotá-la mesmo quando contradiz sua experiência singular. Pinheiro (1916) articula este efeito com o conceito de introjeção, processo constituinte do psiquismo:

A criança apenas pode ter uma palavra própria quando intermediada pela relação com um adulto. Em um primeiro tempo ela toma emprestadas as palavras do adulto e simultaneamente é a este adulto que ela dirigirá sua palavra para obter uma confirmação. Este vaivém é condição imprescindível para que a criança conquiste sua própria palavra. É, portanto, por intermédio do adulto (suporte da introjeção) que a fala da criança pode ou não ter sua existência autorizada (PINHEIRO, 2016, p. 126/127).

A atitude de descrédito do adulto, portanto, pode desautorizar a experiência da criança, aprofundando as vivências de irrealidade e falta de confiança nas próprias percepções já despertadas no momento do choque traumático. A criança fica privada de sentidos que dêem

contorno ao vivido, condenando-a ao apagamento de partes de si. Quando isso ocorre, instaura-se a experiência traumática para a criança que sofre abuso sexual. O autor observa que a solidão torna a agressão traumática, à medida que a criança é deixada sozinha para lidar com tudo que viveu. Carente do amparo dos adultos, tendo que auxiliar a si mesmo, o ego se divide em dois fragmentos: um que ajuda e outro que é ajudado (FERENCZI, 1932, p. 240⁷).

Pinheiro (2016) observa que o desmentido consiste na atribuição de um sentido unívoco ao relato da criança, que retira sua polissemia, ou seja, a possibilidade de deslizamentos, de simbolizações e de outras significações que não aquela proposta pela versão única do agressor. A partir disso o desmentido fixa a cena traumática e impede sua inscrição, relegando-a a um terreno do psiquismo não coberto pela simbolização. Colada a significações estanques, enrijecidas, a criança tem seus horizontes limitados, gerando um processo de desconfiança em si que perdura por toda sua trajetória: "resta à criança engolir esta palavra de senso unívoco e desprovida de ambiguidade. Palavras cristalizadas, radicalmente proibidas de serem pronunciadas, e portanto de circularem livremente "(PINHEIRO, 2016, p. 129).

Aprofundando a potencialidade do conceito, Dal Molin (2016) aponta que o desmentido introduz uma nova dimensão à compreensão psicanalítica sobre o teste de realidade. O autor destaca que Freud trata deste teste a partir de dinâmicas intrapsíquicas, a partir do reconhecimento do sujeito, via percepção, do objeto da realidade externa; em termos de discriminação de estímulos internos e externos; Ferenczi introduz a dimensão intersubjetiva, postulando o papel do reconhecimento da experiência do sujeito pelo ambiente como um dos fatores decisivos à sua interiorização.

Feita esta primeira apresentação do conceito de desmentido ferencziano, é preciso situá-lo no quadro da metapsicologia psicanalítica, tendo em vista que a forma como foi utilizado por Ferenczi difere do conceito freudiano de desmentido (também entendido como negação ou recusa).

A noção de desmentido é trabalhada por Freud em 1927 em artigo sobre o fetichismo. Segundo sua descrição, a recusa ou desmentido se coloca em situações nas quais um estado de satisfação é atravessado por uma experiência assustadora, que por sua ocorrência transforma a satisfação em um perigo real. O sujeito se vê diante de um impasse, no qual o reconhecimento do perigo implicaria no abandono da satisfação conquistada, enquanto sua negação implicaria na efetivação da ameaça anunciada pelo perigo. Frente a este dilema o ego se cinde em duas

⁷ Ferenczi, S. (1932/1990). *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes.

partes: uma que reconhece o perigo, e outra que o nega, recusando suas implicações. As duas partes sobrevivem e atuam de forma independente, sem se comunicar uma com a outra.

Situando a recusa ou desmentido como uma defesa primitiva radical erigida frente aos riscos que se colocam à integridade narcísica do sujeito, da ordem da clivagem, Figueiredo (2003) observa que ela tem um campo de incidência mais amplo do que o previsto por Freud e que é acionada de forma privilegiada em situações de traumatismo. O autor propõe chamar este mecanismo de desautorização, termo adequado para explicar seus efeitos nos sujeitos, relacionado a não autorização de algo percebido. A desautorização isola o traço percebido, interrompendo o processo perceptivo pela eliminação de um de seus elos (FIGUEIREDO, 2003, p. 63).

A desautorização se faz presente nos momentos em que admitir uma determinada percepção implicaria em um perigo intolerável. Segundo Figueiredo (2003), não é a percepção em si que é negada, mas seus efeitos, sua capacidade de se ligar a outras percepções: a percepção traumática permanece isolada e não é inserida em uma rede de associações, impondo um bloqueio no processo interpretativo e na possibilidade de simbolização. Assim a percepção é admitida, mas perde sua eficácia e sua significância.

O que é contestado na desautorização é a autoridade que uma percepção detém de propiciar e mesmo exigir outros passos na cadeia psíquica. Assim, a eficácia de uma percepção é privada ao ser desautorizada, é a sua capacidade de remeter-se e engendrar outras percepções, ou de levar, em uma dada sequência perceptiva, a certas conclusões ou, ainda, de reativas certas lembranças. Sob o impacto da desautorização, a percepção não perde significado (não é nem recusada, nem propriamente desmentida), mas perde significância (FIGUEIREDO, 2003, p. 65).

Como consequência, estas percepções recusadas permanecem como quase-coisas, não simbolizadas, e tendem à repetição na busca de uma ligação que possibilite sua assimilação. Nos sujeitos marcados pela desautorização, uma capacidade de percepção, de inteligência, bastante preservada, coexiste com a ingenuidade e impossibilidade de estabelecer ligações entre certas coisas que percebe. A pessoa se vê constantemente confrontada com traços perceptivos isolados, mas a simbolização, interpretação destas percepções permanece bloqueada, impedindo sua assimilação ao ego.

O desmentido ferencziano comporta duas dimensões: uma intersubjetiva, referente a atitude do adulto frente à criança, e outra intrapsíquica, correspondente aos processos internos experimentados pelos participantes da cena. Kupermann (2022) propõe empregar o termo desmentido para se referir a atitude do adulto que descredibiliza a experiência da criança

(fenômeno intersubjetivo), e o termo desautorização para os efeitos intrapsíquicos que operam tanto na criança, quanto no adulto abusador e no adulto que desmente.

Especificando de que se tratam estas diferentes dimensões, temos que no pólo dos adultos, a desautorização resulta da ação de mecanismos de defesa que visam protegê-lo da percepção da gravidade do ato (seja o adulto agressor, que visa minimizar a compreensão de suas próprias ações, seja o adulto que desmente, para se proteger do encontro com seu próprio desamparo). Expressa-se por tentativas de relativizar a importância e o significado do abuso; por exemplo, via negação, minimização, projeção da responsabilidade na criança. Percebe-se que a desautorização admite, ao mesmo tempo que nega: a violência ocorreu, mas não foi tão grave; ocorreu, mas a criança provocou; ocorreu, mas não foi bem assim; etc. (MÉSZAROS; DAL MOLIN & MEZAN, 2011). Operando a partir desses mecanismos, o adulto desmente a criança, provocando nela os efeitos da desautorização: negação de si e de suas percepções.

Kupermann (2022) aponta que, devido à desautorização e ao desmentido, o trauma - indizível pela vítima - se torna também inaudível - à medida que não é escutado nem reconhecido pelo ambiente. E o que faz com que a escuta do trauma se torne tão insuportável ao adulto, a ponto de despertar defesas da ordem da desautorização? Buscando explicitar algumas destas razões, Pinheiro (2016) observa que todo adulto é portador de "traumas encravados" em sua história, e que o confronto com cenas e relatos traumáticos da criança atualiza suas próprias dores, mobilizando intensos esforços de defesa contra esta percepção. A autora realça que o contato com a criança toca o adulto em seu íntimo, abalando seu sistema de defesas e colocando em questão sua própria organização psíquica. Frente a isso, o silenciamento, a negação, o descrédito, são condutas que visam evitar o contato com a experiência, manter à distância a realidade do abuso sexual da criança de agora (que relata) e da criança que vive no adulto.

Seguindo este raciocínio, é plausível supor que o acolhimento ao relato de crianças traumatizadas tem relação com a natureza da experiência que tenham sofrido, e à medida do impacto causado no psiquismo singular do adulto a quem ela procura em busca de acolhimento. É o que explicitam Mészáros, Dal Molin e Mezan (2011); os autores destacam que há uma diferença no acolhimento de vítimas de desastres naturais e de violências cometidos por outras pessoas. Observam ainda que, quando se trata de desastres ambientais, a vítima tende a ser melhor acolhida pelo social, e as experiências fragmentadas advindas da comoção traumática tem oportunidade de serem elaboradas, favorecendo sua recuperação. No que se refere às vítimas de violência interpessoal, por outro lado, o acolhimento não é sempre a norma: a

tendência é a formação de um segredo, que se torna um tabu e aprofunda o isolamento da vítima, provocando a emergência do funcionamento traumático.

É importante mencionar que um tabu, e com ele a própria comunidade que o sustenta, isola a vítima e a deixa emocionalmente abandonada. Disso resulta o desenvolvimento de reações patológicas, como a fixação e o profundo enraizamento da experiência traumática. Isto monta o cenário para a recorrência do trauma, o que hoje chamamos de trauma transgeracional. (MÉSZAROS; DAL MOLIN; MEZAN, 2011, p. 10).

Frente a isso, a autora reafirma que é a qualidade do acolhimento pelo ambiente que determina de forma decisiva a extensão do efeito da experiência traumática sobre o sujeito e influencia seu destino no longo prazo. O mesmo fenômeno é pontuado por Hermann em suas pesquisas com pessoas traumatizadas (2022). Ela observa que, quando se trata de eventos inevitáveis, como acidentes fortuitos ou desastres naturais, é fácil para as testemunhas se identificarem com as vítimas e lhes dar acolhimento. Contudo, quando o trauma advém de questões relacionais, as testemunhas são capturadas pelo conflito entre o agressor e a vítima e a neutralidade torna-se impossível.

Diante deste conflito, a autora aponta que é mais cômoda a adoção da versão do agressor de que nada aconteceu, à medida que este pede apenas que não se faça nada, que se ignore qualquer desordem ou problema, que a vida continue sem modificações; "ele apela ao desejo universal de não ver, não ouvir e não falar sobre o mal" (HERMAN, 2022, p. 10). Por outro lado, identificar-se com a vítima implica reconhecer seu sofrimento, dividir com ela o peso da dor, admitir a existência da crueldade e de atitudes humanas que fogem ao idealizado pela cultura.

Portanto, a dificuldade de escuta pelo ambiente, quanto se trata de relatos de abuso sexual, está ancorada no traumático presente no lado de quem escuta, e nas defesas construídas para evitamento do contato com isso.

Prosseguindo quanto às repercussões quanto à desautorização, nos dedicamos agora a pensar nas consequências para a criança desmentida pelo ambiente e desautorizada em suas percepções e em sua verdade subjetiva. Segundo Verztman (2002), o desmentido não se veicula somente por sentenças específicas a respeito da criança, mas pela ausência de reconhecimento de sua alteridade, ou seja, de que ela é um sujeito com necessidades próprias, com um ponto de vista singular e legítimo. O autor destaca que os efeitos do desmentido implicam uma desautorização ao próprio sujeito enquanto capaz de exprimir uma verdade sobre si: "quando o desmentido atinge uma área onde a afirmação de si seja prioritária, nesse caso a verdade das próprias sensações, o que é desmentido é o próprio sujeito"(p. 69).

A criança desautorizada é levada a abdicar de partes de si em prol de sua sobrevivência psíquica, resultando em empobrecimento do sentimento de si mesmo, da possibilidade de reconhecer aspectos de si como efetivamente seus, de ter contato com suas percepções e senti-las como legítimas. Efeitos que incidem sobre a dimensão narcísica, portanto. Aliado a isso, devido ao sufocamento da linguagem infantil em prol da identificação com o adulto, o sujeito desautorizado é dominado por uma culpa de ser e de existir, que permanece como pano de fundo de suas vivências e o incapacita de sentir ternura por si mesmo (VERZTMAN, 2002)

Quando retomamos os textos ferenczianos sobre os efeitos do mal acolhimento advindo de uma insuficiente adaptação da família à criança, é possível compreender o desmentido desde uma perspectiva ampliada, para além de frases específicas relacionadas a relatos da criança. A dinâmica ambiental que não reconhece a alteridade da criança, que não a acolhe, não a observa, não a nutre e contém de forma suficiente, também é uma forma de desmentir o sujeito - a medida que o priva de um reconhecimento sobre si mesmo, de palavras, representações e investimento suficiente para a conquista de uma apropriação de sentido sobre si. Dinâmicas como a da mãe morta, teorizada por Green (1988), dão forma a um tipo de ambiente no qual a presença do objeto implica em uma ausência na relação com o bebê, causando um efeito de perda de sentido que o priva de elementos suficientes para uma unificação suficiente de si. Falaremos mais detalhadamente sobre este tipo de dinâmica na construção do caso Jô.

Para além da dimensão referente às relações familiares e de proximidade, o conceito de desmentido tem sido expandido por autores contemporâneos que o compreendem desde uma perspectiva social, enquanto componente de dinâmicas baseadas na dominação e subalternização de determinados grupos, e do testemunho e demanda de reconhecimento de vítimas de traumas coletivos e sociais. Gondar (2022), Verztman (2022), Herzog (2023), abordam o desmentido exercido pelo racismo e a colonização, compreendidos como sistemas que exercem violências de diversas ordens, incluída a simbólica, impondo significações que subalternizam determinadas existências e expõem a condições de precariedade em função de quem são.

Neste caso, tais grupos têm suas existências desautorizadas, com efeitos subjetivos de ordem traumática. Compreendendo, como exposto anteriormente, que o que se desmente é o sujeito, é possível compreender que o desmentido social implica na desautorização coletiva, sistêmica, de determinadas categorias e classes de sujeitos, que sofrem os efeitos intrapsíquicos descritos anteriormente como desautorização. Kupermann (2015) considera que a abordagem ferencziana do trauma é um instrumento valioso para a compreensão do testemunho e seu

acolhimento na via cultural, à medida que expõe uma fratura na operação de reconhecimento no campo das relações sociais e políticas.

No próximo tópico abordaremos com mais detalhes a questão da clivagem e da identificação com o agressor, principais vicissitudes do traumático.

2.2.2.4 Incidências psíquicas do traumático em Ferenczi: algumas vicissitudes

Antes de explorar as defesas decorrentes do traumático, cabe retomar de forma breve as diferentes modalidades de trauma abordadas até o momento. Conforme exposto, tanto para Freud, quanto para Ferenczi, o trauma é compreendido como fruto de um excesso inassimilável pelo psiquismo. Para sua constituição concorrem inúmeros acontecimentos, séries de eventos que retroagem uns sobre os outros e se manifestam psiquicamente pela via de sintomas, irrupções, defesas, entre outras figuras que denunciam a presença do traumático.

Na descrição de Ferenczi (1934) o trauma instaura um estado de comoção, espécie de anestesia no sujeito que bloqueia a percepção e impede assimilação da experiência de forma consciente: há uma carência de elementos que permitam a inscrição do evento no psiquismo. O aparelho psíquico é levado à imobilidade e o pensamento se paralisa; as percepções não são integradas na cadeia associativa que produz o pensamento. Diante do sofrimento causado, o ego busca se defender por meio de duas classes de transformações: aloplásticas e autoplásticas. Este estado de coisas constitui o fenômeno da comoção traumática:

Comoção: reação a uma excitação externa ou interna num modo mais autoplástico (que modifica o eu) que aloplástico (que modifica a excitação). Essa neoformação do eu é impossível sem uma prévia destruição parcial ou total, ou sem dissolução do eu precedente. Um novo ego não pode ser formado a partir do ego precedente, mas a partir de fragmentos, produtos mais ou menos elementares de decomposição deste último (FERENCZI, 1932/1990, p. 227).

As soluções autoplásticas consistem em alterações egóicas, isto é, defesas construídas pelo ego para lidar com o afluxo energético provocado pelo traumático, e pela sensação de desprazer e angústia decorrentes deste excesso. O esforço defensivo objetiva mitigar a percepção do sofrimento, contudo, sua construção se dá ao preço da separação de partes de si mesmo, deixando marcas no ego que o autor compara a cicatrizes no ego. Ferenczi aponta que diante da insuportabilidade da situação o psiquismo se cinde em duas partes: uma que tudo sabe, e nada sente; e outra que tudo sente e nada sabe (FERENCZI, 1923); ou, ainda, uma que

ajuda, e outra que é ajudada (FERENCZI, 1932). Estas duas partes sobrevivem incomunicáveis entre si, uma consciente e outra totalmente silenciosa, encapsulada.

A cisão do ego, ou clivagem, é o mecanismo que Ferenczi associa às vivências traumáticas. A clivagem está associada às diferentes vicissitudes pós traumáticas, das quais tratamos neste trabalho: a desautorização (exposta detalhadamente no tópico anterior), a progressão traumática, a introjeção do agressor e as diversas manifestações de presentificação da experiência traumática.

Devido a ausência de inscrição dos elementos perceptivos na cadeia associativa, na clivagem os elementos perceptivos tornam-se isolados, impondo uma interrupção no processo da memória. Os elementos cindidos não se comunicam, são descontínuos e vazios de significação. Quando retornam em momento posterior, impõem-se como uma presentificação, diferente do retorno do recalado, da ordem de uma reapresentação. É o que apontam Sales, Herzog e Pacheco-Ferreira (2016). Para delimitar as especificidades do material clivado, as autoras retomam o conceito de *fueros*, apresentado por Freud em 1896 no contexto de sua descrição do aparelho de memória. Neste texto, Freud conceitua que o aparelho psíquico seria composto por diferentes estratos, dispostos sucessivamente: no primeiro registram-se os signos da percepção (Wz); o segundo registro é o da inconsciência (ub); seguido pela pré-consciência (vb) e, por fim, a consciência (Bews).

Seguindo a descrição freudiana, os estímulos percebidos pelo psiquismo percorreriam estes três registros até acederem à consciência, inserindo-se em cadeias associativas cujos elementos se influenciam mutuamente em todas as direções sofrendo transcrições e rearranjos de forma contínua. Contudo, Freud adverte que nem sempre os elementos são transcritos de um registro para o outro, portanto, há elementos que não chegam à consciência, permanecendo como puros elementos perceptivos. Estes traços se tornam inalterados, e são chamados por ele de *fueros* - regiões que denotam a sobrevivência de conteúdos mnêmicos inalterados, não transcritos, regidos pela lógica psicológica vigente no registro a qual pertencem.

Articulando os *fueros* com o material clivado, Sales, Herzog e Pacheco-Ferreira (2016) expõem que, ao permanecerem próximas dos signos de percepção, as experiências clivadas situadas nos *fueros* não se inscrevem, não passam por um processo de reinterpretação *a posteriori*, conservando-se inalteradas. Essas experiências são mantidas em sua concretude, em local afastado da consciência, que não coincide com o inconsciente recalado das neuroses e que invariavelmente retorna em algum momento posterior. Por conta disso, segundo as autoras, o retorno do clivado se assemelha a uma presentificação - não inscrita, vivida como pura percepção, sem significação. Green (2022) chama este retorno de revivescência.

Considerando que a experiência traumática se constitui em diferentes momentos, Verztman (2002) ressalta que, além do momento de comoção, o desmentido também é um disparador da clivagem: "quando o desmentido atinge uma área onde a afirmação de si seja prioritária, neste caso a verdade das próprias sensações, o que é desmentido é o próprio sujeito" (VERTZMAN, 2002, p. 69). Tomando de exemplo as situações de violência contra a criança, o autor coloca que o psiquismo da criança desautorizada se cinde em dois fragmentos: um, referente à linguagem da ternura da criança, sufocada; e outra identificada à culpabilidade da paixão do adulto, que a criança toma para si.

Articulando essas afirmativas com a reflexão de Kupermann (2022) anteriormente citada, podemos formular a seguinte compreensão: o desmentido do adulto (processo intersubjetivo) provoca a clivagem - fragmentação do ego em duas partes (uma ligada à ternura, sufocada, desautorizada; e outra ligada à culpa do agressor, introjetada pela criança), tendo como efeito a desautorização (processo intrapsíquico - criança não tem suas percepções validadas, e passa a duvidar delas, tem de se desfazer delas). A partir disso a culpa do agressor passa a dominar a expressão psíquica consciente do sujeito e os demais fragmentos se tornam apartados, encapsulados.

Retomando uma das metáforas freudianas apresentada em *Moisés e Monoteísmo* (1938)⁸, Bokanovski (2021) descreve a ação da clivagem a partir da imagem da formação de um continente dentro de um estado: uma parte isolada, que, ao ser impedida de vir à tona, sobrevive na obscuridade, onde permanece ativa segundo as leis do inconsciente - sob o primado do processo primário - submergindo em determinados momentos. A emergência do conteúdo encapsulado causa perplexidade e enorme sofrimento ao sujeito, invadido por sensações, memórias corporais, angústias, que não compreende e que vivencia como partes estranhas de si.

As experiências de comoção e desmentido podem ser traumáticas para sujeitos em todas as idades, como atestam os traumatizados de guerra e as vítimas de todas as formas de violência, da doméstica à urbana. Contudo, quando estas experiências incidem sobre um psiquismo ainda em processo de construção, frágil em suas defesas e fundamentalmente dependente do ambiente para sua sobrevivência e possibilidades de simbolização, o traumático produz efeitos mais profundos, deixando cicatrizes precoces.

⁸ Freud apresenta esta metáfora no texto *Moisés e Monoteísmo* (1938) para se referir a processos que remetem ao registro da psicose. Bokanovsky, por sua vez, a utiliza para descrever os processos da clivagem traumática, e que não equivalem a fragmentação psicótica. No entanto, talvez seja possível pensar a psicose como uma das vicissitudes possíveis da fragmentação traumática.

Bokanovski (2021) expõe que quando a experiência traumática se inscreve precocemente nos registros pré-verbais da vivência psíquica, observa-se um efeito de redução da confiança depositada pelo sujeito nos objetos primários e em sua função protetiva. Os modos de relação inconsciente do sujeito com seus objetos internos se transformam negativamente, instaurando na criança antes da aquisição da linguagem um estado de medo, terror ou agonia. O sujeito desenvolve um sentimento de crueldade dos objetos internos e passa a ser acompanhado por um sentimento latente de desamparo, sempre presente.

A infância é um período de intenso trabalho do psiquismo, que se constrói por meio das introjeções, identificações, sublimações, dentre outros processos responsáveis pela constituição do sujeito, intensamente mobilizados nesta fase. Este trabalho necessita da sustentação dos adultos, amparo o qual a criança depende inteiramente. A criança que se vê desamparada de forma precoce precisa abdicar de parte daqueles processos, voltando sua energia para a construção de defesas e modificações autoplásticas, voltadas à sua sobrevivência. Isso não se dá sem prejuízos.

Para ilustrar os efeitos do traumatismo sobre a criança, Ferenczi (1931) recorre à imagem da sombra sobre uma vela: quando aproximamos a mão de uma vela, produz-se uma sombra. Quanto mais próxima a mão estiver da chama, maior será a sombra projetada. De forma análoga, os traumas ocorridos de forma precoce teriam o potencial de projetar uma sombra abrangente sobre a vida do sujeito. Ele descreve diferentes manifestações que se originam a partir da clivagem em crianças traumatizadas. Uma delas é a progressão traumática, na qual a partir da dissociação egoica uma das partes do psiquismo é deixada morta, enquanto a outra progride de forma expressiva. O autor observa que o traumatismo precoce parece ter o condão de ativar faculdades potenciais, até então em estado latente, casos em que a criança desenvolve sua maturidade e sabedoria em níveis muito superiores ao esperado para a idade, fato explorado por ele na metáfora do "bebê sábio" (1923). São casos característicos de certas configurações relacionais nas quais a criança é levada a assumir o papel de cuidador dos adultos ao seu redor, devendo modular sua conduta de forma a tentar prever seus estados de humor, para poder proteger-se das reações apaixonadas dos adultos e da violência de seus afetos.

O psiquismo da criança se torna assim voltado à identificação dos sentimentos e necessidades dos adultos, em detrimento das próprias necessidades, percepções e afetos. O processo descrito por Ferenczi encontra ressonância com textos de Winnicott dedicados a crianças com pais acometidos por intenso sofrimento psíquico. Nestas situações, segundo o autor, as crianças se tornam psiquiatras dos pais, sua missão de vida se torna dar-lhes assistência e amparo, numa inversão de papéis que compromete o desenvolvimento potencial da criança.

O psiquismo, ainda em organização, volta-se excessivamente para o externo em detrimento do desenvolvimento da auto observação e conexão com seus conteúdos internos.

Enquanto estratégia de sobrevivência psíquica, a progressão traumática tem efeitos percebidos como positivos pelo meio e pelo próprio sujeito, à medida que este se torna apto a atender as necessidades do ambiente, assim como desenvolve recursos que lhe permitem sobrevivência e, comumente, um bom trânsito na vida profissional e nos aspectos relativos à subsistência adulta. No entanto, o material clivado por vezes irrompe de forma súbita, e presentifica afetos dolorosos e experiências de vazio, isolamento, e desejo de morte. Ademais, é frequente a dificuldade de tais sujeitos em fruir a vida, de voltar suas realizações para o atendimento do princípio do prazer, devido a ação do conteúdo encapsulado e a incorporação da culpa do agressor.

Também derivada da clivagem, uma segunda e importante vicissitude do trauma exposta por Ferenczi (1933) é a introjeção do agressor, tentativa de defesa do sujeito frente à devastação. Conforme já apontado, os efeitos do choque são mais avassaladores quanto menor a preparação do sujeito para eles, fragilidade que se tenta resolver via identificação com o agressor. Identificando-se com os objetos responsáveis pelo trauma, o sujeito consegue antever, prever seus movimentos, e assim não padecer de forma despreparada. Mészáros, Dal Molin e Mezan (2011) apontam que a identificação com o agressor traz uma situação paradoxal, à medida que "garante a sobrevivência ao custo da perpetuação da situação traumática, isto é, autorizando a possibilidade da repetição; levada *ad absurdum*, a agressão torna-se aceitável, e o agressor é domado" (MÉSZAROS; DAL MOLIN; MEZAN, 2011, p. 18).

Autores contemporâneos (Abraham e Torok, 1994; Pinheiro, 1995; 1999; 2016) propõe pensar a metapsicologia da introjeção do agressor em analogia ao mecanismo presente na melancolia, descrito por Freud em 1917. Retomaremos então, brevemente, algumas reflexões freudianas presentes no texto "Luto e Melancolia" (1917b), para depois retornar ao conceito ferencziano de introjeção do agressor e sua metapsicologia.

No texto de 1917(b) Freud discorre sobre duas diferentes modalidades de processos engendrados a partir da perda de um objeto altamente investido pelo sujeito, uma do campo da normalidade e outra do campo da patologia. Ele observa que a perda de um objeto caro ao sujeito mobiliza um trabalho de luto, caracterizado pela necessidade de desligamento da libido do objeto investido. Neste processo, o psiquismo realiza um sobre investimento inicial das lembranças ligadas ao objeto, de forma que no confronto com o princípio da realidade as lembranças levarão à progressiva aceitação da perda, com a retirada de parte da libido investida no objeto. Trata-se de um processo lento e doloroso, cujo término torna o ego livre

para investir em novos destinos. O final do trabalho de luto culmina em uma identificação simbólica com o objeto perdido, movimento no qual o ego se expande e enriquece.

Contrastando o luto e a melancolia, Freud (197b) coloca que os quadros de melancolia também envolvem perdas, contudo tratam-se de perdas inconscientes que o sujeito não pode compreender e assimilar. A melancolia, segundo Freud, emerge frente a uma perda cujo sentido é desconhecido para o sujeito, frequentemente de natureza ideal, referente a ofensas ou decepções com um objeto estimado. Os sintomas da melancolia se assemelham aos do luto, com uma diferença essencial: o rebaixamento na auto estima e no sentimento de si, característicos da melancolia. Freud observa que o sujeito melancólico pratica auto recriminações que não se adequam a ele, mas sim ao objeto perdido. O sujeito se identifica ao objeto perdido e as recriminações destinadas ao objeto, passam a ser destinadas a ele próprio.

A sombra do objeto recai sobre o ego, que então pode ser julgado por uma determinada instância, como um objeto, como o objeto abandonado. Desse modo, a perda do objeto se transformou em perda do ego e o conflito entre o ego e a pessoa amada em uma bipartição entre a crítica do ego e o ego modificado pela identificação (FREUD, 1917, p. 135).

Enquanto no luto o ego se expande, na melancolia o ego se divide: o mecanismo subjacente é a clivagem ou cisão egóica. Referindo-se à instância crítica do psiquismo, a qual irá explorar com mais profundidade em 1923, Freud coloca que na melancolia o superego adoece e passa a se comportar de forma severa em relação ao ego, destinando-lhe toda sua crueldade, movido pela pulsão de morte. Dividido e identificado com o objeto perdido, uma parte do sujeito se volta contra a outra, sujeitando-a.

Feita esta apresentação sobre a melancolia, voltamos à introjeção do agressor, conceito descrito por Ferenczi como vicissitude do trauma. Como sabemos, o psicanalista faleceu precocemente e não teve tempo de desenvolver em profundidade muitos de seus conceitos, incluindo sua metapsicologia, tarefa que tem sido empreendida por estudiosos e comentadores de sua obra. Autores como Pinheiro (1995; 1999; 2016) e Abraham e Torok (1994) propõem pensar a introjeção do agressor a partir dos mesmos mecanismos metapsicológicos envolvidos na melancolia. Vejamos: A identificação com o agressor decorre de uma perda remetida ao campo do ideal, derivada de uma ofensa ou humilhação de um objeto altamente investido, cuja admissão abalaria todo o sistema de identificação do sujeito. A criança tem uma dependência estrutural dos adultos para sua sobrevivência, não apenas para atendimento de suas necessidades biofisiológicas, mas enquanto figuras (objetos) com que possa se identificar e se constituir enquanto sujeito num mundo regido por princípios, que façam sentido para ela.

Admitir uma falta em objetos altamente idealizados tem o potencial de abalar todo o sistema de crenças da criança sobre si e sobre o mundo que habita. Frente a isso, a introjeção do agressor seria uma forma de manter a integridade do objeto via atribuição de suas faltas ao eu do sujeito, preservando sua faceta ideal.

Visando maior precisão terminológica, os autores e estudiosos da obra ferencziana Abraham e Torok (1994) propõem que a identificação ou introjeção do agressor seja nomeada como incorporação do agressor. Os autores distinguem a noção de introjeção - que caracteriza um processo por meio do qual a libido introjeta representações, aspectos, palavras; implicando na expansão e alargamento do ego - da noção de incorporação. A introjeção é um processo que modifica o ego, transforma-o. A incorporação, por sua vez, é uma fantasia que tem por finalidade proteger o ego de um dado da realidade que, caso introjetado, o transformaria; ao contrário da introjeção, sua finalidade é evitar a transformação do ego. Nos casos em que uma determinada percepção, por estar ligada a uma perda intolerável, não pode ser introjetada pelo eu, o ego produz uma fantasia de incorporação⁹, simulando um processo de introjeção onde esta não pôde se dar.

Esta descrição leva à pergunta inevitável: o que faz com o psiquismo não seja capaz de introjetar determinadas perdas? Os autores (ABRAHAM; TOROK, 1994) respondem que se trata de perdas específicas, que não podem ser colocadas em palavras, pois as palavras são proibidas; quando o eu não apenas não pode fazer o luto, também não pode representá-lo, não pode mesmo admitir que ele ocorreu; quando precisa negá-lo pois não pode dizê-lo. Perdas que, se admitidas, representar-se-iam como vergonhosas para o objeto. Quando se trata do objeto suporte da introjeção, objeto de amor, suporte do ideal de ego, admitir a representação vergonhosa seria destituí-lo de seu papel de ego ideal, demandando, portanto, transformações psíquicas importantes ao sujeito, que o desamparam de um objeto do qual depende profundamente. Para se defender disso, para que isso não ocorra, o sujeito produz uma fantasia de incorporação que visa proteger o ego desta perda.

Abraham e Torok pontuam que a incorporação do agressor denuncia a presença de uma cisão no ego. Ainda que a perda seja negada pelo sujeito, ela permanece sendo sentida nas outras instâncias psíquicas - luto e negação do luto coexistem no sujeito cindido. A incorporação é comparada ao mecanismo da melancolia, na qual a sombra do objeto recai sobre o sujeito. Nessas configurações o objeto incorporado maltrata o sujeito, o acusa, o despreza; pois as acusações realizadas contra ele são, na realidade, contra o objeto incorporado. A incorporação

⁹ Não nos cabe trazer uma descrição pormenorizada do conceito de incorporação. Para os objetivos deste texto, basta delinear que se trata de uma fantasia, em contraponto à introjeção, que corresponde a um processo.

do agressor se manifesta externamente por uma adesão aos desígnios do objeto agressor, e internamente por ações de autoacusação, auto recriminação, que o sujeito dirige contra si pela impossibilidade de destiná-las ao objeto original. Tal dinâmica é muito frequente em pessoas que sofreram abuso sexual na infância, e é responsável por efeitos de estranhamento e perplexidade no entorno social, que via de regra espera das vítimas reações idealizadas, inequívocas e ausentes de ambivalência.

Pinheiro (2016) destaca que a introjeção do agressor se operacionaliza por uma espécie de mimetismo entre a criança e o agressor, em que esta passa a adivinhar as vontades do agressor e a se antecipar a elas, oferecendo-se como objeto de satisfação e apaziguamento de suas paixões com o fito de evitar invasões ainda maiores e mais insuportáveis. Considerando os diferentes momentos e personagens envolvidos na situação traumática, a autora ressalta que o agressor introjetado pode ser tanto o responsável pelo primeiro evento traumático (comoção/agressão), quanto pelo segundo (o do descrédito), ou ambos (PINHEIRO, 2020).

Retomando a reflexão de Kupermann (2022) sobre o desmentido e a desautorização, temos que a incorporação do agressor trata de um mecanismo de desautorização agindo no sujeito consigo mesmo, à medida que desautoriza suas percepções, desejos, vontades e demandas, substituindo-as pelos desejos do agressor. O sujeito destina a si mesmo uma série de reprimendas e auto recriminações, agindo com tão ou mais crueldade quanto a que um dia o objeto lhe endereçou, atacando toda tentativa das outras partes de si que primam por vitalidade, querem se expressar, obter reconhecimento e satisfação. Ademais, o sujeito é invadido por uma intensa sensação de culpabilidade, cuja origem desconhece, mas que parece justificar a pertinência da agressividade auto dirigida. As percepções que poderiam indicar uma conclusão diversa são desautorizadas - conforme o modelo anteriormente exposto, trazido por Figueiredo (2003), e que consiste em um isolamento de determinadas percepções, tornando-as anuladas em seus efeitos, incapazes de encadear processos associativos de pensamento.

A incorporação do agressor implica, portanto, em sua integração ao psiquismo do sujeito: a agressão não vem mais do objeto externo, passa a ser apropriada e reproduzida pelo próprio sujeito. Njaime e França (2014) destacam que, pela incorporação, o agressor se integra aos conteúdos internos do sujeito, tornando-se submetido ao processo primário e ao princípio do prazer. A incorporação instala duas figuras distintas no psiquismo, representantes da cena da agressão: o agressor, que atua de forma semelhante ao superego sádico; e a criança abusada e maltratada, que representa o ego fragilizado (NJAIME; FRANÇA, 2014, p. 119).

A interação entre as partes clivadas pode dar origem a diferentes configurações, consistente em defender-se da relação imposta pelo abusador por meio da assunção de uma

posição ativa. As diferentes formas são expressões de uma mesma tentativa de preservação pelo sujeito abusado da integridade de seu sistema psíquico. Elas podem coexistir e se expressar de diferentes formas, em diferentes momentos. Njaime e França (2014) descrevem que, nas situações em que o fragmento que representa o agressor não puder ser suportado pelo psiquismo, este será projetado para o mundo externo, e o sujeito tenderá a se envolver em relacionamentos abusivos, violentos, com parceiros que se assimilam ao agressor da infância. São indivíduos que se colocam repetidamente em uma condição de sujeição e reatualização da cena traumática.

Aludindo à Síndrome de Estocolmo, Kupermann (2023) expõe que com frequência este tipo de dinâmica se caracteriza por uma dependência extrema do sujeito, muito empobrecido em seus outros investimentos afetivos, ao objeto, que o alimenta e é fonte de vida; assim, o sujeito cliva sua parte que sofre, amortecendo a percepção das agressões, e passa manifestar amor pelo agressor. Tal figura se baseia em um amor submisso, efeito de uma regressão que coloca o sujeito de volta ao estado de dependência absoluta. Esse é um mecanismo próprio de muitas situações de violências que mantêm o sujeito enredado (KUPERMANN, 2023).

Outro arranjo possível da divisão do psiquismo causada pela incorporação do agressor ocorre quando é a parte frágil e violentada do ego que se torna intolerável e é projetada pelo psiquismo para o exterior. Nestes casos o sujeito, tentando destruir o que projetou no mundo externo, passa a reproduzir a forma de agir do agressor e submete outros sujeitos à paixão desmedida de seus afetos e sua agressividade. Trata-se da agressão dirigida para fora, na qual o alvo da destruição são os fragmentos de seu ego que o sujeito não tolera e que projeta nos objetos externos. O sujeito, antes vítima, torna-se também um agressor e passa a reproduzir a violência de q um dia sofreu (NJAIME; FRANÇA, 2014).

A incorporação do agressor poderia se manifestar também como auto ódio, nos casos em que à semelhança da melancolia freudiana a sombra do objeto recai sobre eu, e o sujeito passa a dirigir contra si todas as queixas, acusações e recriminações as quais teriam como destino o objeto como destino original. Kuperman (2023) aponta que o auto ódio é uma das figuras que se forma como efeito de violências sistemáticas e estruturais, como o racismo e o sexismo, que implicam na ideia de inferioridade estrutural de determinados sujeitos, assim como das violências interpessoais ocorridas em dinâmicas de familiaridade.

No próximo tópico, abordaremos a questão do trauma em relação direta com o abuso sexual, considerado em articulação com o exposto nos capítulos precedentes.

2.2.3 Trauma e abuso sexual: uma relação sobredeterminada

A vivência de um abuso sexual é reconhecidamente um importante fator etiológico do trauma e sofrimento psíquico intenso. Para Ferenczi, o trauma é sempre remetido ao sexual, à medida que constitui uma lesão ao eu. Ao mesmo tempo, o sexual é inerentemente traumático, remetido a castração e ao enigmático. Neste capítulo, buscamos demonstrar que o abuso sexual se conecta com todas as dimensões do trauma analisadas nos tópicos anteriores.

Cronberg (2021) apresenta que o abuso sexual enquanto fenômeno traumático se desenvolve em dois níveis: um não verbal, do registro das interações precoces, e outro desencadeado pela enunciação de uma lei. Iniciaremos este tópico pelo momento inicial do fenômeno traumático: a comoção traumática, correspondente ao nível não verbal.

Conforme exposto em tópicos anteriores, o atravessamento da sexualidade adulta sobre a criança situada nos estágios pré-genitais comporta uma dimensão de comoção correspondente ao nível da interação corpo a corpo, não verbal. Esta interação, quando carregada da paixão adulta, desperta sensações corpóreas intensas na criança, que as desconhece. Ferenczi (1930) destaca que o susto faz parte da experiência da criança cuja genitalidade é prematuramente estimulada:

A criança sente o mesmo susto se suas sensações genitais foram prematuramente forçadas, pois o que a criança deseja, de fato, mesmo no que diz respeito às coisas sexuais, é somente o jogo e a ternura e não a manifestação violenta da paixão (FERENCZI, 1930, p. 64).

A comoção causada na criança cujo corpo é estimulado de forma que a impacta, engendra uma paralisia seguida por uma série de manifestações, tentativas mais ou menos explícitas de dominar a experiência e o afluxo de energia recebido. O abuso pode despertar reações, vividas no psiquismo e expressas no corpo, para as quais não tem repertório e que a tornam vulnerável ao meio, tornando-a ainda mais dependente de um ambiente que possa ampará-la em seu processo de elaboração da experiência abusiva. É comum, por exemplo, que crianças abusadas se tornem hiperssexualizadas, com comportamentos como masturbação compulsiva, busca por contato corporal com outras crianças e adultos, interações que reproduzem as cenas as quais foi submetida, evidenciando a compulsão à repetição do excesso vivenciado e não representado. Esses comportamentos causam perplexidade no ambiente, à

medida que contrariam a visão da infância como reino da pureza e da inocência, e confrontam os adultos com seus próprios traumas adormecidos (PINHEIRO, 2016); gerando, não raro, reações de culpabilização e estigmatização da criança, até mesmo de responsabilização pelos abusos de que tenha sido vítima. Esta dimensão reforça outro aspecto de fragilização da criança abusada: sua vulnerabilidade a novas violências.

Quando a criança se conduz de forma hiperssexualizada ela se torna mais vulnerável ao comportamento invasivo de outros adultos, que podem enxergar em sua conduta uma permissão para abusá-la, ou para relativizar sua posição infantil. Trata-se de uma leitura legitimada pelo machismo estrutural, que opõe mulheres/meninas "castas" a mulheres/ meninas "impuras", marcadas pela sexualidade, cujos corpos podem ser usados (SAFFIOTTI, 1987; DUSSY, 2021). Portanto, os sintomas de hiperssexualização comumente apresentados por crianças vítimas de abuso, relacionados à dinâmica do trauma e da repetição de conteúdos excessivos e não assimilados, aprofundam a vulnerabilidade da criança, à medida que a expõe à estigmatização, tornando-a propensa a novos abusos e ao descrédito ambiental.

Afastando-nos do âmbito da pura comoção energética, adentramos no terreno das representações e fantasias que envolvem o abuso sexual, especialmente quando de caráter incestuoso, e que se conectam com o conteúdo das representações recalcadas, remetidas ao trauma estrutural. Cronberg (2021) pontua que a especificidade da cena incestuosa se deve ao cenário fantasmático no qual ela se insere, que a faz portadora de um sentido único de transgressão e culpabilidade. O incesto se desenrola no contexto das relações originárias, terreno repleto de fantasias, e se inscreve em um terreno de interdições estruturantes da própria cultura, remetendo aos aspectos recalcados em cada um. Essas interdições agem e exercem efeito tanto sobre a criança, quanto sobre o adulto que as transgride, e sobre o que desmente, causando intensa angústia.

A participação das fantasias infantis é fator constituinte do trauma, ressalta Cronberg: "a culpabilidade inconsciente pelas próprias fantasias de desejo também participa do que funciona como traumático"(CRONBERG, 2021, p. 85). Mesmo quando o ato não envolve penetração do corpo da criança, a penetração ocorre na dimensão de suas fantasias, gerando um sentimento de responsabilidade pelo ocorrido correspondente à sua conexão com o universo fantasmático.

Conforme exposto anteriormente, a interdição do incesto se insere nos fundamentos da cultura, e sua prática rompe normas de parentesco e de geração, sendo portadora de um sentimento de transgressão que beira o insuportável. O desafio é lidar com uma realidade psíquica em que, em algum nível inconsciente a experiência é sentida como geradora de

satisfação; e em nível consciente/ superegótico, ela é repudiada, causa horror, a partir da compreensão de seu caráter transgressor e inominável. As categorias de parentesco, as diferenças geracionais, todas as normas da cultura, estendem seus domínios aos processos conscientes, mas não aos inconscientes (ENRIQUEZ, 2024). Estes só conhecem a satisfação e a parcialidade. De forma que uma mesma experiência satisfaz as pulsões inconscientes e causa horror ao sujeito. É deste conflito, vivido a nível intrapsíquico, que se trata em muitas situações de abuso sexual.

A prática incestuosa corresponde às fantasias infantis, referentes às dinâmicas edípicas e ao desejo da criança de ser tomada como objeto pelo adulto. Tais desejos, como vimos, operam a nível inconsciente, e causariam horror se enunciados, devido à ação do recalque e da cultura. A ação incestuosa atende de alguma maneira a essas fantasias, gerando uma culpabilidade inconsciente e um sentimento de ser portador de um horror, de um objeto ruim internalizado. A partir de um ato que vem de fora, o sujeito se vê fragilizado desde dentro. Segundo Cronberg (2021):

O ato sexual violento, principalmente o incestuoso, produz uma fraglização das defesas narcísicas já que ao haver uma internalização do desejo e ato sexual incestuosos, num primeiro momento vindos de fora e sofridos passivamente, há um segundo momento, sofrido também passivamente no qual o ataque é interno e tira de combate as defesas narcísicas que a protegeriam da invasão pelo seu mundo pulsional (CRONBERG, 2021, p. 87).

A autora destaca que para a pulsão, representada em uma fantasmática inconsciente, pouco importa se a violência sexual foi ou não desejada: o que importa é encontrar um objeto que a satisfaça na realidade ou na fantasia. Bokanowski (2021) observa que, nas situações em há uma realização das fantasias inconscientes de forma direta na realidade externa, como no abuso sexual incestuoso, ocorre um processo de telescopagem: um colapso tópico, uma confusão entre os registros consciente e inconsciente, que culmina na emergência de conteúdos arcaicos com os quais o sujeito não tem condições de lidar na realidade. A telescopagem tem efeitos desorganizadores ao psiquismo, dificultando o estabelecimento de fronteiras entre o interno e o externo, aprofundando fantasias de onipotência e um intenso sentimento de culpabilidade.

Outro autor que analisa os efeitos a partir da coincidência entre o ato e a fantasia presente nos casos de abuso sexual incestuoso, Bollas (2021) apresenta o conceito de regressão topográfica para descrever os efeitos psíquicos engendrados a partir deste tipo de abuso que descreve como uma invasão sexual. Ele observa que a violação sexual incestuosa corresponde à realização, pelo objeto, do desejo inconsciente do sujeito veiculado pela fantasia edípica. Este fato tem o efeito de uma reversão topográfica - como se o desejo que naturalmente deveria ser

formulado dentro do sujeito, para ser modificado e então expressado, de forma derivada e admissível ao sistema consciente, incide pelo lado de fora e invade o mundo fantasmático do sujeito. Esse fato, segundo o autor, é vivenciado como uma intrusão simbólica, que borra os limites entre as fronteiras internas e externas do sujeito.

A aproximação do objeto dos desejos edípicos da criança, na realidade, colocando-se como objeto sexual para a/o filha/o é vivida como um desnudamento da fantasia e uma invasão do mundo mental. Neste processo, o sujeito passa a temer sua atividade fantasmática, sentida como ameaçadora; o espaço interno se torna persecutório e toda a atividade de simbolização e de pensamento é empobrecida, à medida que gera angústia e passa ser evitada. Em outras palavras, o sujeito pode experimentar uma incerteza quanto ao que seriam os limites asseguradores da fantasia, à medida que esta se confunde com a realidade. Há prejuízo às atividades relacionadas à fantasia e ao livre curso do pensamento em função da angústia a qual passam a se associar.

Partindo da clínica e pesquisa com sujeitos vítimas de violência na infância, França (2017) aponta que o abuso sexual submete a criança a um estado de terror que acarreta em consequências subjetivas devastadoras para o psiquismo, levando-a à apatia, dissociação, a desorganização de sua memória e de categorias espaçotemporais já adquiridas, comprometendo sua capacidade de fantasiar, de brincar. A autora observa que, quando se tornam adultas, estas pacientes permanecem envolvidas por um sentimento difuso de culpa e vergonha cuja origem não conseguem delimitar. Este sentimento é derivado da fantasmática inconsciente, tornada ameaçadora pela experiência abusiva de que padeceram (FRANÇA, 2017).

Além da dimensão fantasmática da criança, a postura e os sentimentos do adulto reforçam o sentimento de culpabilidade da criança. Pinheiro (2016) ressalta que a criança abusada se confronta com uma complexidade de sentimentos que ultrapassa sua capacidade de absorção. Não se trata de um acontecimento qualquer, mas sim, de um tabu que foi desrespeitado. O sentimento de culpa presente no adulto que comete o ato é introjetado pela criança, que o adota como se fosse seu. Conforme ilustrado por Ferenczi em "Confusão de Línguas"(1933), um dos efeitos sobre a criança é o de confusão, visto que a quebra da interdição vem do adulto, figura que tem justamente por função apresentar as interdições para a criança e servir de referência para ela. As vicissitudes decorrem desta situação paradoxal.

No tópico sobre a incorporação do agressor explicitamos o quanto é difícil para o ego abrir mão de um objeto investido, principalmente quando este tem uma função no sistema identificatório do sujeito. Para a criança a admissão da transgressão do adulto implica em abrir mão de um objeto de amor e identificação do qual depende seu sistema de referências; objeto

que exerce função estrutural em seu psiquismo. Essa admissão ameaça, de certa forma, sua sobrevivência psíquica, privando seu aparelho de uma das referências fundamentais sobre a qual se fundamenta sua estrutura; em um momento no qual esta estrutura está ainda em desenvolvimento, frágil, carente de solidez. Quanto mais fundamental for a posição atribuída pela criança ao sujeito que a abusa em seu sistema de investimentos, maior a ameaça representada pela admissão de uma falha ou transgressão por parte do objeto. Neste contexto, torna-se mais tolerável ao sujeito atribuir a falta a si, para não precisar abrir mão do objeto idealizado.

2.2.3.1 Abuso sexual, desmentido e desautorização

A exposição realizada até o momento permite compreender o abuso sexual contra a criança como um evento que incide pelo lado de fora, acometendo o sujeito como uma comoção, e mobiliza fantasias e conteúdos inconscientes presentes em cada um, tornando mais difícil sua enunciação pelo sujeito e escuta pelo ambiente.

A violência sexual coloca em questão a função do adulto enquanto portador de uma lei e fragiliza sua posição simbólica sobre a qual se apoia a organização do psiquismo infantil. Instaura-se um estado de confusão - de mistura de referências para a criança. Em 1932, no diário clínico, Ferenczi escreve a respeito do que entende por confusão:

O protótipo de toda confusão é estar "perdido" quanto à confiabilidade de uma pessoa ou de uma situação. Estar perdido é: ter-se enganado; alguém, por sua atitude ou suas palavras, fez "cintilar" uma certa reação afetiva; o momento de desvario intervém quando se vai ao encontro de uma situação com uma certa representação antecipada e, no lugar disso, encontra-se outra coisa, frequentemente o oposto; portanto: ser surpreendido por alguma coisa. A confusão corresponde ao momento situado entre a surpresa e a nova adaptação. (FERENCZI, 1932/1990, p. 84)

O abuso abole as diferenças geracionais, transgride uma interdição fundamental, e coloca em questão a segurança de um objeto até então investido pela criança como referencial para sua compreensão de si e do mundo. Este efeito de confusão, de incompreensão, é consolidado pelo momento seguinte, correspondente ao desmentido, ou desautorização.

Conforme exposto, o abuso causa um estado de confusão à criança, que recorre a outro adulto para significar a situação. Caso este adulto tenha condições de escutar a criança, reconhecer seu relato, conferir dignidade a ele, a criança terá a possibilidade de elaborar o vivenciado e subjetivar algo a partir daí, de modo que não precise ficar condenada à repetição.

Contudo, conforme o autor descreve, é frequente que o ambiente não tenha condições de escutar essa criança: que não reconheça seu sofrimento; que não dê lugar à sua palavra. Nesse caso a criança fica condenada à repetição, e o traumático se insere.

Na experiência no atendimento de crianças vítimas de abuso sexual, constatamos a dificuldade do ambiente escutar esta criança e a tendência a condutas reativas, carregadas de afeto, que nem sempre correspondem à intensidade do que está sendo relatado pela criança, e que dificultam que a criança possa formular uma palavra própria a respeito do vivido.

A diferença estrutural e hierárquica entre as gerações já confere, de saída, um certo grau de descrédito à palavra da criança. Quando se trata de abuso sexual, este descrédito se reveste de características especiais, que dão notícias da dimensão traumática da sexualidade operante no adulto que desmente. Estas características especiais dizem respeito ao atravessamento, no abuso sexual, dos aspectos antropológicos, culturais, sociais e interiores aos sujeitos, e sua operação no sujeito que escuta.

Pesquisando o uso do termo incesto em diferentes culturas, Cronberg (2021) destaca o quanto a diversidade de concepções culturais guarda uma constante relativa ao horror; em certas culturas a palavra seria mesmo interdita. De forma que ela conclui: "compreende-se, então, que trata-se do impronunciável" (CRONBERG, 2021, p.36).

Como vimos, o contato estreito de um adulto com uma criança coloca em questão a organização psíquica do adulto; o adulto é "portador de seus traumas encravados" (PINHEIRO, 2016), e isso pode torná-lo surdo a escutar os relatos das crianças, especialmente quando estes tocam em pontos sensíveis de sua própria biografia psíquica. A habilidade de escutar, portanto, está intrinsecamente relacionada à possibilidade do sujeito em escutar/ se deparar com suas próprias dores, e assim poder lidar com a alteridade da criança.

A psicanalista Caroline Eliacheff (2007) destaca que a habilidade de escutar está ligada à capacidade de se identificar com o que é dito, e aceitar a possibilidade de que outros sentidos venham transformar o que se apresenta como incoerente. A autora observa que a possibilidade de escuta está ligada ao que o relato provoca em quem o recebe: quando o relato não toca, ou toca em demasia, a emoção transborda e se interpõe à escuta. A partir disso, ela define que existem duas maneiras de não escutar, ambas ligadas ao não reconhecimento da alteridade: "não reconhecer o outro como semelhante a si em uma humanidade comum" ou "não reconhecê-lo como diferente de si, testemunho de uma outra face de nossa condição humana " (p. 172).

Admitir que um filho, especialmente, ou uma criança em geral, sofreu abuso sexual, implica enfrentar o repúdio ao incesto, admitir a existência do horror. Isso toca nas dores do adulto. A admissão da violência relatada pela criança dá notícias de violências vividas pelo

adulto em sua história, as quais preferiu / precisou esquecer; implica em aceitar a própria impotência em proteger a criança presente e a criança que ele próprio foi; aceitar a impotência de seus pais, que não o protegeram; aceitar o fracasso de ideais como a família, o casamento, as instituições; entre outros, tão caros à cultura e a vida de cada um. Frente a isso, a desautorização é acionada perante a impossibilidade do psiquismo em lidar com o horror que a experiência aciona.

Autores contemporâneos têm se debruçado sobre a questão do desmentido e suas incidências a partir de marcadores sociais que desvalorizam determinadas categorias e invalidam sua alteridade. Gondar (2022a) observa que há uma dimensão social do desmentido, quando atinge coletivos inteiros em função de sua condição. Partindo da questão do racismo e suas produções na sociedade brasileira, a autora coloca o quanto, no Brasil, ao contrário do que ocorre em outros países, em que o racismo se expressa de forma evidente, aqui ele se perpetua por meio do silenciamento, por meio de um desmentido que faz com que não seja admitido. A autora cita pesquisas que mostram que 98% dos entrevistados não se consideravam racistas, ao passo que a mesma quantidade dizia conhecer pessoas racistas, inclusive familiares e pessoas de seu círculo de relacionamentos próximos. Contrastando a coexistência destas duas formas de percepção, que simultaneamente negam e admitem o racismo, Gondar defende que esta duplicidade sinaliza um processo de clivagem na origem do racismo à brasileira. A autora enfatiza, ainda, o quanto as violências não nomeadas não podem ser combatidas; perpetuando seus efeitos de repetição e reprodução.

Pensamos que é possível pensar o fenômeno do abuso sexual em analogia com outros processos, como o racismo. Enquanto as estatísticas demonstram cabalmente a ocorrência do fato, os relatos tendem a ser negados, minimizados, ou ainda, banalizados - banalizar um fato tem os mesmos efeitos de negá-lo, tirando a ênfase do sujeito que vivenciou e colocando-a nas angústias e fantasias daqueles que escutam.

Em outro trabalho, aludindo ao trabalho do psiquiatra e pesquisador negro Frantz Fanon, Gondar (2022b) expõe os efeitos do racismo e do colonialismo, como a identificação com o agressor, o auto ódio, o silenciamento advindo do social, que não admite a existência do racismo, ao mesmo tempo que em tudo o explicita - desde as produções culturais, que retratam tudo que vem do negro como inferior; as relações sociais, que reproduzem e perpetuam concepções racistas, como a de que os negros argelinos seriam superiores aos negros africanos, devido à sua identificação com os franceses - os colonizadores; e os desdobramentos disso para a constituição psíquica de cada um, |à medida que internaliza ideais que negam e agridem sua singularidade, sendo obrigado a se identificar com quem o agride e o subalterniza. Gondar

aponta as similaridades do pensamento de Fanon com o conceito ferenciano de identificação com o agressor, de que tratamos no capítulo dedicado a desdobramentos psíquicos da experiência traumática. E enfatiza o desmentido enquanto fenômeno que invalida o sujeito que relata, e não apenas o fato relatado.

Herzog (2020) também se debruça sobre o desmentido que recai sobre aspectos sociais, aludindo a desigualdades características da realidade brasileira, como o racismo, a pobreza e a fome. Verztman e Canavez (2021) apontam para diferentes configurações relacionais, organizadas segundo dinâmicas assimétricas, nas quais um dos pólos assume uma posição subalternizada. Os autores referem-se a processos de subalternização, determinados por contextos sociais que estabelecem hierarquias e classificam determinadas populações, situando-as nas relações e nos discursos desde uma posição subalterna. Destacam que, antes de falar, tais sujeitos são falados pela cultura, que determina os discursos passíveis de serem veiculados sobre eles. Dada esta posição, os autores se questionam: quais as possibilidades de fala desde uma posição subalternizada? Pode o subalterno falar¹⁰? E mais, pode o analista escutar?

Os autores propõem pensar a presença de marcadores sociais que fazem com que determinados sujeitos se tornem mais vulneráveis que outros, e que estes marcadores devem ser considerados pelo psicanalista. Retomando a reflexão sobre a hipocrisia dos analistas, trazida por Ferenczi, apontam que as incidências da realidade social estão presentes em uma análise tanto do lado do analista quanto do paciente, e que recusá-las implica em um desmentido no âmbito da clínica.

Kuperman (2022, p. 67) alude ao aspecto inaudível do trauma, à medida que “tende a tornar o outro insensível à voz daquele que deseja testemunhar a sua dor”. Este aspecto se relaciona ao interdito do relato sobre o incesto, mencionado por Dussy (2021), que explicitamos no tópico sobre violência sexual contra a criança.

Ferenczi ressalta, em um texto de 1908, o quanto as mulheres vivem em um mundo construído pelos homens, cujas concepções tomam o masculino como sujeito, e que de algum modo adotam esta concepção mesmo no que ela as diminui e constrange, diminuindo suas possibilidades de fruição da vida. Pinheiro (1995, 2016) observa que neste texto ele apresenta o conceito de invasão para retratar este processo de incorporação pelas mulheres de normas que as submetem, noção que remete ao conceito de identificação com o agressor, desenvolvido por ele posteriormente.

¹⁰ Os autores tecem suas reflexões em diálogo com o livro "Pode o subalterno falar?" da autora Gayatri Chakravorty Spivak (2018).

Retomamos ainda o trabalho do sociólogo Bourdieu (2024), que refletiu sobre as origens, condições de produção e reprodução da dominação masculina, caracterizando-a como uma violência simbólica. Considerando os aspectos de gênero envolvidos nas dinâmicas familiares, dentro das quais ocorrem os abuso contra a criança, torna-se inteligível o desmentido a que são submetidas as crianças, especialmente as que sofrem violência, e a tese anteriormente citada que caracteriza o incesto como um trauma coletivo.

Na esteira aberta por Gondar (2022), Verztmann e Canavez (2021), Herzog (2020), Kuperman (2022), entre outros, pensamos ser possível pensar a dimensão do desmentido e da desautorização que envolvem a violência sexual contra a criança como algo que transcende a esfera micropolítica, das relações íntimas e familiares, e envolve toda a sociedade. Ao não poder ser nomeada, assim como o racismo, a violência sexual segue se perpetuando e impactando sorrateiramente, ao mesmo tempo que sob a convivência social, uma legião de crianças e adolescentes.

Feita esta apresentação sobre o trauma e suas diferentes apresentações, mecanismos e vicissitudes, no próximo capítulo nos dedicamos à problemática da elaboração do trauma.

2.2.4 A problemática da elaboração do trauma

O termo elaboração foi empregado por Freud em diversos textos, e de forma geral, refere-se ao trabalho do aparelho psíquico e sua atividade de recepção, transformação e manejo das intensidades que o acometem (LAPLANCHE, 2004). Neste tópico faremos uma breve exposição sobre o conceito de elaboração, tendo como norte o problema da elaboração do traumático.

Analisando o conceito de elaboração em diferentes produções freudianas, Laplanche e Pontalis (2004) distinguem dois aspectos principais do termo: um relacionado a transformação da quantidade de energia em qualidade psíquica; e outro, condicionado ao primeiro, relacionado ao estabelecimento de trilhas associativas que permitem a circulação da energia ligada a representações (LAPLANCHE, 2004, p. 144). Estes dois aspectos remetem diretamente ao conceito de simbolização primária e secundária, descritos por Minerbo (2020), que trouxemos em tópicos anteriores. Trata-se de uma noção que articula as dimensões econômica e simbólica do aparelho psíquico.

Em 1914, integrando a série de artigos sobre a técnica psicanalítica, Freud publica o texto “Recordar, repetir e elaborar”, no qual discorre sobre a dinâmica do processo analítico a

partir de diferentes dimensões e introduz ideias inéditas. Ele destaca que além do processo de rememoração, a análise envolve uma quota de resistência que se expressa pela ação, e que deve ser interpretada em âmbito analítico como condição para a elaboração.

Para apresentar suas ideias, Freud faz uma sintetização sobre o curso do trabalho analítico. Observa que a análise costuma se iniciar com um período tranquilo, em que o analisando produz relatos e recordações de forma relativamente livre, motivado pelo movimento transferencial de confiança no analista e sua possibilidade de oferecer alívio ao sofrimento do paciente. No decorrer do processo, conforme as associações e produções do paciente se aproximem do conteúdo reprimido, a resistência contra o tratamento advém ao primeiro plano e são acionadas defesas contra a recordação. A partir daí, a recordação dá lugar à repetição.

A resistência é provocada no processo analítico como uma defesa contra a dor e angústia despertada pelos conteúdos reprimidos, contra os quais o psiquismo se defende a todo custo, e que, embora originadas em algum ponto do passado, seguem atuais e atuantes na lógica inconsciente. Freud observa que devido a ação da resistência, os conteúdos não são rememorados, mas repetidos, atuados na relação com o analista; quanto maior a resistência, maior a dificuldade de recordar e maior o transbordamento pulsional para o campo da ação repetitiva. Frente a isso, parte do trabalho do analista passa a se dar pela interpretação das resistências, de modo que o paciente possa reinscrever estes conteúdos no âmbito das recordações, retirando-os do registro da ação e do presente.

Devemos tratar sua doença não como um acontecimento do passado, mas como uma força atual. Este estado de enfermidade é colocado, fragmento por fragmento, dentro do campo e alcance do tratamento e, enquanto o paciente experimenta algo real e contemporâneo, temos de fazer sobre ele o nosso trabalho terapêutico, que consiste, em grande parte, em remontá-lo ao passado. (FREUD, 1914, p. 167).

O processo analítico, observa Freud, provoca uma mudança na atitude do paciente em relação ao seu sofrimento. Se antes este era considerado como algo externo, incômodo, mas de certa forma alheio ao sujeito, a análise leva-o a encarar seu sofrimento como uma produção sua, como um fenômeno que tem sólidas razões para existir e do qual é possível extrair significado. A partir disso, é possível compreender que as resistências vêm se opor a esta mudança de posição, erigindo defesas que protegem o sujeito de tomar contato com aspectos dolorosos de sua biografia psíquica.

Compreendendo que a repetição se dá na transferência, Freud inclui a interpretação das resistências como um dos componentes do processo analítico, fechando assim o trinômio: recordar, repetir e elaborar. A elaboração se dá em dois níveis: um, consciente, mediante as interpretações e articulações feitas pelo paciente; e em um nível inconsciente, regido pelo processo primário. Freud alerta que se trata de um processo que se estende ao longo do tempo, que ao analista é necessário paciência para que dê tempo ao analisando para que experiencie suas resistências e possa elaborá-las.

A partir deste novo paradigma Freud situa, então, do que se trata um trabalho de análise: descritivamente, trata-se de preencher as lacunas da memória por meio da rememoração de conteúdos e cenas. Dinamicamente, trata-se de superar as resistências devidas ao recalque, permitindo que os conteúdos sejam reinseridos na cadeia simbólica (FREUD, 1914, p. 196).

No texto “Luto e Melancolia” (1917b), publicado algum tempo depois, Freud traz uma descrição do trabalho de luto psíquico engendrado a partir da perda de um objeto amado pelo sujeito, que condiz com o processo de elaboração. Neste processo, o psiquismo enlutado realiza um sobre investimento inicial das lembranças ligadas ao objeto, de forma que no confronto com o princípio da realidade as rememorações levarão à progressiva aceitação da perda, com a retirada de parte da libido investida no objeto. Trata-se de um processo lento e doloroso, realizado fragmento por fragmento, cujo término torna o ego livre para investir em novos destinos. O final do trabalho de luto culmina em uma identificação simbólica com o objeto perdido, movimento no qual o ego se expande e enriquece.

A descrição do trabalho de luto, realizado fragmento a fragmento, catalisado pela atividade de recordação que provoca movimentos de sobreinvestimento e desligamento pulsional, muito se assemelha ao trabalho de elaboração descrito por Freud em 1914.

Em contraposição ao luto, Freud (1917b) situa a melancolia, figura que denuncia a impossibilidade de elaboração das perdas e se produz pela identificação com a sombra do objeto. Isso tem um interesse para este trabalho, à medida que, conforme demonstrado em capítulos anteriores, há uma similaridade metapsicológica entre os quadros melancólicos e os quadros traumáticos que resultam na incorporação do agressor. O trabalho com o conceito de elaboração permite-nos formular que, enquanto o processo de luto resulta em uma identificação (ou introjeção, em termos ferencianos), produto de um processo de elaboração, a incorporação denuncia o fracasso deste processo.

Feitas estas considerações, voltamos ao problema da elaboração e suas condições de realização. Nos textos comentados, a elaboração aparece ligada à possibilidade da rememoração e um certo movimento dinâmico de redistribuição dos investimentos libidinais. A resistência à

rememoração é levantada pela interpretação do analista, que busca situá-la no quadro da relação analítica possibilitando o retorno do trabalho de rememoração. Contudo, para que um material possa ser rememorado, é preciso que ele esteja inscrito, ainda que suas representações estejam recalçadas.

Conforme exposto anteriormente, embora uma parte do traumatismo esteja ligada ao material recalçado, assimilado ao registro simbólico, parte do material traumático não está simbolizado, permanece clivado, fora da representação e portanto fora do campo da associatividade verbal. Nestes casos, para que o traumático possa ser recordado e elaborado, faz-se necessário um trabalho prévio de construção de representações a respeito das marcas.

Como pensar, então, a técnica analítica no contexto de pacientes traumatizados? No próximo tópico trataremos algumas considerações sobre a problemática da elaboração do traumático.

2.2.4.1. Da compulsão repetitiva à elaboração do trauma

Conforme exposto em tópicos anteriores, há uma certa modalidade de trauma que corresponde a um material não assimilado psiquicamente, que permanece no id como pura percepção e não se liga a conteúdos de outros registros. Esta consideração tem algumas consequências quanto à possibilidade de elaboração pelo aparelho psíquico. Como rememorar um material que não foi inscrito, que não tem palavras para ser expresso? Neste campo, toma especial relevo a repetição, que se dá fora do campo da representação.

Se em 1914, Freud aborda a repetição como fruto da resistência em recordar o material recalçado, em 1920, ao enfatizar a dualidade entre pulsão de vida e pulsão de morte, ele aborda a repetição enquanto fruto de uma compulsão ligada ao mortífero. Freud observa que a comoção traumática tem um efeito disruptivo, e o psiquismo inundado pelo excesso torna-se incapaz de assimilar os traços da experiência vivenciada. Estes traços não assimilados fazem parte do conteúdo que retorna de forma repetitiva, num esforço que prima pela integração. Assim, a compulsão à repetição, ao mesmo tempo que revela uma tentativa de integração do traumático, denuncia o fracasso da integração, impondo a atualização do sofrimento traumático de forma incessante (FREUD, 1920).

Em alusão ao aspecto econômico, Ferenczi (1934) observa que nos quadros marcados pelo traumatismo, há a presença de uma angústia traumática sempre latente, revisitada em diversos momentos. Invaso pela angústia, o sujeito teme o enlouquecimento, acionando

defesas de forma maciça. Com isso, Ferenczi sublinha o papel da repetição e sua função traumatofílica, que busca proteger o psiquismo da ação traumática, ainda que de forma tardia, acionando as defesas que não pôde no momento traumático (FERENCZI, 1934).

Fortemente influenciado pelas teorizações freudo-ferenczianas, Bokanovski (2021) enfatiza o aspecto econômico da repetição traumática, descrevendo o traumático como um modo de funcionamento psíquico voltado à tentativa de ligação da excitação excessiva. Impossibilitado de elaborar o excesso por meio da atividade simbólica, o sujeito se vê constantemente invadido por um afluxo de energia que preme por descarga. No limite, todo o psiquismo é tomado por esse funcionamento, que domina a vivência do sujeito. O traumático compele o sujeito a repetição, à medida que o priva de elementos simbólicos para representar o vivido.

A descrição de Bokanovski nos dá notícia de quadros como as toxicomanias, os estados limites, entre outros, caracterizados pela adoção compulsiva de comportamentos auto calmantes e estratégias comportamentais, que podemos entender como externalizantes. No entanto, há outros quadros, ou ainda, outras formas de repetição, que se fazem de forma mais silenciosa, menos visível. Estes quadros foram descritos por Green (1988, 2010, 2022) sob a alcunha de “quadros brancos”.

Refletindo sobre as repercussões do funcionamento traumático, Green (1988) pontua a existência de defesas pautadas pela desobjetalização e ataque aos investimentos. Em sua reflexão sobre as pulsões de morte e destruição, o autor aponta a existência de determinados quadros que ele denomina de “brancos” (GREEN, 1988, p. 265), nos quais que se repete é a tendência de desligamento e desobjetalização. Enfatizando o papel de ligação efetuado pela pulsão erótica, Green destaca que a pulsão de morte visa o desligamento e o retorno à inércia. Neste prisma, o que se repete é o desligamento, e a destruição não é direcionada somente ao objeto mas ao próprio Eu e ao processo de investimentos. Na busca pelo retorno à inércia, é a própria capacidade de fazer ligações que é atacada (GREEN, 2022). Conforme exposto anteriormente, o autor relaciona tais casos a figura do narcisismo de morte, na qual o ataque ao Eu e a capacidade de investimentos estão a serviço de uma função desobjetalizante, atividade sob o domínio da pulsão de morte.

Green enfatiza que os quadros brancos são guiados por um efeito de negativismo¹¹, em que a retração dos investimentos se dá como defesa a angústias de morte. Estas angústias, por

¹¹ O negativismo é trazido por Green como uma manifestação particular e desestruturante dentro de um quadro mais amplo de teorizações sobre o trabalho do negativo, este, estruturante do psiquismo. Ver: Green, A. O trabalho do Negativo. Porto Alegre: Artmed, 2010.

sua vez, são mobilizadas pelo traumático, especialmente por aquilo que carece de representação e que permanece como puro traço perceptivo. Quanto mais afastado da representação, segundo o autor, mais o material fica sujeito ao primado das pulsões mortíferas. Frente a tais considerações, na esteira freudo ferenciana, o autor postula que a clínica do traumático é pautada pela necessidade de inscrever os traços da vivência traumática, dando alguma representação de forma que possam ser integrados ao sistema simbólico, atividade sob o primado de eros (GREEN, 2010).

As reflexões dos diferentes autores coincidem em um ponto comum, qual seja, da consideração sobre o traumático oriundo de material perceptivo, fora do sistema representacional. Partindo desta premissa, compreende-se que a elaboração do trauma depende de um processo inicial de integração destes traços ao psiquismo, para que possam aceder ao sistema associativo. Trata-se da elaboração primária, referente à transformação da energia em qualidade psíquica, e que é condição para a elaboração secundária, referente ao estabelecimento das cadeias associativas (LAPLANCHE, 2004).

Tematizando sobre o trabalho específico a ser realizado com pacientes acometidos por sofrimentos com diferentes origens psíquicas, Mezan (2022¹²) pontua que há uma especificidade no trabalho com pacientes marcados pelo sofrimento traumático. Em contraposição ao trabalho realizado na maioria dos quadros neuróticos, em que o trabalho é focado na retirada de um excesso recalcado, seja de sentidos, seja de defesas, uma busca de escoamento para algo que ficou retido; em determinados quadros, a elaboração do traumático pode passar por um processo de criação de sentido, de construção de um tecido psíquico inexistente. Trata-se de situações caracterizadas por angústias narcísicas e defesas correspondentes.

Visando dar consistência a este trabalho de “construção de tecido psíquico”, recorreremos ao trabalho de Minerbo (2020), autora fortemente influenciada pelo pensamento de Freud, Ferenczi e de André Green. Refletindo sobre as condições de análise e elaboração do traumático, a autora distingue duas etapas do processo de simbolização, ambas necessárias ao processo de elaboração: a primária e secundária. A simbolização primária se refere à primeira representação psíquica de uma experiência sensorial, e a simbolização secundária diz respeito à transformação desta primeira representação em uma representação palavra, que ofereça um sentido do qual o sujeito pode se apropriar. Em pacientes traumatizados, é necessário acompanhar o paciente em todas as etapas de simbolização, processos que participam do

¹² MEZAN, R. Escrever a Clínica. São Paulo: Ed. Blucher, 2022.

trabalho que Mezan (2022) denomina de construção de tecido psíquico, e que se relaciona aos níveis de elaboração definidos por Laplanche (2004).

Com base nessas considerações, compreende-se que, do ponto de vista metapsicológico, a elaboração do traumático se dá mediante processos de simbolização primária e secundária, que visam construir um tecido psíquico no qual o traumatismo possa se inscrever e deslizar em um processo de elaboração progressiva ao longo da cadeia associativa.

O trauma deve ser historicizado, pensado, colocado em palavras, super investido e depois desinvestido, fragmento por fragmento, de forma gradual e progressiva ao modo do trabalho de luto. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso acompanhar o paciente na superação de resistências significativas, proporcionais ao sofrimento engendrado pela ação traumática. Ferenczi defende que isso demanda uma postura específica do analista.

Analista de casos difíceis, Ferenczi percebe que com pacientes traumatizados a técnica clássica da psicanálise parece não bastar, à medida que estes carecem de estofo simbólico para se dedicar a prática da livre associação, e precisam lutar com resistências ainda maiores do que as apresentadas nas neuroses comuns. Ele foi um grande experimentador na busca de técnicas e formas de trabalho mais ajustadas à singularidade dos casos traumáticos e propôs uma clínica da hospitalidade, guiada pela ética do cuidado (KUPERMAN, 2010).

Provocado pelas demandas de seus pacientes, Ferenczi fez uma série de reflexões sobre a resistência do analista, observando que a postura rígida ou reservada em demasia, por vezes poderiam estar mais a serviço da hipocrisia do analista que de algum benefício analítico real, e que esta frieza poderia atualizar aspectos dolorosos em pacientes traumatizados. Após trabalhar com a técnica ativa, Ferenczi passa a tematizar sobre o tato do analista e defende a adoção de um enquadre menos rígido, mais maleável, capaz de restituir a aceitação que o paciente necessita e promover um estado de relaxamento favorável ao trabalho analítico (FERENCZI, 1930).

Sublinhando a importância do fator traumático na etiologia de parte significativa dos quadros neuróticos, Ferenczi defende que a rememoração das experiências traumáticas é um componente imprescindível da cura analítica. O processo analítico apenas se completaria com a rememoração e reinscrição desses traumatismos pelo paciente, que então, poderia reinvestir sua libido em outros objetos. O reconhecimento, pelo analista, da realidade do traumatismo vivido pelo paciente, tem um valor e participa do efeito de cura (FERENCZI, 1930).

Articulando o exposto com a noção de desmentido proposta por Ferenczi em textos posteriores, temos que cabe ao analista fazer o oposto do ambiente que desmentiu, cabe dar crédito ao traumatismo e à verdade subjetiva do paciente, restituindo-o de sua autenticidade de

modo que possa dar seguimento a seu processo de devir psíquico. A análise deve oferecer amparo para que o sujeito possa suportar a angústia e revisitar seus fragmentos sem sofrer novamente os efeitos da desautorização (FERENCZI, 1931). É fundamental restituir a polissemia ao paciente, afastando-o da cristalização de sentidos produzida pelo desmentido (PINHEIRO, 2016). Tendo deixado de estar maciçamente fixada no trauma, a quota de libido liberada poderá ser reinvestida com mais liberdade pelo aparelho psíquico.

No próximo capítulo, com a construção dos casos clínicos, buscamos situar algo sobre os processos de rememoração, repetição e elaboração do traumático.

3. APRESENTAÇÃO DOS CASOS¹³

3.1. VITÓRIA.

Vitória é uma mulher de 52 anos que sofreu abuso sexual na infância. Na primeira entrevista, ela diz que poucas vezes conseguiu falar sobre o assunto e chegou à conclusão de que precisa falar sobre isso para entender melhor os sentimentos que tem hoje, e por isso quis participar da pesquisa. Diz que as experiências ficaram esquecidas por muitos anos e acha que ainda sofre por conta delas. Relata ter dificuldades para se relacionar e para se sentir feliz com a vida de modo geral.

Após as entrevistas iniciais, nas quais falou sobre os abusos sofridos, Vitória demonstrou demanda para acompanhamento psicológico. Assim, iniciamos um processo de acompanhamento clínico com encontros semanais ao longo de 9 meses.

Nas primeiras entrevistas, Vitória relata os abusos sexuais que sofreu na infância. Conta que pela primeira vez, foi assediada pelo pastor de uma igreja frequentada pela família. Na época tinha 8 anos, num momento em que estava sozinha na igreja o pastor lhe abraçou e tentou dar um beijo na boca, ela diz que o arranhou, conseguiu se desvencilhar e correu para a casa. Contou para a mãe (Vitória foi criada somente pela mãe) e esta não acreditou, e ainda lhe deu uma surra por “ter desrespeitado o pastor”. Vitória não voltou a ser assediada pelo pastor. No entanto, aos 10 anos passou a sofrer abusos por um tio e vizinho da família; estes perduraram por alguns anos, até que Vitória conseguisse se desvencilhar. Como fica claro ao longo do caso, Vitória viveu uma infância solitária, desamparada, na qual só podia contar consigo mesma para se proteger e se retirar de situações de violência e invasões pelo ambiente.

Sobre sua infância, Vitória relata que foi criada mãe, em uma situação de muita pobreza. Viviam numa cidade do interior, sua mãe sustentava ela e mais quatro filhos com muita dificuldade. Além da precariedade econômica, a infância de Vitória foi marcada por uma precariedade afetiva notável. Sua mãe agredia ela e os irmãos de forma cotidiana, tanto de forma verbal - com xingamentos, desqualificações e humilhações cotidianas - mas também fisicamente, de forma bastante dura. Segundo Vitória, as agressões eram motivadas por situações corriqueiras, e ela apanhava tanto que às vezes chegava a desmaiar.

Neste contexto, aos 10 anos Vitória passou a fazer serviços domésticos para um tio que vivia próximo à sua casa. Recebia um pagamento, que dividia com sua mãe, e o que sobrava

¹³ Nome e informações que possam identificar o sujeito foram alterados.

gastava com coisas para si, como perfumes, cremes, roupas. O pagamento era muito apreciado pela mãe, que passou a tratar Vitória com menos desrespeito a partir do momento em que ela começou a trazer dinheiro para casa. Quando ia na casa do tio, ele lhe dava atenção, conversava com ela; elogiava-a; dava-lhe doces. No ambiente de aridez afetiva e econômica em que Vitória vivia, as atenções que o tio lhe dispensava lhe eram caras, faziam-na sentir-se amada, valorizada. Aos poucos ele se aproximou também de forma corporal e passou a tocá-la; posteriormente, os contatos foram se intensificando e o tio passou a estuprá-la, com penetração genital.

Ao longo das sessões, vai ficando claro que os abusos têm um significado paradoxal para Vitória. Ao mesmo tempo em que percebe a violência a que foi submetida, ela nutre sentimentos de afeição pelo tio, e atribui a relação que mantiveram uma importância central em sua vida. Ela fala sobre os benefícios materiais que recebia, e que lhe possibilitaram acesso a alguma dignidade antes desconhecida, como a compra de roupas, absorventes, itens básicos de higiene, mas também cremes, perfumes, atributos ligados à feminilidade aos quais não tinha acesso devido a precariedade econômica da família. Nas entrelinhas vai se clarificando que para além deste benefício concreto, havia outra forma de troca importante para Vitória: a afetividade que recebia do tio, na atenção que este lhe dispensava.

Em meio à precariedade afetiva em que vivia, a atenção que recebia do tio tinha grande significado, e até hoje ela parece tributar a isso o sucesso que obteve posteriormente, sua possibilidade de imaginar uma forma de vida diferente da que tinha naquele momento. Ela conta que o tio a incentivava, dizia que ela era inteligente, deveria estudar e se formar. Vitória parece ter se agarrado a estas palavras e a este investimento, identificando-se aos dizeres do tio. Essa situação paradoxal, de ser abusada e cuidada pela mesma figura, trouxe repercussões importantes para o sofrimento de Vitória, imprimindo intensa culpabilidade derivada da parcela de afeto que tinha pelo abusador.

Segundo os relatos de Vitória, os abusos duraram cerca de 4 anos, e pararam quando aos 14 anos ela decidiu que não iria mais à casa do tio. Ela não contou sobre os abusos para ninguém, mas tem certeza que a mãe sabia. Rememora que quando voltava da casa do tio, voltava entristecida, não fazia questão de esconder; sua mãe nunca perguntou o que lhe ocorreu, mas às vezes dizia: “eu sei o que você faz na casa dele”; em tom de deboche.

Não sabe localizar precisamente o que a fez ter forças para decidir não ir mais. Ela diz que se cansou, que não queria mais aquilo, que tinha medo de engravidar. Conta que ele não disse nada, mas parou de dar dinheiro para a família, e sua mãe passou a questioná-la de forma agressiva o porque ela não ia mais lá, alegando que elas tinham falta do dinheiro que ela recebia.

Conta que se seguiu um período muito difícil, no qual sua mãe lhe negava alimentos e lhe tratava de forma cada vez mais hostil.

Aos 18 anos, Vitória sai de casa sem avisar. Passa a viver com parentes na capital, trabalha, termina o ensino médio, faz ensino superior e estabelece sua vida profissional. Posteriormente trouxe a mãe e a irmã para viverem consigo em uma cidade maior, segundo ela, resgatando-as da cidade do interior na qual pereciam. Atualmente ela é vizinha e principal cuidadora desta mãe, figura que permanece representando sua principal referência afetiva, ao mesmo tempo que lhe traz extremo sofrimento. Esta convivência é tema de boa parte das sessões de Vitória.

Mesmo idosa e fragilizada, a mãe segue verbalmente agressiva, e inunda Vitória com solicitações diversas, com as quais ela se debate cotidianamente. Sobrecarregada com os pedidos maternos, Vitória relata não ter tempo para se dedicar a seus compromissos, prejudicando inclusive sua vida profissional. Ela relata intensas brigas em que discute com a mãe, ambas de forma apaixonada, e se horroriza ao tratar a mãe com a mesma agressividade com que ela a tratava - xingamentos, acusações.

Os relatos sobre os conflitos atuais são entremeados com recordações sobre a infância e cenas vividas com a mãe. Vitória passa a se recordar de inúmeras cenas de agressões, humilhações e hostilidades que sofreu da mãe. As descrições da história familiar vão delineando um modo de relação no qual Vitória permanecia na posição de dejetivo, com uma cuidadora sádica, que a submetia a todo tipo de crueldade na forma de agressões físicas e verbais. Este modo de relação e de identificação complementar com a figura materna (representada pela mãe) assume relevância no sofrimento atual de Vitória, como veremos posteriormente.

Vitória se queixava de que as brigas com a mãe tornaram-se um diálogo interno, sempre presente, no qual ambas se digladiavam. Dizia que tinha muita raiva, que esta se expressava nos diálogos, nos quais se martirizava, se acusava e se defendia. A tortura que sofria da mãe, quando criança, se somava a autoflagelação que ela praticava por meio dos diálogos internos e das auto acusações. Ao longo do tempo, vai ficando claro que estes diálogos refletiam a relação deteriorada com a mãe, ao modo das auto acusações melancólicas também presentes na incorporação do agressor.

A temática da raiva, em Vitória, tinha especial importância. Ela dizia que se sentia sempre cheia de cólera, pronta a explodir diante da menor faísca. As imagens que apresentava para ilustrar sua posição eram indicativas da intensidade afetiva que lhe inundava e das feridas psíquicas que vivenciava: certas vezes se comparava a um vulcão cheio de lava; em outras, dizia que a mãe era como uma esfera cheia de lâminas, que feriam quem se aproximava. As

provocações da mãe, especialmente, lhe causavam espécie; mas não somente. Ela relata que se sentia enraivecida no cotidiano, nas mais diversas relações. Ao longo das sessões, foi se evidenciando o papel da raiva, ou do ódio, na economia psíquica de Vitória, acionada em momentos em que sua experiência de criança vítima era atualizada.

Vitória vinha de uma família humilde, foi a única de suas irmãs que estudou, cursou ensino superior e atualmente trabalha. É bem sucedida no trabalho mas não consegue usufruir dos frutos de sua dedicação. Não tem dívidas, mas gasta o que ganha e vive de aluguel. Não pode ter dinheiro na conta que gasta com trivialidades - comida, roupas, itens de decoração. Gostaria de ter uma casa própria, por vezes chegou perto de conseguir reunir um montante necessário para organizar uma entrada, mas no último instante gasta o dinheiro. Desta forma, permanece em uma situação de insegurança financeira e de moradia que reproduz o contexto vivenciado na infância, e ainda, se obriga a viver próxima desta mãe, a quem presta todos os cuidados. Se ganhasse mais, ela poderia pagar uma cuidadora - ela conta.

Ela exerce uma profissão e faz parte de uma organização, na qual relata trabalhar de forma séria, diligente, e não receber de forma justa. Conta que exerce mais do que o necessário para sua função, que é admirada por sua correção e dureza, e que chefes recorrem a ela para pedir sua opinião e análise sobre diversos assuntos, o que lhe rende horas extras de trabalho mas nenhum benefício financeiro. Relata, de forma ressentida, sobre colegas que entraram depois dela, que não possuem a mesma dedicação e a mesma habilidade, e que foram promovidos e receberam outros benefícios a que ela não tem acesso.

Vai se clarificando que a dificuldade de Vitória em lidar com os ganhos do trabalho se expressa em diversas frentes. Por um lado, ela relata que se mantém em uma organização que a não remunera de forma proporcional ao seu empenho. Além disso, ela relata que “por preguiça” deixa de realizar trabalhos de forma independente, os quais seriam fáceis e lhe renderiam ganhos vantajosos. Ela relata, também, deixar de cobrar sua remuneração junto a clientes para os quais prestou seus serviços, não se empenhando em obter o pagamento a que teria direito. Por fim, relata que, quando tem dinheiro, gasta quase imediatamente com “trivialidades”, assim como com “caprichos” de sua mãe. Aos poucos vão aparecendo falas que parecem se conectar com esta questão, indicando outros conteúdos ligados ao signo do dinheiro e sua representação no psiquismo de Vitória, como a equivalência entre trabalho e prostituição.

Uma das queixas de Vitória é a dificuldade em manter vínculos afetivos significativos, seja na vida amorosa, seja com amigas. Seus vínculos são primordialmente profissionais e utilitários. Em uma viagem, relata que sentiu saudades de sua casa, de seu cachorro, e de mais ninguém. Diz que sente falta de amar alguém, mas tem medo, é muito fechada. Disse que

sempre nas relações há uma desvantagem e ela teme ser prejudicada. Rememorando sobre sua infância, conta que não recebia carinho, que sua mãe não os tocava, não lhes abraçava nem lhes beijava. Que nunca disse um “eu te amo”. Acha que sua mãe não sabe amar. Pergunto se ela acha que isso está presente nela, de alguma forma, e Vitória silencia. Diz que precisa sair mais cedo da sessão. Falta nas duas sessões subsequentes, até que retorna.

Em uma sessão, Vitória relata que recebeu uma mensagem carinhosa de uma colega agradecendo por um favor que ela tinha feito. Descreve que ficou comovida, não soube o que responder, e silenciou. Perguntada sobre o que a tinha emocionado, ela responde que não sabe lidar com afeto. Disse que estava sempre na defensiva, pronta para atacar. Perguntada do que ela se defendia, ficou em silêncio alguns instantes, depois respondeu que quando criança se sentia transparente; sua mãe não a via, não conversava com ela, só falava para xingar. Que estava sempre correndo da mãe, para que essa não brigasse com ela, e já sabia identificar, pelo som dos passos da mãe que se aproximava, em que estado de humor ela estava, e se ia ou não agredi-la.

Digo que, nestas condições, se fazer transparente deve ter sido uma habilidade importante para sua defesa. Vitória associa com material de sua vida atual, relata que costuma usar roupas de cores neutras, fechadas, e que se veste de forma para que passe despercebida. Que quando a elogiam, sente-se envergonhada. Tem medo que descubram que no fundo ela não é daquela forma, que não é competente, que é insegura, tem medo. Por isso corre das pessoas e tenta ser invisível.

“Do jeito que fazia quando era criança?”; Ela concorda.

Disse que se sente suja por ter feito o que fez com o tio. O que ela fez? Deixou que ele fizesse com ela... Por tanto anos. Lembra que se sentia suja, envergonhada, se escondia quando saía tarde da casa dele. Chorando, volta a lembrar das ofensas que recebia da mãe.

Lembra que a mãe dizia que ela era feia, burra. Que a via em casa fazendo a lição da escola e a desencorajava, dizia que não devia estudar, que não seria ninguém, que nem adiantava tentar. Que ia sempre viver na pobreza. Vitória chora, se emociona. Fica evidente o quanto essas palavras, ditas há tantos anos, estão vivas e reverberam em sua vida emocional. Como as lâminas que ela menciona em outra sessão, seguem machucando-na. Uma ferida difícil de cicatrizar.

Todo o relato se mostra dolorido para Vitória, que chora de forma sentida. Ela se pergunta o porquê do comportamento da mãe; repete que, se ela a amasse, não a trataria assim. A constatação do desamor de que foi objeto é dolorosa, e Vitória acusa o golpe: falta as duas próximas sessões, sem se justificar, e não responde as mensagens da analista. Com esta conduta

parece deixar a analista na posição de desamparo que vivia/ vive junto ao objeto primário, submetendo-a ao desamparo da ausência e da falta de notícias. Com isso, reproduz-se o ambiente afetivo em que Vitória vivia, submetida aos desmandos do objeto, este, imprevisível, sem poder antecipar o golpe que certamente viria a sofrer. Ainda, sentindo-se culpada e responsável pelos golpes que sofria (da mãe, do tio).

Quando retorna, justifica rapidamente que teve compromissos profissionais e não pôde comparecer. Conta que tem se sentido apática, sem desejo de fazer as coisas que precisa fazer. Passa os dias na cama e cumpre apenas os compromissos dos quais não pode escapar, e que deixa para cumprir no último momento possível. Relata que deixou de receber proventos por trabalhos que poderia ter recebido caso tivesse sido mais proativa. Em uma observação dita em tom jocoso, de chiste, e que reforça a compreensão sobre o caráter transferencial instaurado, Vitória relata que o vazio que está vivenciando é culpa da analista. Explica que antes vivia preenchida de raiva, pronta a se defender e a atacar. Atualmente não tem mais sentido assim: está mais calma, tranquila, menos afetada por questões que costumam mobilizar a força de sua raiva. Relata que está feliz com isso, contudo está se sentindo vazia. A raiva de certa forma a movia, que ela estava sempre reagindo. Que agora não está mais. Ao mesmo tempo, não tem vontade nem iniciativa de fazer nada. Sente-se desgastada, desmotivada.

Após esta sessão, seguem-se outras faltas, a que Vitória explica posteriormente com alegações de que não teve tempo. Não responde as mensagens da analista. Até que o período da pesquisa finaliza e ela não mais comparece.

3.1.1 Compreensão pessoal do caso

Neste tópico faremos algumas considerações acerca do funcionamento psíquico de Vitória, suas principais angústias, construções defensivas e modos de relacionamento com os objetos, segundo nos foi possível delinear a partir da construção do caso, buscando recolher indícios da ação traumática no psiquismo da paciente. Vale ressaltar as considerações de Roussillon (2019), segundo o qual a atividade psíquica é hipercomplexa e marcada pela associatividade. Assim, há uma sobredeterminação fundamental dos fenômenos psíquicos, resultando em múltiplas e inesgotáveis interpretações e atribuições de sentido.

Conforme exposto anteriormente, a ação traumática incide em um psiquismo singular, e seus efeitos são produzidos em articulação com os recursos e condições apresentados por ele. Nos termos de Uchitel (2011), o instante traumático (comoção) pode ou não desembocar em um certo funcionamento traumático, a depender das condições do psiquismo singular e da

sustentação e continência dadas pelo ambiente. Neste sentido, podemos formular que os caminhos percorridos pelo trauma são determinados pela articulação entre as características do fato traumático e do psiquismo por ele impactado.

Segundo Bokanowski (2021), pode-se definir o traumático como um modo de funcionamento psíquico voltado à tentativa de ligação da excitação excessiva. Impossibilitado de elaborar o excesso por meio da atividade simbólica, o sujeito se vê constantemente invadido por um afluxo de energia, que descarrega de forma comportamental, recorrendo a comportamentos auto calmantes. Para o autor, a ação traumática incide na dimensão narcísica e afeta a relação do sujeito com seus objetos internos. A ação traumática desorganiza o processo de ligação pulsional e incide sobre o conjunto das formações psíquicas, contribuindo para o desenvolvimento de defesas arcaicas como a clivagem e a fragmentação. Este efeito se entrelaça com as categorias das relações edípicas, configurando um campo de angústias e defesas articulado à história singular do sujeito (BOKANOVSKI, 2021).

No caso de Vitória, observamos que se trata de uma paciente relativamente organizada em sua vida prática, pautada pela função realitória, que conseguiu conquistar autonomia e atravessar uma condição de miséria afetiva e material, superando adversidades estruturais com afincamento e determinação. Com isso ela revela dispor de recursos subjetivos que lhe possibilitaram se diferenciar da família e buscar objetivos próprios, que lhe trazem hoje certa satisfação em seu cotidiano. No entanto, apesar dos avanços, ela continua ligada a um objeto traumático, empobrecida em seus demais investimentos afetivos, e incapaz de usufruir dos recursos financeiros e afetivos que produz em suas relações de trabalho e amizade.

Neste contexto, observamos que angústias de castração, remetidas aos conflitos edípicos e a um modo de funcionamento neurótico, se articulam com angústias arcaicas ligadas a ação do traumatismo e suas incidências narcísicas. Embora os aspectos neuróticos sejam predominantes, Vitória apresenta angústias e defesas arcaicas que indicam a presença de feridas narcísicas ainda não cicatrizadas, constituídas por núcleos traumáticos.

Iniciando pelos aspectos neuróticos, observamos que Vitória apresenta intelectualidade desenvolvida, capacidade de articulação de suas ideias, expressa-se de forma racional e segundo a lógica consensual. Ela demonstra agir conforme o princípio da realidade, compreendendo suas limitações e aceitando as imposições e frustrações da realidade, mesmo quando não condizem com seus desejos. É capaz de adiar satisfações, abdicar de certos desejos em prol de realizações futuras, ou, ainda, em atenção às limitações de seu corpo. Ela percebe os limites entre seu desejo e o desejo do outro, respeitando estas fronteiras em suas relações, demonstrando percepção e aceitação da alteridade.

Seu modo de funcionamento psíquico, pautado pela função realitória, revela aderência à lógica formal e a predominância do processo secundário. Isso mostra que há uma rede de representações suficientemente constituída, que dá condição ao processo de associação de ideias e à atividade de pensamento. Para que o processo secundário possa se efetivar, Minerbo (2019) observa que é preciso uma rede de representações suficientemente costurada, capaz de sustentar os processos de associação pelos quais a energia ligada transita. A autora pontua que quando a estrutura representacional é muito esgarçada, deixando buracos demasiadamente extensos, a energia não possui representação suficiente, não há condições para o processo de pensamento e a energia preme pela descarga sem mediação.

Analisando as manifestações de Vitória, observa-se que há uma rede representacional suficientemente costurada e a instalação da função realitória. Contudo há zonas de fragilidade na rede de representações, que supomos estar relacionadas a núcleos traumáticos provocados pelas vicissitudes de sua relação com os objetos primários e suas falhas em lhe oferecer um ambiente suficientemente adaptado às suas necessidades. Em função disso, sua possibilidade de continência dos excessos pulsionais é comprometida, e em determinados momentos há um extravasamento dessas intensidades.

Esta convivência, ou superposição, entre zonas envolvidas pela representação e outras em que este processo não se efetivou suficientemente, é encontrada em sujeitos traumatizados. Kuperman (2010) observa que nos sujeitos marcados pelo traumático a dimensão neurótica, por vezes, convive com núcleos não neuróticos, indicando uma fragilidade nas identificações primárias e na integração egóica. Esta fragilidade acarreta uma pobreza dos processos de simbolização e fragilidade nas possibilidades de continência dos excessos pulsionais. Para tais pacientes, “sobreviver ao abandono traumático implica a manutenção de objetos idealizados e onipotentes, ao preço de vê-los transformados em ameaças persecutórias” (KUPERMAN, 2010, p. 42).

Retomando a história da paciente, temos que a infância de Vitória foi vivida em um ambiente emocionalmente caótico, no qual fica patente a incapacidade da família em se adaptar às necessidades da criança (FERENCZI, 1928). Ela relata que estava sempre alerta e podia esperar agressividade e violência a qualquer momento, de forma abrupta. Pelo pouco que sabemos do psiquismo desta mãe, pode-se constatar que havia grande incapacidade em lidar com as intensidades psíquicas, o que transbordava em uma conduta violenta para com os filhos. Devido a esta fragilidade em filtrar os estímulos que a acometiam, o objeto materno descarregava essa tensão na criança sob a forma de violência física e verbal, projetando conteúdos tóxicos (MINERBO, 2015) não metabolizáveis pelo psiquismo infantil.

Tendo se subjetivado segundo esse modelo de funcionamento psíquico, Vitória também não possui um sistema de paraexcitação bem constituído. Atualmente os ataques do outro materno, assim como outras situações vivenciadas na relação com objetos substitutos que a remetem a uma posição de fragilidade, desorganizam Vitória, fazendo-a descarregar sua tensão de forma irrefletida, por meio de reações que ela classifica como agressivas e desproporcionais.

Vitória está fazendo um curso em uma área diferente da que atua profissionalmente. Em uma sessão, ela relata que recebeu uma nota baixa por um trabalho. Buscou conversar com a professora para entender a razão da nota, certa de que seria compreendida, e esta lhe respondeu apontando falhas no trabalho. Vitória relata que se exasperou exageradamente e respondeu de forma agressiva. Depois se arrependeu, sentiu-se culpada e depressiva. Nesta passagem fica claro o quanto, para Vitória, críticas, oposições, podem ser sentidas como ataques e geram intensa angústia. Diante deste excesso, que ela não consegue lidar, ela se desorganiza e descarrega sua tensão nos objetos do ambiente.

Na relação com a maior parte dos objetos, Vitória consegue se diferenciar, perceber o objeto como um organismo complexo, dotado de contradições, submetido às mesmas limitações e vicissitudes que ela, ambos portadores de uma humanidade em comum. Contudo, em suas manifestações ela expressa, na relação com o objeto materno e seus representantes atuais, a percepção de um objeto onipotente, frente ao qual ela se vê em absoluto desamparo. Cogitamos que tal posicionamento dizia respeito à atualização das angústias arcaicas vividas na relação com os objetos primários, e que surgia como uma defesa frente ao desamparo vivido pelo ego. Vitória se vê humilhada, depreciada, despertando-lhe angústias de morte. Assim, algumas situações banais, como as citadas anteriormente, são vividas como golpes ao seu narcisismo, despertando imensa hostilidade e carga afetiva que ela não consegue manejar e que exigem descarga imediata. Nestas ocasiões, por vezes Vitória se lança a tentativas maníacas de reparação, a exemplo da situação em que, após uma briga em que foi agressiva com a mãe, gastou uma quantia considerável - e excessiva, segundo ela - de dinheiro em presentes para a casa desta, contraindo dívidas que depois precisou liquidar.

Em análise, Vitória vem refletindo sobre a experiência subjetiva de humilhação que perpassa suas vivências e desperta estes afetos, diminuindo a quantidade e intensidade destas invasões.

A principal angústia demonstrada por Vitória é a angústia de castração, que acompanha desejos de mais poder, mais dinheiro, maior realização profissional. Observamos que há uma regressão libidinal que se fixa em uma organização em torno de fantasias fálicas, ao modo da histeria. Movida por fantasias em torno do desejo de ter um falo, ela se identifica com uma

posição castrada e ressentida frente ao objeto, tido como fálico, potente e completo (MINERBO, 2019). Durante as sessões, frequentemente ela alude a colegas profissionais que conquistaram ganhos financeiros e de reconhecimento supostamente maiores que os delas; que se sentem completos e potentes, sem falhas. Há uma fantasia de onipotência que a torna ressentida, identificada à posição castrada. Quando consegue conquistar algo que idealiza, como no trabalho, a culpa pela conquista a invade, revelando certo masoquismo moral (FREUD, 1924b).

Minerbo aponta que, em sujeitos neuróticos, a culpa é provocada por fantasias de transgressão associadas à angústia de castração. A intensidade da angústia pode promover no paciente renúncia maciça à própria potência e ao prazer possível (MINERBO, 2019). Em Vitória, observamos que a angústia de castração se articula com fantasias edípicas de rivalidade com o objeto materno, seu desejo de suplantá-la, e sua fantasia de ter conquistado o Édipo na realidade, concretizado na figura do tio. Frente a isso, ela se defende a partir de uma inibição, que a protege de manter relacionamentos amorosos e de ter sucesso excessivo em sua atividade de trabalho. Assim que ela se permite ir até um ponto: trabalha, mas desde que devolva à mãe todos os frutos do trabalho (como quando criança na equação monetária tio-mãe), que se limite a um cotidiano anódino e aquém de suas possibilidades. Desde que esteja nos bastidores e permaneça *invisível*.

O trabalho é o campo em que Vitória se permite investir sua libido, mas não sem angústias e inibições. Em um primeiro olhar, este parece ter um valor narcísico para a paciente, assegurando-a de seu valor e protegendo-a de suas oscilações de autoestima. Cabe ressaltar que seu trabalho tem relação com assistência a vítimas de certos tipos de violência, indicando um componente reparatório em sua escolha profissional. Mas esta forma de relação e de uso do objeto não parece esgotar as modalidades de satisfação obtidas por ela. Vitória demonstra prazer genuíno com o trabalho e este parece ter um valor sublimatório, permitindo o escoamento de pulsões eróticas sublimadas. Isso se mostra não apenas em sua dedicação ao trabalho, mas na inteligência e perspicácia que demonstra ter em sua atividade profissional, evidenciando empenho e uma forma singular de exercício de sua atividade. Embora relate sobre o trabalho de forma angustiada, ela evidencia satisfação com a profissão e a atividade que exerce. Essa satisfação parece ser um dos motivos que fundamentam sua inibição em relação à atividade laboral e que tornam seu sucesso angustiante, culpabilizado, e mobilizam defesas como a dificuldade de lidar com o dinheiro.

Em relação à sexualidade, a inibição é ainda mais maciça. Vitória relata que teve apenas relacionamentos breves, e nos últimos tempos do processo analítico, revela o desejo de ter

alguém, encadeando reflexões sobre o machismo e a desigualdade nas relações. Supomos que esta inibição tenha a ver com a complexa articulação entre suas fantasias edípicas e o abuso do qual foi vítima, o que gera um intenso sentimento de culpabilidade.

O deserto afetivo em que Vitória vive, no qual não estabelece relações significativas com outros objetos, tampouco relacionamentos sexuais, parece indicar mais do que apenas uma inibição neurótica mobilizada pela angústia de castração, sugerindo a presença de angústias mais arcaicas. Neste sentido, uma das angústias que observamos é a de intrusão, acompanhada de seu oposto, a angústia de esvaziamento. Isso se observa quando, ao mesmo tempo em que reclama da intrusão excessiva da mãe (e posteriormente veremos como há uma intrusão por meio da incorporação do agressor), posteriormente, quando no decorrer do processo analítico ela percebe ter afrouxado alguns nós internos que a atavam a esta, relata sentimentos de vazio e tristeza profundos, que podem estar em certa medida relacionados a este tipo de angústia arcaica. Sobre as angústias de intrusão/ invasão e esvaziamento, Minerbo (2019) observa que são indícios que o processo de autonomização do sujeito em relação a seus objetos ainda está em curso.

Conforme relatado, parte importante dos relatos de Vitória são sobre os embates com a mãe e com outras pessoas do convívio. Nestes relatos, o que parece a deixar mais perplexa é sua própria reação, quando vem carregada de agressividade, de forma excessiva e deslocada. Em mais de uma ocasião relatou sentimentos de depressividade e desejo de morrer posteriormente a essas descargas de agressividade. Cogitamos que nestas situações há uma ativação de núcleos traumáticos, despertando angústias de separação (MINERBO, 2019), que revivem a situação vivida junto aos objetos primários, quando Vitória era ameaçada pela pulsionalidade mortífera do ambiente.

Sobre o processo transferencial, este foi marcado por idas e vindas da paciente. Inicialmente Vitória demonstrava um entusiasmo com a análise, comportamento sedutor, fazia elogios reiterados à pesquisadora e ao processo, enfatizando os resultados positivos que estava percebendo. Com o tempo, passou a apresentar ausências sem avisar previamente a analista nem justificar-se. Após o contato da analista ela apresentava justificativas com compromissos que ela já sabia de antemão. Sua conduta, que exigiu sustentação da analista, parece revelar algo sobre sua relação com seus objetos internos, colocando a analista/pesquisadora na posição de abandonada, “no vácuo”, como se fosse invisível na paisagem emocional de Vitória. A angústia desta posição parece dar a medida da angústia sentida por Vitória perante os objetos.

O percurso de Vitória ilustra a descrição de Freud (1914) sobre as vicissitudes do processo de elaboração, que comporta um período inicial de tranquila lembrança e

transferência positiva, seguido por um período difícil, marcado pela resistência e repetição do não simbolizado. Este segundo período, segundo ele, adviria quando o processo analítico chega perto de pontos sensíveis, traumáticos, interrompendo o processo de rememoração e provocando o acting. Considerando que algo desta natureza se deu com Vitória, influenciando a ruptura com o processo analítico.

Considerando as diferentes matrizes da teorização psicanalítica, Figueiredo (2003b) propõe diferenciar formas de sofrimento marcadas pela excessiva ativação de defesas de formas de sofrimento oriundas da excessiva apassivação do sujeito. Fundamentados nesta distinção, pensamos que os sofrimentos de Vitória decorrem da ativação de defesas que esgotam sua quota de energia e comprometem seus investimentos em outros objetos. A ativação excessiva das angústias e defesas compromete o trabalho psíquico. A presença do traumático, que se revela por meio de uma cota importante de energia não ligada, que prima por simbolização, faz com que seu psiquismo esteja empenhado em dominar estas energias, por meio dos processos defensivos. Embora se utilize do recalque como defesa em larga medida um funcionamento neurótico, observa-se processos de cisão e clivagem como defesa ao material traumático.

Em função da precariedade do ambiente emocional primitivo, a sobrevivência psíquica de Vitória se deu à custa de uma cisão. Uma parte do psiquismo evoluiu livremente, de forma notável, inclusive. A outra parte, clivada, permaneceu encapsulada e se presentifica por meio de um excesso de energia não ligada, que prima pela descarga na forma de descargas intempestivas. Carente de representações que permitam ligar as intensidades presentes em seu psiquismo, Vitória é invadida por afetos intensos, que descarrega externamente por meio de discussões infundáveis com a mãe; e internamente com auto recriminações, reprimendas e ódio dirigido a si.

Conforme exposto na primeira etapa deste trabalho, a incorporação do agressor é uma das vicissitudes do traumatismo, operando uma transformação no psiquismo do sujeito traumatizado (FERENCZI, 1933). Originada a partir da clivagem do ego, a incorporação do agressor é uma fantasia que nega a perda de um objeto estimado pelo ego. Ela é acionada quando há uma decepção com o objeto idealizado que não pôde ser integrada pelo ego. Abraham e Torok (1995) apontam que se identificando ao mal, à humilhação, ao aspecto depreciado, o ego poupa o objeto e preserva sua idealização (ABRAHAM, TOROK, 1995). Quando o objeto que abusa é o mesmo objeto que alimenta, e que ocupa uma posição relevante no sistema de referências do sujeito, este se vê capturado em um conflito impossível, para o qual a incorporação do agressor é uma defesa (KUPERMANN, 2022).

Pinheiro (2016) destaca que a incorporação do agressor se operacionaliza por uma espécie de mimetismo entre a criança e o agressor, em que esta passa a adivinhar as vontades do agressor e a se antecipar a elas, oferecendo-se como objeto de satisfação e apaziguamento de suas paixões com o fito de evitar invasões ainda maiores e mais insuportáveis. Esta dinâmica fica muito evidente na relação de Vitória com a mãe. Ela se coloca como objeto para a mãe de forma constante, algo que fazia isso quando criança e segue fazendo quando adulta.

Em uma das sessões, Vitória relata que a mãe é como um sol, ao redor do qual ela orbita. Assim, o cotidiano e a vida de Vitória são organizados em torno das necessidades da mãe, revelando sua tentativa incessante de satisfazer o objeto primário. O que Vitória busca com estas tentativas? Trata-se da repetição do traumático, ao modo de estar subjetivamente num lugar conhecido. Esse sofrimento de não ser reconhecida é onde ela se reconhece como o que é, como sua verdade. O mortífero da repetição que se inscreve numa tentativa de reafirmar o traumático conhecido e torná-lo assimilável mas sem sucesso. A precariedade dos demais investimentos afetivos de Vitória aprofundam sua dependência do objeto. Em certo sentido, ela ocupa uma posição regredida, de dependência absoluta do objeto, suportando suas agressões em nome do alimento precário e tóxico que ele oferece.

Com a incorporação do agressor, as agressões - inicialmente externas e infligidas sobre o sujeito- passam a vir de dentro do sujeito. O ego cindido é, ao mesmo tempo, agente e objeto das agressões (PINHEIRO, 2016). Neste processo, o sujeito fica sem libido para investir nos objetos externos, tendo um empobrecimento em sua vida libidinal e seu horizonte de investimentos. No caso de Vitória, este mecanismo se evidencia em sua persistente autodepreciação, e se materializa nos diálogos internos que marcam sua vida subjetiva, submetendo-a a constante escrutínio, com crueldade e severidade notáveis, e que descrevem a sujeição de uma parte do ego pela outra.

Em determinado momento, Vitória diz que se sente como um cordeiro indo rumo ao abate. Referindo-se ao fato de que segue sempre à disposição da mãe, mesmo sabendo que independentemente do que faça, esta não ficará satisfeita e irá lhe desqualificar. A compulsão à repetição se faz presente neste retorno incessante à posição de objeto degradado pelo outro materno. Os intensos afetos de raiva, ódio, mobilizados na relação com a mãe, denunciam que o passado, tão penosamente lembrado por Vitória, segue presente. Se hoje a mãe não mais a submete fisicamente, Vitória voluntariamente se oferece como objeto de sacrifício, suportando no corpo e no psiquismo as evacuações do outro materno. Sua posição pode ser compreendida no registro de uma tentativa de sustentar a ilusão da onipotência do objeto materno, oferecendo-se como receptáculo das evacuações deste. Desta forma, repetidamente Vitória se aproxima em

demasia e se vê ferida pelas lâminas que saem da esfera, queimada pelas labaredas que emanam deste sol, degradada pelo outro materno que a mantém em sujeição. O medo de se ver reduzida a cinzas por esta lava, que relata sentir também em si, motiva as tentativas de separação de Vitória, que percebe e se assusta com a intensidade de seu próprio ódio. Aqui, retomamos Roussillon (2019) que aponta que o psiquismo possui uma compulsão à simbolização. Neste sentido, o retorno à mesma situação, característico das situações traumáticas, revela além de um caráter mortífero, a intenção de dominar os traços psíquicos da experiência, integrando-os simbolicamente ao psiquismo.

Além da incorporação do agressor, observa-se nos relatos e manifestações de Vitória, a presença de outras figuras associadas à clivagem traumática. Ferenczi alude à progressão traumática, figura que associa à metáfora do “Bebê sábio” (FERENCZI, 1923) Em determinadas situações, os traumatismos parecem ativar faculdades latentes, até então em estado potencial, provocando um desenvolvimento acelerado da maturidade e da sabedoria da criança, a níveis atípicos ao universo infantil. São situações em que, diante de cuidadores insuficientes e um ambiente falho, a criança realiza um processo de autoclivagem e divide-se em dois fragmentos: um que cuida e outro que permanece infantil, desamparado.

Segundo a descrição ferencziana, a progressão traumática é característicos de certas configurações relacionais nas quais a criança é levada a assumir o papel de cuidador dos adultos ao seu redor, devendo modular sua conduta de forma a tentar prever seus estados de humor, para poder proteger-se das reações apaixonadas dos adultos e da violência de seus afetos. O psiquismo da criança se torna assim voltado à identificação dos sentimentos e necessidades dos adultos, em detrimento do contato com as próprias necessidades, percepções e afetos.

Vitória foi uma “bebê sábio”. Em seus relatos ela mostra a precariedade dos objetos primários em oferecer um ambiente emocionalmente estável. Relata o quanto, desde muito pequena, precisou estar muito atenta aos movimentos dos adultos, para poder se defender deles. Em um cenário de extrema precariedade, ela demonstrou uma maturidade ímpar, persistindo em seus estudos, conseguindo trabalhar, superar a pobreza e a desagregação familiar. A sabedoria, tenacidade e capacidade de sobrevivência demonstrados por ela, desde muito pequena, são notáveis, e não nos deixam dúvida sobre o quanto ela pôde progredir. Contudo, o infantil permanece clivado e se presentifica em afetos dolorosos e experiências de vazio, isolamento, e desejo de morte. A dificuldade de Vitória em fruir a vida, de voltar suas realizações para o atendimento do princípio do prazer, devido a ação do conteúdo encapsulado e a incorporação da culpa do agressor, são sinais que apontam para a presença do material clivado.

Na história desta paciente, ambas as figuras que a violentaram foram também figuras de referência familiar e de quem ela dependia, cada uma à sua maneira. A concentração destes dois papéis na mesma figura, isto é, o objeto que alimenta é o mesmo objeto que abusa, torna as vivências emocionais ainda mais complexas. Isso se reflete nas falas de Vitória a respeito do abuso sexual sofrido, nas quais transparece um misto de tristeza e gratidão pelo abusador. É possível identificar que, em meio a aridez afetiva vivenciada no contexto familiar, o abusador oferecia à Vitória atenção, incentivo, além de benefícios financeiros. Ganhos secundários que se mesclam ao abuso e tornam confusos os sentimentos para Vitória, contribuindo para sua sensação de culpa e de estar identificada a algo ruim. Em seus relatos, ela relativiza as violações que sofreu do tio, como menos dolorosas perto das violências e o desamor que teve da mãe. Esse parece ser um dos fundamentos da culpabilidade manifestada por ela, conectada ao sentimento de ter permitido os abusos, ter se beneficiado desses, de não ter se afastado. Esta representação se ampara em uma defesa onipotente, que ignora a condição da criança e sua fragilidade perante o adulto e a precariedade emocional do ambiente em que ela vivia. Ademais, podemos supor que se conecta com material recalcado ligado a fantasias edípicas e à satisfação inconsciente em ser tomada como objeto pelo adulto. O horror despertado por tais fantasias impede que venham à tona, e se revela de forma indireta, pela intensidade da culpabilidade de Vitória.

Segundo Cronberg (2021), o abuso sexual fragiliza as defesas narcísicas, à medida de sua conexão com os anseios edípicos. Após a violência vinda de fora e sofrida passivamente, ocorre um segundo momento, sofrido também passivamente no qual “o ataque é interno e tira de combate as defesas narcísicas que a protegeriam da invasão pelo seu mundo pulsional” (CRONBERG, 2021, p. 87). O enigmático do sexual, o sentimento de ter sido introduzida em algo especial e inacessível, a resposta do corpo à estimulação, são fatores que convocam a participação do sujeito e aprofundam a sensação de culpabilidade. Sensação que se liga a outros representantes do prazer e do desejo, tornando-os interditados. No limite toda a atividade fantasmática torna-se temida, e os representantes pulsionais, geradores de angústia. Nossa hipótese é que este seja um dos fundamentos da inibição de Vitória no que se refere aos relacionamentos afetivo-sexuais, aprofundado pela culpabilidade neurótica exposta anteriormente. Ao mesmo tempo em que sua mãe sabia dos abusos e entregava sua filha para ser violada em troca dos benefícios financeiros, aos poucos Vitória passa ela mesma a se dar em sacrifício para atender a mãe, e adota o desejo desta como seu. O medo de engravidar e concretizar as profetizações da mãe, a partir da entrada na puberdade, parece contribuir para lhe trazer consciência sobre a gravidade do vivido, dando-lhe forças para fuga da dinâmica abusiva.

A violência física sofrida por Vitória nos faz retomar Ferenczi (1933) que aponta o potencial traumático das diversas violências infligidas à criança, e que a tornam culpada por uma fúria que não compreende. Ferenczi coloca que a criança age no registro da brincadeira e uma punição excessivamente severa embebida da passionalidade do adulto tem valor traumático para ela. No caso de nossa paciente, temos que Vitória era agredida de forma cotidiana pela mãe. A paciente relata que chegava a desmaiar com as agressões. Durante os atendimentos, Vitória resgata, de forma dolorosa, diversas humilhações a que era submetida. As lembranças são acompanhadas de intensa tristeza e emoção ao se dar conta da crueldade da mãe. Ela se pergunta se a mãe a ama, e conclui sempre que ela não tem condições disso. Esta constatação traz lágrimas e angústia à Vitória.

O corpo da criança era invadido pela mãe, de forma cotidiana. Pelas agressões físicas a que era submetida, pela falta de cuidado e proteção com o corpo e com o psiquismo da criança, e pela projeção/ evacuação de conteúdo tóxico sobre o psiquismo da criança (MINERBO, 2015). Compreende-se que estas invasões prepararam o terreno para as invasões posteriores, praticadas pelo tio por meio do abuso sexual continuado. Tornando o abuso mais tolerável. No contexto das agressões físicas severas a que era exposta de forma cotidiana, a estimulação sexual e a sedução pelo tio podem ter sido percebidas como mais toleráveis, menos aversivas. Conforme o relato da paciente, além da estimulação do corpo, o tio era amoroso, lhe oferecia palavras de carinho, livros, conversas a que não tinha acesso em sua casa. A situação paradoxal do abuso - incômodo, sofrido, ao mesmo tempo, colateral a outros aspectos positivos que ela gostava e de que carecia, em sua precariedade afetiva - a torna ainda mais difícil de digerir. Veremos que esta ambivalência está conectada com uma de suas queixas, a dificuldade de usufruir do dinheiro.

Vitória relata que sente uma verdadeira fobia ao dinheiro; não gosta de tocá-lo, e ademais, quando tem dinheiro na conta bancária, sente um ímpeto de gastar com qualquer coisa, apenas para não ver mais o dinheiro. Dinheiro é um tema frequente na análise de Vitória, que relata o quanto a mãe a humilhava na infância por serem pobres, e o quanto o acesso a recursos financeiros a coloca em um patamar mais elevado na consideração da matriarca. Quando criança, abusada pelo tio, Vitória começa a receber algum dinheiro, sua mãe não questiona a origem dos recursos, mas passa a tratá-la com mais respeito; atualmente, Vitória sustenta a mãe, e esta vive pedindo dinheiro para ela. Em uma das sessões, relatando sobre exigências de sua mãe e sobre o dinheiro que gasta com ela, ela diz: “sinto como se estivesse novamente me prostituindo”.

As associações produzidas por Vitória evidenciam a ligação inconsciente que estabelece entre o dinheiro e o abuso sexual que sofreu: pela vinculação direta com o benefício financeiro que recebia do tio; e, de forma derivada, a todo ganho/ valor que atribui a relação que manteve com ele. Vitória relata que o tio foi uma figura afetiva importante, que conversava com ela, lhe dava conselhos, carinho; na relação com ele, Vitória tinha um lugar, era especial; ela não era invisível. Ao contrário da mãe, o tio a incentivava a estudar e dava livros que ela devorava com afimco e prazer. Vitória relaciona este incentivo ao fato de ter estudado e obtido sucesso profissional. Assim, em sua representação inconsciente, os benefícios que obtém pelo trabalho se relacionam aos benefícios que obteve ao ser abusada, fato que reprova, do qual se sente culpada - à medida que percebe que teve satisfações com o vivido - tornando-se, portanto, fonte de intensa angústia, levando a defesas de fuga e evitação do contato. O resultado disso é que Vitória não consegue usufruir do dinheiro, recebe menos recursos com seu trabalho do que poderia, gasta quase a totalidade destes recursos com a mãe, e se vê presa numa situação de vulnerabilidade financeira que a mantém presa à sua agressora - psíquica e fisicamente, pois não consegue pagar uma moradia própria para cada uma e se vê obrigada a dividir a casa com a mesma.

Vitória se queixa de que não possui vínculos afetivos significativos. Relata sentir-se sozinha. Estes relatos ocorreram no final do processo, depois de longos meses em que Vitória falou apenas sobre a relação com a mãe e trouxe lembranças de sua história. Ao se sentir vazia, isto é, sem estar constantemente invadida, acometida pela intensidade afetiva, Vitória se sente vazia. Acostumada a se conduzir a partir dos afetos que a acometiam, no modo ação-reação, sem tempo para elaborar estes afetos e intensidades, Vitória conta que estava permanentemente animada por uma raiva, que a exasperava. Agora que foi esvaziada desta raiva, ela percebe que a raiva a movia. E se questiona sobre o que a motiva, o que lhe dá vontade de fazer.

O sentimento de vazio e depressividade acompanham os processos de luto (FREUD, 1917b), e podem dar origem a um importante trabalho psíquico de elaboração das perdas. Seria preciso mais tempo para compreender se estes afetos, relatados por Vitória, resultam da qualidade depressiva própria aos processos de luto, indicando uma potencial expansão em sua capacidade egóica que, por meio da elaboração da perda, deixa livres os caminhos para que o ego se lance em novos investimentos libidinais.

Vitória não se percebe como valorosa, como digna de amor, e não se beneficia do reconhecimento quando o recebe. Todo sinal de amor, reconhecimento, afeto, parece cair no

abismo desta falha, um vácuo, buraco negro que suga, permanecendo como presença de uma fissura. Uma ferida aberta que não cessa de doer.

Na história de Vitória, os abusos variados e reiterados que sofreu, vindos de objetos primários e secundários, envoltos em ambivalência afetiva, e seguidos pelo desmentido - instauraram a desautorização como defesa, impedindo o trabalho do luto dos objetos idealizados e impondo sua manutenção no ego da paciente, sob uma organização melancólica. A impossibilidade de se separar de seus objetos internos e de renunciar à esperança de que se portarem à altura de seu ideal, faz com que o objeto incorporado passe a maltratar Vitória desde dentro. Ademais, o investimento no objeto perdido, como descreve Freud em Luto e Melancolia, impede o ego de investir em outros objetos. O que se evidencia na pobreza afetiva relatada por Vitória, e sua queixa da superficialidade dos vínculos que estabelece.

Capturada por este circuito, a análise pareceu ter contribuído para um afrouxamento de alguns dos nós que atavam Vitória a estes objetos, possibilitando alguma separação, com vitalização da paciente. O esvaziamento dos sentimentos de raiva, de ódio, de intensa carga afetiva, sempre latente e pronta a ser mobilizada por algum aspecto da realidade externa, trouxeram alívio à Vitória. Mas a satisfação em se perceber menos afetada pela mãe vem acompanhada de uma depressividade.

Vitória passa a se queixar de um vazio interno; de um não saber o que fazer com seu tempo, agora que não se sente tão convocada a destiná-lo integralmente aos caprichos do objeto tirânico. Neste momento do processo, ela apresenta algumas faltas, movimentos que entendemos como um ataque ao processo analítico, visto como responsável por esta separação e os decorrentes sentimentos de perda. Começa a falar mais sobre o trabalho, e pela primeira vez fala sobre relacionamentos afetivo-sexuais, queixando-se de solidão, verbaliza o desejo de manter uma relação com alguém. A separação do par que fazia com a mãe, objeto materno, tem dado lugar à consciência da própria individualidade, abrindo espaço para o desejo de investir em novos objetos - externos ao romance familiar. Podemos identificar aí uma ilustração do processo de elaboração, mediante a separação do objeto e da passagem do narcisismo primário para o narcisismo secundário, propiciando fortalecimento das funções egoicas, e triunfo da pulsão de vida - que prima pela ligação - sobre a pulsão de morte, personificada pela compulsão à repetição.

Sumarizando a situação de Vitória, é possível perceber a presença do traumatismo como determinante dos sintomas e sofrimentos atualmente experienciados por ela. Observa-se, ainda, a força do desmentido e seus efeitos na consolidação do funcionamento traumático.

3.2 JÔ

Jô tem 32 anos, é uma pessoa do sexo feminino que na idade adulta passou a se entender como não binária. Ela se inscreve para a pesquisa pois relata ter sofrido abuso sexual na infância (idade 6 e 11 anos, por duas pessoas diferentes). Acha que precisa falar sobre isso, pois entende que muitas questões que sofre atualmente têm relação com o que viveu. Disse que nunca conseguiu falar sobre isso em profundidade, e quando viu o convite da pesquisa sentiu que era o momento.

Nas primeiras entrevistas ela se dedica a relatar os abusos. Da primeira vez, conta que foi abusada por um amigo de sua mãe. Na época, seus pais tinham se separado há poucos meses, seu pai foi morar em outra cidade e tornou-se uma figura distante na vida dos filhos. Sua mãe era depressiva, usuária de drogas, emocionalmente instável, e sua casa passou a ser frequentada por vários amigos desta.

Relatou que este homem frequentava sua casa. Parecia legal, brincava com ela, dava atenção e era carinhoso; com o tempo os carinhos se tornaram mais invasivos. Disse que aconteciam na sua casa, na sala ou no quarto, quando estavam brincando. Jô conta que determinado dia comentou com a avó, sem entender direito do que se tratava, que o tio fazia carinho em sua genitália. A avó se mostrou preocupada e Jô não entendeu muito bem o porquê. Depois disso, a avó de Jô denunciou o homem e trouxe os netos para morar consigo, entendendo que a genitora não tinha condições naquele momento de se responsabilizar pelos filhos.

Jô se lembra de ir à delegacia fazer um reconhecimento do homem. Depois, não soube mais sobre o assunto. Disse que todos silenciaram, inclusive sua mãe; não se voltou a falar sobre o ocorrido. Anos mais tarde, perguntou para a avó sobre o desfecho do caso e soube que o processo foi arquivado por falta de provas. Lembra que na época sua avó comentou que “pelo menos tinha sido uma coisa leve” (o abuso), o que Jô sentiu como uma insensibilidade e uma minimização do ocorrido - ela não sente que a situação tenha sido leve, pelo contrário, sente que lhe marcou de forma importante.

Após dois anos morando com a avó, Jô e os irmãos voltaram a morar com sua mãe, agora casada com um novo companheiro. Relata que este padrasto era bastante rígido, autoritário com ela e com seus irmãos. Sua mãe é descrita como depressiva, passava os dias na cama, ausente do cotidiano familiar e pouco vinculada com os filhos. Conta que, 3 anos após voltar a morar com a mãe, quando tinha 11 anos passou a sofrer abusos pelo padrasto. Estes ocorriam quando sua mãe viajava para visitar familiares em outro estado e deixava ela e os

irmãos sob os cuidados do padrasto. Os relatos de Jô sobre esse segundo abuso são esparsos, fragmentados. Relata que a situação ocorria esporadicamente e que perdurou por cerca de 2 anos, até a separação da mãe e do companheiro. Jô conta que manteve a situação em silêncio e não compartilhou com ninguém.

Sobre o ambiente familiar na infância, Jô quase não fala. Conta que sua mãe vivia deitada, seu padrasto sempre muito bravo e autoritário com ela e os irmãos. A casa era um ambiente silencioso e ela buscava refúgio nos livros e na escola. Não tinham contato cotidiano com outros familiares. Nas entrevistas, Jô não fornece detalhes sobre os abusos, e se concentra no sofrimento que percebe como consequência destes e em suas vivências na vida adulta. Após as entrevistas ela mostrou demanda para continuação dos atendimentos, e assim, passamos a realizar encontros semanais, durante um período de 9 meses.

Os relatos de Jô sobre sua infância descrevem uma dinâmica formada por adultos angustiados, imersos em suas próprias questões emocionais, com comprometimento nas possibilidades de investimento e sustentação afetiva dos filhos. Desde muito nova ela precisava cuidar de si e dos irmãos, devido à depressão materna e a ausência de outras figuras de cuidado. Segundo seu relato, era responsável por fazer comida para si e para os irmãos, levá-los à escola e ocupar-se deles, desde os 10 anos. Na escola, era uma aluna dedicada e tirava boas notas. Neste contexto, relata que silenciou sobre os abusos que sofria do padrasto, parou de pensar neles e só voltou a lembrar na idade adulta, após sofrer com crises de pânico e ansiedade.

Na adolescência, tinha problemas de alimentação, relata que era anoréxica, mas só se deu conta disso mais tarde. Tinha dores de estômago e ficava sem comer. Disse que ninguém percebia se ela comia ou não. Conta que aos 17 anos saiu da casa da família, foi trabalhar e morar sozinha. Conseguiu fazer faculdade, passou num concurso e trabalha há anos no mesmo local.

No final da adolescência e na juventude, Jô diz que costumava beber, fumava maconha, buscava parceiros e relacionamentos sexuais com frequência. Bissexual, relata que, na relação com uma mulher, sentiu-se tocada de uma determinada forma que lhe despertou afetos intensos e teve uma crise de choro. Relata sensação de tristeza profunda, vazio. Disse que as memórias dos abusos, há tempos esquecidas, voltaram, com toda a carga afetiva.

Nesta mesma época, Jô passava por uma situação delicada no trabalho, relata que sofreu assédio moral e sexual de uma chefia. Essa situação é contada de forma superficial por Jô, que relata que passou a sofrer crises de ansiedade. Em função das crises, cada vez mais frequentes, começou a fazer terapia e tomar medicação para ansiedade. Nesta época, assumiu-se bissexual

e não binária, adotando um nome social agênero. Conta que passou a sofrer preconceito de pessoas amigas, o que contribuiu para sua ansiedade.

Relata que não teve mais crises de pânico, mas a ansiedade continuou, e ela percebeu que estava ficando mais agitada. Ficou noites sem dormir, com insônia, sem vontade de se alimentar, até que entrou em um surto psicótico. Jô não tem muitas memórias sobre o surto, e evita falar sobre o tema quando questionada. Se lembra de que ficou agitada, com ideias paranoicas. Ligou para amigos, colegas de trabalho, com discurso confuso, acusatório e agressivo. Sobre o conteúdo deste discurso, o único elemento que recupera é que *exigia que as pessoas viessem fazer comida para ela*. Foi internada por 15 dias.

Contado de forma fragmentada, este surto parece ter exercido um efeito importante na vida de Jô, marcando uma mudança em seu posicionamento diante da vida. Indica que perdeu amizades, tornou-se mais inibida de forma geral: passou a sair menos, se relacionar com menos pessoas, falar mais baixo. Quanto ao trabalho, conta que o RH da empresa em que trabalha compreendeu sua situação e ela foi autorizada a trabalhar em home office, fato que lhe trouxe maior tranquilidade, permitindo-lhe mudar de setor e se afastar do chefe assediador. Desde então passou a fazer terapia, tendo mudado algumas vezes de terapeuta por sentir-se desrespeitada em relação à escolha de seu nome e identidade de gênero.

Atualmente, as maiores queixas de Jô se referem a relacionamentos afetivos. Ela se identifica como não monogâmica, tem alguns parceiros afetivos fixos, e se queixa com frequência da qualidade dos vínculos que estabelece e da dificuldade em manter vínculos significativos. Relata que por diversas vezes, em relacionamentos sexuais, sentiu toques / aproximações que a transportavam de volta para a experiência abusiva. Conta do sentimento de perplexidade que a acompanhou em alguns momentos nos quais toques despertavam emoções intensas que ela sentia como estranhas e incompreensíveis.

O acometimento por afetos e reações corporais intensas, como ataques de ansiedade, angústia, dor, é uma das manifestações do sofrimento da paciente. Frequentemente, ela inicia as sessões relatando sobre seu cansaço, sobre dores corporais, relatando minuciosamente os tratamentos e procedimentos médicos adotados. Jô sofre de uma doença autoimune que afeta suas articulações e causa dores intensas. Tem também questões com alimentação, queixa-se de apetite descontrolado, o que com frequência lhe causa dores e desconfortos, temas aos quais dedica algumas sessões. Em outros momentos, quando está angustiada, não tem apetite e “esquece de comer”. Quando propomos uma historicização sobre isso, ela conta que na adolescência teve um período em que parou de comer. Disse que ninguém percebia se ela comia ou não.

3.2.1 Compreensão pessoal do caso

Para a construção do caso, além da revisão bibliográfica, fundamentamo-nos na sistematização de Minerbo (2019) da psicopatologia freudiana. Ainda, destacamos as considerações de Roussillon (2019, 2023), que observa que a atividade psíquica é hipercomplexa e inerentemente associativa. Assim, os conteúdos são sobredeterminados, sendo múltiplas e inesgotáveis as interpretações e atribuições de sentido.

A partir da análise de Jô, identificamos elementos que apontam para um funcionamento traumático, em que parte do aparelho psíquico está tomado pelo trabalho de domínio de energias não ligadas. Angústias arcaicas, como a de fragmentação, aparecem como pano de fundo de parte de suas questões, marcadas pela questão da organização/ desorganização. Neste contexto, as manifestações corpóreas e somáticas parecem ter especial relevância na apresentação de seu sofrimento.

Observa-se que Jô possui graus variáveis de estabelecimento das funções egóicas. Em certos aspectos, a função realitária está bem instalada, o que se evidencia pela aderência a uma lógica consensual e pensamento pautado pela racionalidade. Contudo, aparentemente há um déficit de simbolização que supomos estar ligado a questões narcísicas, enraizadas em experiências traumáticas precoces vividas junto aos objetos primários, e que se expressa em seu sofrimento atual. No campo psíquico de Jô, as vicissitudes advindas das relações primárias parecem ter um papel primordial, construindo um terreno fértil para novas formas de traumatização a partir dos abusos sexuais sofridos em momentos posteriores.

Retomando a descrição freudiana sobre a constituição do narcisismo (FREUD, 1914b), temos que nos primórdios do desenvolvimento o bebê é marcado pela fragmentação, um estado em que subsistem apenas pulsões parciais, não integradas. A construção do psiquismo nesse primeiro momento é dada a partir da relação do bebê com seus objetos primários; o investimento afetivo, os cuidados físicos e psíquicos prestados pelo ambiente, tem efeitos ‘narcizantes’, possibilitando que o bebê se perceba como unidade integrada. O papel do objeto é fundamental para mediação, interpretação e organização das primeiras experiências sensoriais do bebê, possibilitando que as pulsões, funções e vivências corporais sejam simbolizadas. Desta forma, a qualidade das primeiras relações entre o bebê e seus objetos primários determina a qualidade do trabalho de representação que o sujeito será capaz de fazer.

A partir dos relatos de Jô, conjectura-se que o outro materno não tenha libidinizado nossa paciente de forma suficiente, tampouco oferecido a continência necessária para que esta efetuasse seu trabalho de auto representação, comprometendo o desenvolvimento dos recursos integradores da economia psicossomática. Sua mãe, descrita como depressiva, aparece sempre muito distante das vivências da filha, incapaz de qualquer tipo de continência. Os relatos a respeito da mãe nos remetem ao conceito de Mãe morta, teorizado por André Green (1988) no âmbito do atendimento de pacientes acometidos por um quadro que ele denominou de “depressão branca”, e que se expressam por sentimentos de vazio e falta de sentido. Green observa que o complexo da mãe morta tem suas origens na relação falha do bebê com seu ambiente primário, o que origina falhas na constituição narcísica.

Segundo o autor, o complexo da mãe morta não é um conceito literal. Refere-se a casos em que o objeto materno casos em que o ambiente primário, em função de um luto que a criança não tem condições de compreender, desinveste do bebê e torna-se em certa medida alheio a ele. Sob estas condições, ainda que presente, o objeto é emocionalmente ausente, incapaz de investir o bebê e fazer o trabalho necessário de espelhamento, continência e sustentação. Nesta conjuntura a criança sofre uma espécie de desfalecimento psíquico e fica impossibilitada de fazer o luto pelo objeto ausente. Ocorre então uma identificação negativa: o sujeito se identifica não com o objeto, mas com o buraco deixado pelo desinvestimento. A constituição narcísica é comprometida, e o bebê se subjetiva a partir de buracos no tecido psíquico, zonas descobertas pelo simbólico (GREEN, 1988). Este estado de coisas dá origem a um quadro de depressão branca, marcado por sentimentos de vazio, falta de sentido, dificuldades de fruir das relações amorosas e de trabalho.

É possível pensar algumas manifestações de Jô a partir das observações de Green. Ela não pôde contar com um ambiente estável na primeira infância (nem na segunda). Segundo sua descrição, sua mãe era “depressiva” e pouca atenção dava aos filhos; não havia outras figuras de referência estável para a criança. A convivência familiar era marcada pelo silêncio, pelo distanciamento, com poucas palavras trocadas. Embora não tenhamos mais elementos a respeito da primeira infância de Jô, a partir deus relatos e manifestações atuais é plausível supor que o objeto materno não tenha sido capaz de espelhar e dar um contorno às sensações e vivências da filha, fornecendo um campo frágil de sentidos e significados a partir dos quais ela pôde se constituir.

A fragilidade na constituição narcísica traz implicações relacionadas à dificuldade na gestão egóica dos afetos de angústia e de um sentimento de fragilidade em relação à identidade, o que pode dar origem a vivências de ameaça de despersonalização e ruptura na continuidade

no ser. Frente a isso, o ego se defende de diferentes formas. Uma delas é o transbordamento pulsional: a angústia não integrada psiquicamente é extravasada para o espaço não psíquico, podendo ser o campo social ou o soma (MINERBO, 2019). No caso de Jô, observa-se que o sofrimento é vivido a nível corporal, o que supomos tratar-se de uma forma de transbordamento. Em uma das sessões ela diz: “a gente cria um corpo para tentar evitar os assédios”.

Outra forma de defesa egoica é o comportamento aditivo, seja a substâncias que funcionam como uma válvula de escoamento das intensidades psíquicas, ou a comportamentos a que o sujeito recorre para produzir sensações corporais/somáticas. Segundo Minerbo (2019) trata-se de uma forma do ego de produzir uma experiência de integração somato psíquica. Nestes casos, “a sensorialidade funciona como foco em torno do qual o eu se organiza e se sente vivo e existindo (...) A sensorialidade autoinduzida acalma a angústia e preenche o vazio” (MINERBO, 2019, p. 298).

Conforme os relatos de Jô, antes do surto, houve uma fase em que ela fazia uso excessivo de maconha e bebida alcoólica de forma frequente e tinha muitos encontros sexuais, com pessoas diversas. Em uma sessão ela relata que a bebida fazia com que ela buscasse estes encontros, tornando interessantes pessoas que ela não se interessaria caso estivesse sóbria. Observamos que, em Jô, a busca pela sensorialidade assume relevância, e cogitamos que trata-se de um recurso para que ela se sinta viva, atuando como uma estratégia defensiva frente a angústia de fragmentação.

Além da busca por relações e experiências sensoriais no encontro com os objetos, a sensorialidade aparece em outros aspectos no discurso da paciente. Jô relata uma relação complexa com a comida, alternando períodos de anorexia com outros de hiperfagia. Quando está angustiada, ela não sente fome nem desejo de comer, e relata que nestas situações, o fato de pensar ou ver comida lhe dá enjôo. Segundo ela, isso ocorria em sua adolescência, mas ninguém percebia. No início da juventude, ao terminar um relacionamento ela se viu sem vontade/ condições de comer, tendo emagrecido seis quilos em curto período. Nesta época, relata que buscou acompanhamento nutricional, não por achar que estava anoréxica, mas por estar com dores de estômago. Apenas no contato com a profissional ela entendeu que estava com anorexia. Atualmente, embora relate maior consciência em relação a isso, Jô relata que periodicamente atravessa períodos em que não tem vontade de comer e sente enjôo ao pensar em comida. Ao historicizar sobre a relação com o alimento, em uma das sessões ela relata que, quando criança, sua mãe não fazia comida, e ela se lembrava de se alimentar com bolachas de água e sal. Atualmente, quando está angustiada, sem fome, o único alimento que ela consegue

ingerir é bolacha de água e sal. Fica evidente aí o componente afetivo ligado a este alimento, e a equivalência simbólica que se estabelece entre a comida e o afeto no psiquismo desta paciente.

Sobre esta inibição de apetite, trazemos ainda as observações de Green (2022). O autor aponta o quanto falhas na constituição narcísica podem dar origem a desajustes na autoconservação, situando os transtornos alimentares como uma das formas paradigmáticas pelas quais isso pode se dar. O autor relaciona a inibição do apetite a conflitos com a aceitação da sexualidade que resultam em uma busca inconsciente por ocultar as marcas da diferenciação sexuada. Essa descrição nos parece pertinente, considerando as queixas de Jô em relação ao próprio corpo, os relatos de que “cria um corpo para fugir dos abusos”.

A dimensão corpórea é uma das vias pelas quais o afeto não simbolizado pode buscar vasão. “Nos momentos em que o sistema psíquico falha, o organismo começa a pensar” (FERENCZI, 1932, p. 37). Ferenczi (1932) coloca que diante de situações que excedem sua capacidade de elaboração, a criança aciona mecanismos de transformação auto plástica, isto é, empreende modificações internas para lidar com este excesso. Estas marcas mnêmicas não elaboradas, isto é, não integradas psiquicamente, reaparecem como memórias corporais; o que não pôde se inscrever se reapresenta no corpo. No caso de Jô, conforme exposto, nossa paciente sofre de dores corporais intensas, tem uma doença autoimune que ataca seu sistema de articulações, e por vezes tem crises que a incapacitam para as atividades da vida diária. Essas dores remetem à sua infância e na vida adulta ela é diagnosticada com uma doença autoimune.

O extravasamento do afeto pelo corpo segue uma via regressiva. Minerbo (2019) descreve que, enquanto o processo secundário segue um modo de elaboração progressivo (no qual o afeto flui de associação em associação na cadeia representacional), o processo primário segue um modo de elaboração regressivo, na qual a energia não ligada a representação reinveste formas infantis de realização do desejo. No caso de Jô, observa-se que há uma fragilidade no sistema de representações, que não consegue escoar a energia de forma suficiente. Impedido de ser simbolizado, este excesso escoar via somática, contribuindo para a originar as sensações, fenômenos, sintomas, vivenciados por ela.

Quando fala sobre suas dores, Jô adota um discurso descritivo, não parece colocá-las como um enigma mas como um fato dado, independente de sua subjetividade. Ela demonstra um discurso descritivo, focado nas atualidades, pouco disposto a digressões, a historicização e a associatividade. Embora fale sobre suas dores e desconfortos corporais, não os associa com as dores e desconfortos psíquicos. Este posicionamento nos faz pensar que Jô se aproxima dos pacientes psicossomáticos. Nestes pacientes, diferente da conversão histerica, não é o corpo erógeno (simbólico) que é investido, e sim o soma (TABACOF, 2021).

Vítima de outros abusos, na juventude, na vida adulta, Jô passa a buscar relacionamentos sexuais de forma compulsiva, conforme podemos depreender de seus relatos. O recurso ao uso excessivo de substâncias entorpecentes reproduz a clivagem, a dissociação, que a permite se entregar a essas relações - e que parecem reproduzir, de certa forma, a invasão traumática. Na maneira como Jô se entregava a essas experiências vemos a repetição como uma tentativa de reviver e dominar as intensidades veiculadas ao traumático. Por não ter condições de simbolizar suas vivências e representá-las, Jô se engaja em relacionamentos por meio dos quais busca elaborar estas intensidades que a acometem.

No início da discussão do caso observamos que a função realitória parece estar bem instalada, visto que Jô tem um bom trânsito na vida profissional, consegue viver de forma autônoma, percebe e respeita a alteridade. Contudo, observa-se que há uma fragilidade de base, que supomos está relacionada à angústia de fragmentação latente nesta paciente, e que se atualiza em momentos de presentificação do traumático. Jô relata, ao longo de sua vida, a ocorrência de múltiplos encontros decepcionantes com o objeto, situações nas quais se sentiu assediada, invadida, remetendo às cenas traumáticas da infância - de ser objetalizada, de ser abandonada, de ser não quista - e que elevaram sua angústia a níveis intoleráveis. Frente a isso, ela se desorganizou e a função realitória vacilou, culminando no surto psicótico.

Em suas análises sobre as diferentes modalidades do trauma no psiquismo, Bokanovski (2021), aponta que no abuso sexual o atravessamento do psiquismo infantil pela passionalidade adulta gera um processo de telescopagem, de confusão entre conteúdos de diferentes tópicos. A invasão da realidade externa sobre as fantasias edípicas da criança gera um colapso, tendo como consequência, uma dificuldade no estabelecimento das fronteiras entre o ego e o mundo externo.

A partir disso, formulamos a hipótese segundo a qual Jô, imersa em um contexto de repetição traumática, invadida por sensações que presentificavam o trauma, sucumbiu a um estado de telescopagem. Em função disso, agonias primitivas foram atualizadas e ela se desorganizou, entrando em surto. Sobre o contexto de vida anteriormente ao surto, Jô conta que ela vinha sofrendo tentativas de assédio de um chefe, consistindo em convites para sair, abraços e tentativas cada vez mais insistentes de forçar uma proximidade que a deixavam desconfortável. Após a pandemia ela começou a trabalhar de forma remota e pôde se afastar dessa pessoa. Contudo, com a retomada gradual das atividades presenciais, ela passou a se angustiar com a possibilidade de ter que vir a ter contato com este chefe novamente. Ela foi ficando angustiada, sem conseguir dormir, e entrou em um estado que descreve como de muita agitação e mania.

No relato que faz sobre o surto, Jô descreve que entrou em colapso, abordou pessoas de seu convívio de forma acusatória e agressiva, com prejuízos a relacionamentos importantes em sua vida. Após sair deste estado ela foi capaz de perceber os impactos em sua vida e empreendeu ajustes importantes, que parecem ter contribuído para sua reorganização e estabilidade. Além da mudança no cotidiano de trabalho, que lhe permitiu trabalhar de acordo com seu ritmo próprio, ela tem se engajado em acompanhamento psicológico (ela fez terapia antes de se engajar na pesquisa). Parou de beber e de usar drogas, questões que identificou que a vulnerabilizam.

Em termos subjetivos, Jô parece ter se defendido do risco de desorganização por meio da adoção de defesas neuróticas, como a inibição, e medidas obsessivas marcadas pela rigidez e pelo controle. Ela organiza-se milimetricamente, protegendo seus recursos, estabelecendo um enquadre rígido que a protege da fragmentação. Relata que quando se angustia faz listas do que precisa fazer; anota o que deseja falar nas sessões de análise; fez cursos de manutenção da casa e tem buscado ser cada vez mais autossuficiente. Outro fato marcante é a busca de Jô por definições - em relação a gênero, a modalidades relacionais, a nomenclaturas diversas. Esta busca parece ser uma busca por algo que lhe dê segurança, que a simbolize para o mundo, uma base sólida, um referencial em meio ao risco de desorganização.

Em sua teorização sobre os pacientes identificados com a mãe morta, Green (1988) aponta o quanto a atividade fantasmática adquire contornos angustiantes, de forma que o sujeito se defende pelo recurso à realidade, pelo apego à ordem e à concretude da realidade percebida. Jô trabalha, mantém uma relação funcional com o trabalho, relata com satisfação que cumpre as metas com rapidez. O trabalho parece ter uma função garantidora do narcisismo da paciente à medida que lhe traz uma referência identitária. Supomos que este trabalho oferece um enquadre estável e previsível que lhe dá segurança e permite maior organização interna. Ao poder trabalhar em casa, consegue organizar o ritmo de acordo com suas demandas internas, defendendo-se da invasão vivenciada no passado (quando tinha um chefe assediador).

Conforme exposto, Jô empreende uma reflexão sobre relacionamentos e relata fazer uma adoção política da não monogamia como forma de se relacionar. Diante do quadro singular de seu sofrimento, a forma como fala de sua escolha parece expressar algo dessa busca por uma distância ótima - nem muito intrusiva, para que não se misture, nem muito distante, para que não se desvitalize. É possível que essas angústias tenham relação com o traumático de sua história dos abusos que sofreu.

Retomando Bokanovski (2021), temos que uma das consequências do abuso sexual é a telescopagem tópica: uma confusão entre os limites eu e não eu, entre o que é interno e externo. As bordas entre a fantasia e sua realização externa tornam-se borradas, trazendo desorganização. A desorganização e o caos pulsional, sempre latentes, demandam defesas

arcaicas como proteção. Sem representação, as marcas se externalizam por meio das sensações corporais e manifestações psicossomáticas.

Nas sessões, Jô relata que por vezes é acometida por dores no corpo, especialmente na vagina, após interações sexuais desejadas ou indesejadas, mas que se submete. As sensações corporais não correspondem aos estímulos recebidos. Às vezes são acompanhadas de angústia e uma sensação de ser invadida. Conforme exposto, um dos indícios da ação do funcionamento traumático diz respeito ao retorno do clivado, vivido como uma presentificação. Nossa hipótese é que Jô se angustia diante de traços que remetem à memória corporal das situações em que foi abusada. Trata-se de memórias corporais, mas também de uma determinada dinâmica, uma determinada posição.

Ao analisar a ação do traumático na história de Jô, constata-se que há uma multiplicidade de situações traumáticas que contribuíram para sua constituição psíquica singular. Assim como no caso de Vitória, esta paciente parece ter vivenciado um ambiente traumático desde o nascimento, com um ambiente pobre em interações significativas e insuficientemente adaptado às suas necessidades singulares. Neste contexto, os abusos sexuais sofridos por ela parecem ter sido traumas secundários, que se somaram a esta precariedade, aprofundando suas falhas e feridas narcísicas.

O fenômeno da progressão traumática parece ter sido vivenciado por ela, à medida que rapidamente precisou deixar de lado a criança em si e tornar-se a figura cuidadora - de si, dos irmãos e da mãe. Temos, aqui, a figura do bebê sábio (FERENCZI, 1923) como uma ilustração do processo de Jô.

Diante do sofrimento expresso por Jô, observa-se a ação do desmentido (ação intersubjetiva) e da desautorização (mecanismo intrapsíquico). Embora Jô tenha sido acolhida pela avó após o relato do primeiro abuso, observa-se que esta vivência foi lançada no silêncio, e Jô se viu tendo que lidar sozinha com toda a situação. Em seguida, ela teve de cuidar de si e dos irmãos, vendo-se obrigada a adotar uma estratégia de sobrevivência, na qual não havia espaço para sofrimentos. Em sua vivência, a situação ficou como um não dito: nada lhe foi dito sobre os desdobramentos da situação na esfera jurídica, tampouco houve espaço para que lhe dissesse como ficou após o vivido. Não lhe foram oferecidas palavras nem escuta, nada que lhe desse um sentido sobre o que viveu, sobre a gravidade disso, sobre como se proteger, o que fazer. Restou apenas um silêncio e a sensação de que seria melhor não ter dito nada.

Segundo Verztman (2002), o desmentido não se veicula somente por sentenças específicas a respeito da criança, mas pela ausência de reconhecimento de sua alteridade.

Observa-se, em Jô, uma grande dificuldade em reconhecer e legitimar suas sensações, seus sentimentos, seus desejos. Em validá-los. Em sustentar suas percepções.

Segundo a descrição de Bokanovski (2021), o trauma designa a ação negativa e desorganizadora da ação traumática, que ataca o processo de ligação pulsional, impossibilitando a inscrição do vivido. O trauma afeta o conjunto das formações psíquicas e contribui para o desenvolvimento de defesas primárias como a clivagem, a identificação projetiva e a fragmentação. O autor assimila o trauma a uma ferida de ordem narcísica, pertencente ao registro das relações pré-objetais, que se articula com as categorias das relações edípicas gerando efeitos singulares (BOKANOVSKI, 2021).

No caso de Jô, a fragmentação e a identificação projetiva, assim como o acionamento de um modo de funcionamento maníaco, presentes na paranoia com que caracteriza a experiência do surto, foram as defesas acionadas diante do risco de desmoronamento. A este risco de fragmentação Jô reage com o emprego de defesas obsessivas, mantendo um enquadramento rígido e organizado que lhe permite dar contorno às suas intensidades. Seus sofrimentos físicos, as dores de que padece, podem ser compreendidas como reveladoras da presença de uma quantia não ligada em ação, cuja presença se materializa por meio das dores de que sofre, e que se alternam em momentos mais ou menos incapacitantes.

Sobre a elaboração, observamos que se trata de um processo que remete à construção de tecido psíquico aludida por Mezan (2022), com intuito de permitir a inscrição do traumático. Trata-se de um tratamento pautado pela via da construção, e não pela via da retirada de um excesso. O escoamento da intensidade se dá pela via corpórea. É necessário a construção de uma rede suficientemente bem sustentada que possa dar vazão às intensidades de outra forma. Para tanto participam os processos de elaboração primária e secundária, mencionados por Minerbo (2019).

Observa-se que o surto parece ter tido um efeito relevante marcando uma mudança de posição. A entrada na pesquisa ocorre em função desta mudança, como um prolongamento, no qual Jô vem priorizando processos de simbolização em detrimento do uso maciço da clivagem e atuação como modos de defesa. Assim, desde o surto ela passou a fazer terapia, diminuiu o consumo de substâncias, e tem, de alguma maneira, conseguido exercer alguma ação sobre seu ambiente e suas ações, diminuindo as situações de atuação do traumático nas quais inadvertidamente se colocava. A permanência dos fenômenos psicossomáticos denuncia, de alguma forma, a presença de um excesso não simbolizado, que permanece sem outra rota de escoamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender a constituição do trauma psíquico no contexto do abuso sexual infantil, investigando as repercussões psíquicas para as vítimas. As indagações se apresentaram à autora a partir de seu fazer profissional, que envolve a escuta cotidiana de crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias. Impelida por este cenário, a pesquisa foi orientada pela questão central: como se configura o trauma psíquico no contexto do abuso sexual infantil? Quais as dimensões desta vivência?

Como hipótese de pesquisa, consideramos que o trauma decorrente desta forma de violação resulta de uma violência que atinge simultaneamente o corpo, o psiquismo e as normas simbólico-sociais. Esta confluência de violências produz marcas específicas na constituição subjetiva e nas possibilidades de elaboração psíquica.

Amparados na compreensão e na ética psicanalítica, realizamos uma revisão de literatura que abrange violência sexual, tabu do incesto e as vicissitudes do trauma psíquico, além dos processos de elaboração psíquica. A revisão bibliográfica proposta dedicou-se a explorar a hipótese inicial, percorrendo diferentes dimensões que compõem o traumatismo, e mais especificamente, aquele decorrente da violência sexual infantil. Composto a parte clínica, a construção de casos foi adotada como estratégia metodológica, fundamentada no acompanhamento de duas mulheres com histórico de violação sexual na infância. Os atendimentos clínicos foram amparados no método e na ética psicanalíticas.

Esse duplo percurso — clínico e teórico — permitiu aprofundar as reflexões sobre as particularidades dessa experiência, sem pretender esgotar a complexidade do tema. Ao passo que buscamos investigar sobre o impacto das vivências de violência sexual nas trajetórias singulares dos sujeitos de pesquisa, reconhecemos que esta ocorrência não determina isoladamente as manifestações do sofrimento ou sua qualificação traumática. Ao contrário, ela interage com histórias de vida e configurações psíquicas singulares, resultando em significados e modos de elaboração distintos.

Desta forma, embora o peso da violência sexual tenha sido o eixo central da pesquisa, a construção dos casos evidenciou um cenário mais amplo, trazendo à tona outras questões igualmente pertinentes. O papel das relações primárias e suas implicações para o psiquismo, com destaque para a constituição do narcisismo, mostrou-se relevante na trajetória das pacientes, relativizando o peso isolado do abuso como fator traumático. Nos percursos em análise, os episódios abusivos aparecem como um elo em uma cadeia de vivências adversas.

Tais achados corroboram o entendimento de que, mesmo diante do potencial traumático da violência sexual, cada sujeito constrói respostas singulares às injunções da existência.

Considerando as múltiplas camadas que compõem a experiência gerada pela violência sexual infantil, iniciamos nossa fundamentação teórica pela análise das raízes históricas, sociais e antropológicas que conferem sentido a essa violação. Voltamo-nos à compreensão freudiana, que situa o incesto como um tabu fundamental, alicerce simbólico que sustenta a ordem familiar e social e também a estruturação psíquica, dinâmica ilustrada pelo complexo de Édipo e seus desdobramentos na subjetividade. Freud destaca que desejos incestuosos fazem parte do psiquismo, de modo que a norma proibitiva permanece sempre vulnerável à transgressão. Quando essa proibição se rompe, não é apenas o corpo da criança violada que sofre; toda sua subjetividade fica fragilizada, imersa num sentimento de horror indistinto. Por conseguinte, essa mesma norma simbólica contribui para alimentar um ciclo de silêncio: vergonha e negação se entrelaçam, tornando quase impensável o reconhecimento da violência, seja pelas vítimas seja pelo entorno.

A perspectiva de que desejos incestuosos estão inscritos no psiquismo humano é reforçada pelos elevados índices de violência sexual infantil e sua caracterização como um crime típico das relações de intimidade. Estudos na área da antropologia destacam que essa forma de violação é recorrente em sociedades patriarcais, onde as hierarquias de poder dentro do lar abafam o reconhecimento e favorecem a repetição do crime. Nessa ótica, o abuso sexual infantil configura-se como uma prática paradigmática da dominação masculina sobre mulheres e crianças, sujeitos subalternizados. A subjugação opera tanto pela transgressão incestuosa quanto pela convivência do ambiente, que impõe o silenciamento das vítimas. Do ponto de vista social, esse silenciamento decorre da invisibilidade conferida à criança e às mulheres enquanto sujeito: suas vozes são consideradas menos dignas de crédito.

Dessa forma, aspectos intrapsíquicos se entrelaçam com fatores sociais e culturais, produzindo uma forma de silenciamento que envolve as vítimas e seu entorno. Trata-se de um processo sistêmico, enraizado em dinâmicas de poder estrutural. Reconhecemos essa dimensão como elemento que reforça o desmentido, à medida que aprofunda o sofrimento experimentado pelas vítimas e consolida seus efeitos traumáticos.

Para compreender os desdobramentos psíquicos do abuso e sua relação com o trauma, amparamo-nos na perspectiva de Freud e Ferenczi, buscando delinear dinâmicas intrincadas que envolvem o trauma psíquico. Freud apresenta o conceito de trauma como uma ruptura no processo de simbolização, onde experiências intensas e não digeridas pelo aparato psíquico se tornam marcas psíquicas, resultando em manifestações sintomáticas que reverberam ao longo

da vida. Para Freud, o trauma está relacionado à angústia, à compulsão à repetição, e pode envolver experiências estruturantes e desestruturantes.

A teoria de Ferenczi traz uma contribuição essencial, reconhecendo a importância das dinâmicas intrasubjetivas e intersubjetivas no processo de constituição do trauma. Para o autor, não se trata apenas da violação externa de um sujeito por outro, mas também de um processo que envolve a violação da relação do sujeito com sua comunidade, e que ocasiona uma espécie de violação interna do sujeito com ele mesmo, evidenciada pela clivagem do ego. Nesta abordagem, o trauma é considerado como um fenômeno dinâmico que não ocorre apenas no encontro entre o sujeito e a realidade externa, mas também no contexto de como essa realidade é internalizada, com impactos profundos na subjetividade.

Integrando as diferentes perspectivas apresentadas, é possível compreender o peso e impacto do abuso sexual na subjetividade. Esta forma de violência é potencialmente traumática não apenas porque transgredir interdições culturais fundamentais, nem apenas porque se configura uma experiência que viola o corpo da vítima, mas também porque embaralha os registros da fantasia e da realidade. Autores como Bollas (2021) e Bokanowski (2021) aprofundam essa visão ao descreverem o colapso psíquico resultante deste conflito. A telescopagem entre diferentes registros do psiquismo criam um vazio representacional que compromete a atividade simbólica e bloqueia os processos de elaboração do trauma.

Embora todo trauma seja uma conjunção entre um evento traumático e a reação singular do sujeito, o abuso contra a criança contém uma qualidade traumatizante em si mesmo, à medida que se trata de uma transgressão a uma proibição fundante da cultura. Na criança abusada, instala-se um paradoxo pelo confronto entre o julgamento consciente - no qual as categorias de sexo e diferença geracional são inscritas e ordenam o pensamento - e a experiência inconsciente, não marcada pela moralidade (ENRIQUEZ, 2024). Assim, uma experiência conscientemente repudiada pode ser fonte de satisfação inconsciente, aprofundando a conflitualidade psíquica estrutural. Frente a isso, o sujeito e o objeto do abuso ficam marginalizados, fora da cultura, sem um lugar psíquico que os acolha em sua vivência (UCHITEL, 2011). Os efeitos desse desamparo, suas reverberações, puderam ser vistos em ambos os casos.

Em nossa pesquisa, as duas participantes são do sexo feminino, sofreram abusos na infância e buscaram ativamente se engajar em pesquisa para falar sobre os abusos sexuais que sofreram. O fato de serem duas mulheres não é um dado fortuito. A dominação masculina, o silenciamento social, são fatores que inibem os testemunhos e colocam a mulher e a criança,

como categorias, em uma posição de subalternidade e maior vulnerabilidade à violência sexual.

A partir da construção dos casos pudemos compreender algumas vicissitudes do traumático e sua apresentação. Como primeiro resultado, podemos localizar o fato de que as pessoas se dispuseram a participar da pesquisa e falar sobre sua experiência, fato que consideramos digno de nota. A disposição a falar, a responder a uma convocação dessa natureza, indica que algo de uma elaboração primária do traumatismo já está em curso ou foi realizado, dando condições ao sujeito de falar. Este desejo de contar e se fazer ouvir nos remete aos movimentos de testemunho do abuso anteriormente citados, e sua busca por confrontar o silenciamento socialmente imposto.

A partir da construção dos casos, observamos que o traumático adquire vicissitudes singulares em cada sujeito, moldado por suas especificidades psíquicas e pelas defesas desenvolvidas. A concepção freudiana do trauma como uma cadeia de eventos se confirma nos casos apresentados, nos quais o abuso sexual se insere em um contexto mais amplo de vivências traumáticas. A questão materna foi fundamental para estas duas mulheres. Influenciando na constituição do feminino e em suas questões atuais. Se fosse homens, talvez estas questões tivessem aparecido de outra forma. Os casos analisados, apesar de singulares, revelam padrões comuns: a desautorização como um fator agudo, a dificuldade de simbolizar o trauma e a importância da relação terapêutica na promoção da elaboração. A incorporação do agressor e a somatização, em Vitória e Jô, emergem como estratégias para lidar com a angústia traumática.

A escuta clínica dos casos analisados permitiu observar distintas formas de expressão do traumático, que remetem a diferentes configurações defensivas e modos de inscrição psíquica da experiência de violência. Estabelecer tais distinções foi um dos propósitos centrais desta pesquisa, na medida em que os efeitos do abuso sexual infantil não se expressam de maneira homogênea, mas por meio de uma variedade de manifestações sintomáticas, afetivas e relacionais. Nesse contexto, as contribuições da metapsicologia freudiana e da teoria do trauma ferencziana mostraram-se fundamentais para compreender os modos pelos quais o psiquismo tenta dar conta do insuportável.

Os diferentes modos de resposta ao trauma — recalque, clivagem, desmentido, incorporação do agressor — não ocorrem de forma isolada, mas frequentemente se sobrepõem e coexistem em uma mesma economia psíquica. Sua predominância dependerá, entre outros fatores, da idade em que o trauma ocorreu, do grau de violência e da qualidade do ambiente

relacional anterior e posterior ao evento. Em particular, quando o trauma encontra-se ancorado em falhas narcísicas precoces — isto é, em experiências iniciais de desamparo, desvalorização ou não reconhecimento do self infantil —, a capacidade de simbolização e de elaboração psíquica é profundamente comprometida. A ausência de um ambiente suficientemente sustentador torna o sujeito mais vulnerável ao colapso psíquico e à constituição de núcleos dissociativos resistentes à simbolização.

Assim, estabelecer essas distinções psicodinâmicas permitiu reconhecer que o trauma não é um fenômeno unitário, mas múltiplo em suas formas de inscrição, defesa e repetição. Cada modalidade expressa um esforço do psiquismo em sobreviver àquilo que, em sua violência, ameaça desintegrar o sujeito. Para o trabalho clínico, isso implica a necessidade de uma escuta atenta às sutilezas das formações psíquicas, capaz de reconhecer os mecanismos defensivos não apenas como patológicos, mas como tentativas legítimas de preservação da vida psíquica frente ao insuportável.

Nos casos clínicos analisados, as pacientes mostraram de maneira vívida como essas dinâmicas se manifestam. Em Vitória, por exemplo, observamos uma clara fragmentação psíquica em resposta ao abuso, onde a paciente vive uma divisão entre os aspectos de sua psique que conseguem se ajustar à realidade e aqueles dilacerados pelo traumatismo. Em seu funcionamento psíquico, a clivagem e a incorporação do agressor ficaram evidentes nas formas como ela se relaciona com figuras de autoridade e com seus próprios desejos e sentimentos. Sua incapacidade de se perceber como valorosa ou digna de amor parece estar diretamente ligada a uma desautorização interna que resulta da negação de sua própria dor e da internalização do agressor como uma figura onipotente.

Já em Jô, os efeitos do trauma se revelaram de forma distinta, mas igualmente profunda. O sofrimento corporal e as dores psicossomáticas que ela experiencia podem ser vistas como manifestação somática do trauma não simbolizado, onde o corpo se torna o palco no qual os excessos pulsionais não elaborados ganham vazão. =A repetição do traumático se materializa como sentimento de impotência e incapacidade de perceber, estabelecer e sustentar limites.

A construção dos casos permitiu observar que o impacto traumático do abuso sexual não pode ser compreendido de forma isolada. Em ambas as situações, emergiram elementos que apontavam para um traumatismo anterior, ligado a falhas significativas no ambiente primário e na qualidade do acolhimento oferecido às pacientes ainda na primeira infância. Essas falhas, marcadas por experiências de desamparo, indiferença afetiva e não reconhecimento

narcísico, constituíram um solo psíquico vulnerável sobre o qual a violência sexual posteriormente se inscreveu. Tal articulação entre um trauma originário — ligado ao acolhimento insuficiente da criança pelo ambiente, nos termos ferencianos — e um segundo trauma — a violência sexual — evidencia a complexidade dos efeitos do traumático, que não se resumem ao evento abusivo em si, mas se ampliam em função da história relacional precoce da criança. A escuta clínica, nesse sentido, mostra-se fundamental para captar essa sobreposição de experiências e reconhecer os sentidos singulares que o abuso adquire em cada trajetória subjetiva.

No percurso destas pacientes, compreende-se que o desmentido, ou desautorização, já estava presente na dinâmica destas pacientes antes do abuso sexual sofrido. As falhas ambientais precoces, que resultam em impasses na constituição narcísica, podem ser qualificadas como uma forma de desmentido ou desautorização, à medida que implicam em um não reconhecimento da alteridade da criança. Antes mesmo de serem abusadas sexualmente, já eram desautorizadas pelo ambiente. Conforme apontado no trabalho, a desautorização não se refere apenas à negação de falas específicas da criança, ele é mais amplo: é o próprio sujeito que é desautorizado.

Diante desse percurso, a hipótese inicial da pesquisa pôde ser confirmada e, ao mesmo tempo, ampliada. De fato, os dados clínicos analisados sustentam a compreensão de que o trauma decorrente do abuso sexual infantil implica uma violação que atinge simultaneamente o corpo, o psiquismo e as normas simbólicas. No entanto, a escuta dos casos revelou que tal violação, por si só, não explica a totalidade do sofrimento psíquico das pacientes. O impacto traumático se mostrou articulado a um traumatismo inaugural, relacionado a falhas precoces no acolhimento e na sustentação narcísica pelo ambiente primário. Nesse sentido, a hipótese do trauma como fenômeno multifacetado, enraizado em camadas de experiências, ganha densidade teórica e clínica, apontando para a necessidade de se pensar a violência sexual não apenas como um acontecimento isolado, mas como parte de uma cadeia de rupturas no campo do cuidado, da alteridade e do reconhecimento.

Ao longo do percurso teórico e clínico desta pesquisa, foi possível reconhecer que o abuso sexual contra a criança não pode ser compreendido apenas como um fenômeno individual, desvinculado de seu contexto sociocultural. Ele está inserido em uma rede de desigualdades estruturais, marcada por relações de poder, silenciamentos e omissões institucionais. A cultura do segredo, a naturalização da autoridade adulta, o tabu em torno da sexualidade infantil e a insuficiente proteção das infâncias contribuem para a perpetuação de contextos em que a violência permanece encoberta. Tal cenário impõe desafios à escuta clínica

e à atuação dos profissionais que lidam com esse tipo de sofrimento, exigindo sensibilidade ética e crítica diante das múltiplas camadas que envolvem o fenômeno.

Nos atendimentos analisados, também foi possível observar que a elaboração do trauma não segue um curso linear ou previsível. Em ambos os casos, o trabalho analítico ensejou a emergência de lembranças, afetos e sentidos que, até então, permaneciam encapsulados. Aspectos de sua experiência puderam ser nomeados, ressignificados e integrados à história psíquica das pacientes. Neste sentido, destaca-se que a possibilidade de elaborar o vivido esteve profundamente ligada à construção de um espaço transferencial sustentado pela confiança e pela hospitalidade. Esses processos revelam que, embora o trauma do abuso sexual infantil deixe marcas profundas, ele pode encontrar vias de simbolização quando há condições adequadas para isso, em direção oposta aos efeitos do desmentido.

O trabalho analítico, além de um espaço de fala, configura-se como um espaço de reconhecimento que possibilita relativizar os efeitos da desautorização no sujeito traumatizado. O reconhecimento e o tato do analista permitem a emergência dos conteúdos traumáticos e sua elaboração, fragmento, por fragmento. A elaboração é sustentada pelos processos de simbolização primária e secundária, e permite a gradual introjeção do traumático, em oposição ao extravasamento somático ou à defesa pela incorporação.

Como toda pesquisa, este estudo também encontra seus limites. O recorte clínico restrito a dois casos e o enfoque teórico em determinadas vertentes da psicanálise, ainda que tenham permitido uma análise aprofundada, não dão conta da diversidade de experiências possíveis relacionadas ao abuso sexual infantil. Além disso, a escolha por uma abordagem teórico-clínica implica uma impossibilidade de generalização dos achados, já que se trata de uma investigação centrada na singularidade dos casos e na construção subjetiva do trauma. Ainda assim, os caminhos abertos por este trabalho apontam para a importância de ampliar os estudos que articulem clínica e teoria psicanalítica na abordagem do trauma infantil, especialmente considerando os efeitos transgeracionais, o papel das figuras parentais e os atravessamentos socioculturais presentes nessas vivências.

Futuras pesquisas poderiam aprofundar essas dimensões, bem como explorar estratégias de escuta e intervenção que levem em conta a complexidade e as camadas do sofrimento psíquico produzido pelo abuso, contribuindo para uma atuação clínica mais ética, cuidadosa e comprometida. Outras áreas do conhecimento, como as ciências jurídicas, poderiam se beneficiar destas reflexões, utilizando-as como suporte para o aprimoramento de suas leituras e práticas.

13REFERÊNCIAS

ABRAHAM, N.; TOROK, M. **The Shell and the Kernel: Renewal of Psychoanalysis**. USA: University of Chicago Press, 1994.

ANDRÉ, J. **O acontecimento e a temporalidade: O *après-coup* no tratamento**. *Psicanálise e Cultura*. São Paulo, v. 31, n 47, 2008, p. 139-167.

BALINT, M. **Prefácio do Dr. Michael Balint**. Em: Ferenczi, S. *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BIRMAN, J. **Cartografias do Averso: Escrita, ficção e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019.

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BLEGER, J. **A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação**. Em: Bleger, J. *Temas de psicologia: entrevista e grupos* (pp. 9-41). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BOLLAS, C. **O Trauma do incesto**. Em: Bollas, C. *Forças do Destino: Psicanálise e Idioma Humano*. São Paulo: Escuta, 2021.

BOKANOWSKI, T. **Traumatisme, traumatique, trauma: De la conception du traumatisme au concept de trauma en psychanalyse**. Paris: Ed. In Press, 2021.

BOURDIEU, P. **A Dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2024. (Trabalho original publicado em 1998).

BREY, I., DROUAR, J.(orgs.). **La Culture de l'inceste**. Paris: Ed. Seuil, 2021.

BUTLER, J. **Prearious Life**. Nova York: Verso, 2004.

CHAUÍ, M. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Em: Chauí, M, Cardoso, R. (orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher - 4*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

COELHO JUNIOR, N. (2016). **Prefácio**. Em: Dal Molin, E. C. (2016). *O Terceiro Tempo do Trauma*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

COSTA, A. & POLI, M. C.. **Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise**. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, 19(188), 2006, p. 14-21.

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. São Paulo: Zagodoni, 2021.

CRONBERG, R. U. **Cena Incestuosa: abuso e violência sexual**. Belo Horizonte: Artesã, 2021.

CYRULNIK, B. **Le sentiment incestueux**. Em: Heritier, F., Cyrulnik, B., Naori, A. (orgs.) *De L'Inceste*. Paris: Ed. Odile Jacob, 2000.

DAL MOLIN, E. C. **Os Três Tempos do Trauma**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

DUNKER, C., ZANETTI, C. E.. **Construção e Formalização de Casos Clínicos**. Em: Dunker, C., Ramirez, H. A. A., Assadi, T. C. (orgs.) *A Construção de Casos Clínicos em Psicanálise*. São Paulo: Zagodoni, 2023.

DUSSY, D.. **L'Institution familiale de L'Inceste: Theorie e Practique**. *Revue mouvements*, n°82 , 2015, p. 76-80. DOI 10.3917/mouv.082.0076 Acessado em 12 maio 2023.

DUSSY, D. **Le Berceau des Dominations: Anthropologie de L'Inceste**. Paris: Ed. Pocket, 2021.

ELIACHEFF, C. **Todos vítimas?** A propósito dos direitos da criança. Em: Altoé, S. (org.) *A Lei e as Leis: Direito e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.

ENRIQUEZ, E. **Da Horda ao Estado: Psicanálise e Vínculo Social**. São Paulo: Hucitec, 2024 (publicado originalmente em 1983).

FASSIN, D., RECHTMAN, R. **L'Empire du Traumatisme: Enquete sur La Condition de Victime**. Paris: Ed. Flammarion, 2009.

FERENCZI, S.. **Transferência e Introjeção**. Em: Ferenczi, S.. *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1909).

FERENCZI, S. **O Conceito de Introjeção**. Em: Ferenczi, S. *Psicanálise I (Obras Completas)*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1912).

FERENCZI, S. **O sonho do bebê sábio**. Em: FERENCZI, S. *Psicanálise III*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1923)

FERENCZI, S. **Adaptação da Família à Criança**. Em: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1928)

FERENCZI, S. **Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. Ferenczi, S. (1929a). (Trabalho original publicado em 1929a)

FERENCZI, S. **A criança mal acolhida e sua pulsão de morte**. In: S. Ferenczi, *Psicanálise IV*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1929b)

FERENCZI, S. **Princípio de Relaxamento e Neocatarse**. In: S. Ferenczi, *Psicanálise IV*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1930)

FERENCZI, S. **Análise de Crianças com Adultos**. Em: Ferenczi, S. *Psicanálise IV*, pp. 111-123. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1931)

FERENCZI, S. **Diário Clínico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (Trabalho original publicado em 1932)

FERENCZI, S. **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. Em: Ferenczi, S. *Psicanálise IV* (pp. 97-106). São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1933)

FERENCZI, S. **Reflexões sobre o trauma**. In: S. Ferenczi, *Psicanálise IV*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011. (Trabalho original publicado em 1934)

FIGUEIREDO, L. A. **Verleugnung, a desautorização do processo perceptivo**. Em: Figueiredo, L. A. *Elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Ed. Escuta, 2003a.

FIGUEIREDO, L. A. **Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje**. Em: Figueiredo, L. A. *Elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Ed. Escuta, 2003b.

FIGUEIREDO, L. C., MINERBO, M. **Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo**. São Paulo: *Jornal de Psicanálise*, 39 (70), 2006, pp. 257-278.

FORTES, I., MACEDO, M. K. **Quem é o psicanalista pesquisador?** Questões cruciais sobre o método psicanalítico de pesquisa. Em: Fulgêncio, L. Birman, J., Kupermann, D., Cunha, E. L. *Modalidades de Pesquisa em Psicanálise: Métodos e objetivos*. São Paulo: Zagodoni, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Uma década e mais de um milhão e meio de vítimas de violência sexual**. Em: *Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-uma-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

FRANÇA, C. **Tramas da Perversão: A violência sexual intrafamiliar**. São Paulo: Escuta, 2014.

FRANÇA, C. **Do grito de silêncio à reconstrução subjetiva**. Em: França, C. (org.). *Ecos do Silêncio: Reverberações do traumatismo Sexual*. São Paulo: Blucher, 2017.

FREUD, S. **Esboço para a comunicação Preliminar**. In: Carone, A. *A Comunicação Preliminar entre Breuer e Freud: Uma tradução comentada*. Pandaemonium, São Paulo, v. 15, n. 20, Dez. /2012, p. 176.
Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pg/article/view/53631/57597>

FREUD, S. **Sobre o Mecanismo Psíquico dos Fenômenos Históricos: Comunicação Preliminar**. In: Carone, A. *A Comunicação Preliminar entre Breuer e Freud: Uma tradução comentada*. Pandaemonium, São Paulo, v. 15, n. 20, Dez. /2012, p. 176.

FREUD, S. BREUER, J. **Estudos sobre a histeria**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. II. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).

FREUD, S. **Carta 52**. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Trabalho original publicado em 1896).

FREUD, S.. **Projeto para uma psicologia científica**. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, V. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 335-454. (Trabalho original publicado em 1950).

FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. V. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1900).

FREUD, S. **A etiologia da histeria**. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. III Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1896a).

FREUD, S. **Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1896b).

FREUD, S. **Carta 69**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, V. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996, (Trabalho original publicado em 1897).

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. VII Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1905).

FREUD, S. **Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. VII. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1906).

FREUD, S. **Totem e Tabu**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1913a)

FREUD, S. **Sobre a Psicanálise**. Em: Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Trabalho original publicado em 1913b).

FREUD, S. **Recordar, Repetir e Elaborar**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, S. **Sobre o Narcisismo: Uma Introdução**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Trabalho original publicado em 1914b).

FREUD, S. **O instinto e suas vicissitudes**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1915a).

FREUD, S. **A Repressão**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1915b).

FREUD, S. **Conferências Introdutórias à Psicanálise**. Terceira parte: teoria geral das neuroses. In: Freud, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1917a).

FREUD, S. **Luto e Melancolia**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1917b).

FREUD, S. **Introdução à psicanálise das neuroses de guerra**. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1919).

FREUD, S. **Muito Além do princípio do prazer**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XXVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1920)

FREUD, S. **O mal-Estar na civilização**. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Trabalho original publicado em 1929).

FREUD, S. **Sobre as Afasias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. (Trabalho original publicado em 1891).

FREUD, S. **O Ego e o Id**. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1923a).

FREUD, S. **A organização genital Infantil**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, . (Trabalho original publicado em 1923b).

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).

FREUD, S. **O problema econômico do masoquismo**. Em: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924b).

FREUD, S. **Inibições, Sintomas e Ansiedade**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XX. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).

FREUD, S. **Fetichismo**. Em: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1927).

FREUD, S. **Construções em Análise**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1937).

FREUD, S. **Moisés e o Monoteísmo**. Em: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud - Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1938).

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. **Abuso Sexual Contra a Criança**. São paulo: Ed. Summus, 1998.

GONDAR, J. **Em Pedacos.A Fragmentação em Sandor Ferenczi**. In: Reis, S. E., Gondar, J. (orgs.) Com Ferenczi: O coletivo na clínica - Racismos, fragmentações, trânsitos. Rio de Janeiro: Ed. Zagodoni, 2022a.

GONDAR, J. **Um Racismo Desmentido**. Em: Reis, S. E., Gondar, J. (orgs.) Com Ferenczi: O coletivo na clínica - Racismos, fragmentações, trânsitos. Rio de Janeiro: Ed. Zagodoni, 2022b.

GONDAR, J. **O indomável em nós**. Fanon com Ferenczi. Em: Reis, S. E., Gondar, J. (orgs.) Com Ferenczi: O coletivo na clínica - Racismos, fragmentações, trânsitos. Rio de Janeiro: Ed. Zagodoni, 2022c.

GREEN, A. **Narcisismo de vida, Narcisismo de morte**. São Paulo: Ed. Escuta, 1988.

GREEN, A. **O trabalho do negativo**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2010.

GREEN, A. **Por que as pulsões de destruição e de morte?** São Paulo: Ed. Blucher, 2022.

HERMAN, J. L. **Trauma and Recovery**. New York: Basic Books, 2022.

HERZOG, R.. **Dimensões do trauma: racismo, fome e o desmentido social**. Em: Kuperman, D., Gondar, J., Dal Molin, E. C. (orgs.) Ferenczi: Inquietações Teórico-clínicas. São Paulo: Ed. Zagodoni, 2020.

HESSE, R. Q. & FERNANDES, M. C. **Tabu do incesto - Claude Lévi-Strauss**. Em: *Enciclopédia de Antropologia*. 2023 São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/tabu-incesto-levi-strauss> . Acesso em 23 fev.2023

HOFIUS, R.; DIOGO, J. K.; CREMASCO, M. V. F.. **Considerações sobre a teoria do trauma psíquico em Freud e Ferenczi**. Em: Cremasco, M, V., F., Zugueib Neto, J. (orgs.) Trauma, Traços e Memória. Curitiba: Ed. CRV, 2013.

IRIBARRY, I. N.(2003). **O que é pesquisa psicanalítica?**. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 6, n. 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de mar. 2023.

JUNIOR F. F. L., AMAZONAR, M. C. L. A., Paz, H. A. (2020). **O conceito de precariedade e as contribuições teóricas de Judith Butler para a compreensão da prática política da psicologia**. *Revista Ciências Humanas UNITAU, Taubaté/SP - Brasil*, v. 13, n 2, edição 27, p. 102 - 114, Maio/Agosto 2020.

KNOBLOCH, F. **O Tempo do Traumático**. 2a Ed. Rio de Janeiro: INM Editora, 2022.

KUPERMANN, D. (2010#). **A via sensível da elaboração**. Caminhos da clínica psicanalítica. *Cad. Psicanál.-CJ*, Rio de Janeiro, ano 32, n. 23, p. 31-45, 2010. Recuperado de: https://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno23_pdf/07-A%20VIA%20SENSIVEL_DANIEL%20KUPERMAN.pdf

KUPERMANN, D. A “**desautorização**” em Ferenczi: do trauma sexual ao trauma social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2015. Recuperado de <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/09/a-desautorizacao-em-ferenczi-do-trauma-sexual-ao-trauma-social/>

KUPERMANN, D. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2022.

LAPLANCHE, J., PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas elementares de parentesco.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. (Trabalho original publicado em 1949)

LIMA, P. L. P.. **Abuso sexual infantil através das gerações: Herança Mal Dita.** Curitiba: Juruá, 2019.

Mészáros, J., Molin, E.C., & Mezan, R. (2011). **Elementos para a teoria contemporânea do trauma:** a mudança de paradigma de Ferenczi. *Percurso*, 23(46), 9–20. Recuperado de <https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1249>

MEZAN, R. **Freud: A Trama dos Conceitos.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

MEZAN, R. **Escrever a Clínica.** São Paulo: Ed. Blucher, 2022.

MINERBO, M. **Contribuições para uma teoria sobre a constituição do superego cruel.** Rev. bras. psicanál [online]. 2015, vol.49, n.4, pp.73-89. ISSN 0486-641X.

MINERBO, M. **Neurose e Não Neurose.** São Paulo: Ed. Blücher, 2019.

MINERBO, M. **Transferência e Contratransferência.** São Paulo: Ed. Blücher, 2020.

MONCAU, G. **Gayle Rubin.** Em: *Enciclopédia de Antropologia.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. 2018. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/tabu-incesto-levi-strauss>

MORENO, M. M. A.. **Trauma: O Averso da Memória.** Dissertação de mestrado, USP, 2009.

MORENO, M. M. A; COELHO, N. C. (2012). **Trauma: O Averso da memória.** *Ágora* (Rio de Janeiro.) 15 (1) • Jun 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982012000100004>

MUSZKAT, S., MUSZKAT, M. **Violência Familiar.** Coleção Série: O que fazer? São Paulo: Ed. Blucher, 2016.

NJAIME, A. P. , FRANÇA, C. P. **Contribuições de Sandor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência Sexual.** Em: França, C. P. (org). *Tramas da Perversão: A violência sexual intrafamiliar.* São Paulo: Escuta, 2014.

OLIVEIRA, N. R.; TAFURI, M. I. **O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: Reflexões no contexto da Universidade.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 838-850, dezembro 2012.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

PINHEIRO, T. **Ferenczi: Do grito à palavra.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995..

PINHEIRO, T. **Uma Metapsicologia para a Melancolia.** Em: Birman, J. (Org.). Sobre as Psicoses. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 1999.

PINHEIRO, T. **Ferenczi.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2016.

PINHEIRO, T. **Quando o agressor é aquele que desacredita.** Em: Kuperman, D., Gondar, J., Dal Molin, E. C.. (orgs.) Ferenczi: Inquietações Clínico-Políticas. São Paulo: Ed. Zagodoni, 2020.

ROSA, M.D; DOMINGUES, E. (2010) **O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação.** Revista Psicologia e Sociedade. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021> Acesso em 16 de março de 2023.

ROUSSILLON, R. **Manual da Prática Clínica em Psicopatologia.** São Paulo: Ed. Blucher, 2019.

ROUSSILLON, R. **O Narcisismo e a análise do Eu.** São Paulo: Ed. Blucher, 2023.

SAFFIOTTI, H. I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

SALES, J. L., HERZOG, R., & PACHECO-FERREIRA, F. **Clivagem: a noção de trauma desestruturante em Ferenczi.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, 68(2), 2016, p. 60-70. Recuperado em 27 de julho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000200006&lng=pt&tlng=pt.

SCHOR, D. **Heranças invisíveis do abandono afetivo: Um estudo psicanalítico sobre as dimensões da experiência traumática.** São Paulo: Blucher, 2020.

TABACOF, D. **Clínica da Excitação.** São Paulo: Ed. Blucher, 2021.

UCHITEL, M. **Neurose Traumática.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

VERZTMAN, J. S. **O Observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi.** *Ágora* v.V n.1 jan/jun 2002. pp 59-78.

VERZTMAN, J. **Algumas consequências teórico-clínicas da noção de confusão de línguas.** Em: Gondar, J, Kuperman, D., Dal Molin, E. (Orgs.) Ferenczi: Inquietações Clínico Políticas. São Paulo: Zagodoni, 2020.

VERZTMAN, J., CANAVEZ, F. **Inspirações Ferenczianas para escutar o desmentido social.** Em: Júnior, A. M. (org.) *Duas Éticas em Questão: cuidado de si e práticas de liberdade em Ferenczi e Foucault.* Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.

WINNICOTT, D. W. **A Família e o Desenvolvimento Individual.** Belo Horizonte: Interlivros, 1980.